

Desafios do Cuidado Gênero, Velhice e Deficiência

**GUITA GRIN DEBERT
MARIANA MARQUES PULHEZ**

ORGANIZADORAS



INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

**Guita Grin Debert e
Mariana Marques Pulhez**
(Organizadoras)

**DESAFIOS DO CUIDADO: GÊNERO
VELHICE E DEFICIÊNCIA**

2º Edição

Departamento de Antropologia Social
IFCH - UNICAMP
2019

IFCH/UNICAMP - PUBLICAÇÕES

Reitor: Prof. Dr. Marcelo Knobel
Diretor: Prof. Dr. Alvaro G. Bianchi Mendez
Diretor Associado: Prof. Dr. Roberto L. do Carmo

Comissão de Publicações
Coordenação Geral:
Prof. Dr. Roberto L. do Carmo

Representantes Docentes:
Prof. Dr. Jesus J. Ranieri
Prof. Dr. Everton Emanuel Campos
Prof. Dr. André Kaysel
Prof. Dr. José Maurício Paiva A. Arruti
Profa. Dra. Fátima Évora
Profa. Dra. Taísa Helena P. Palhares
Profa. Dra. Mariana Chaguri
Prof. Dr. Tiago Lima Nicodemo

Colaboradora:
Profa. Dra. Guita Grin Debert

Organizadoras:
Guita Grin Debert e Mariana Marques Pulhez

Originalmente publicado em Textos Didáticos,
n.66, jun. de 2017, Campinas, IFCH/UNICAMP.

ISBN: 978-85-86572-80-7

Tiragem:
Digital (e-book)

Capa:
Ana Godeiro

Produção Editorial, Finalização e Divulgação:
Setor de Publicações do IFCH/UNICAMP
Portal de livros abertos da UNICAMP

Revisão bibliográfica:
Responsabilidade dos(as) autores(as)

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

D45 Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência
 / Guita Grin Debert e Mariana Marques Pulhez [organizadoras].
 2.ed. - - Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2019.
 152 p.

ISBN: 978-85-86572-80-7 (e-book)

1. Cuidados. 2. Velhice. 3. Deficiência física. 4. Gênero.
5. Globalização. 6. Serviço social. I. Debert, Guita Grin, 1948-
II. Pulhez, Mariana Marques, 1984- III. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

CDD - 362.4
- 305.26
- 362.4
- 305.3
- 337.1
- 361

Apresentação

Guita Grin Debert e Mariana Marques Pulhez 5

Globalização e as Biopolíticas do Envelhecimento

Brett Neilson..... 29

Amor e Ouro

Arlie Russel Hochschild 61

Servindo ao mundo: filipinos flexíveis e a vida sem garantia

Martin F. Manalansan IV..... 81

**Trabalhos de amor perdidos? Feminismo, Movimento
de Pessoas com Deficiência e éticas do cuidado**

Bill Hughes, Linda McKie, Debra Hopkins e Nick Watson 101

**O “cuidado” como “quase-conceito”: por que está pegando?
Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente**

Isabel Georges 125

Desafios do Cuidado: Apresentação

*Guita Grin Debert**
*Mariana Marques Pulhez***

Introdução

A preocupação com o cuidado – ou *care* – tem marcado boa parte das sociedades contemporâneas, particularmente quando se pensa no envelhecimento populacional e se imagina um déficit de cuidados, dada a perspectiva de um número insuficiente de cuidadores para atender uma quantidade crescente de idosos dependentes. Essa preocupação tem despertado um grande interesse em pesquisas e reflexões voltadas para questões relacionadas com o cuidado.

Num balanço da literatura produzida sobre o tema, José de São José (2016) expõe o conjunto de questões que marcaram as análises em diferentes décadas. As primeiras reflexões datam dos anos 80 e, nelas, o cuidado era pensado como uma relação unidirecional, na qual um cuidador ativo e independente cuidava de um ser passivo, dependente. O cuidado era, assim, visto como uma relação de dependência em que o poder está nas

* Professora Titular do Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp, pesquisadora do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, da FAPESP (Processo número 2015/23455-9) e do CNPq (Processo número 303756/2013-6).

** Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Bolsista FAPESP (Processo número 2015/09862-0).

mãos do cuidador, e aquele de quem se cuidava era tido como incapaz de atender suas próprias necessidades. Esses primeiros estudos focalizavam o lado mais negativo da experiência do cuidado, principalmente os impactos financeiros e na saúde física e mental ocasionados por essa atividade. O estresse do cuidador era o objeto central da reflexão e pouca atenção era dada aos idosos ou aos outros segmentos da população tratados.

As pesquisas norte-americanas e aquelas realizadas no Reino Unido se debruçaram, sobretudo, na esfera privada – particularmente na esfera doméstica e familiar – enquanto que nos países escandinavos – considera o autor –, a esfera pública foi privilegiada pelas análises.

No primeiro caso, o trabalho, as relações familiares e de amor eram centrais e o protótipo do cuidador era a mulher de classe média, branca, na meia idade e fora do mercado de trabalho formal. No segundo caso, o cuidado era visto, sobretudo, como um trabalho emocional, e o protótipo do cuidador era a mulher branca de classe operária; as pesquisas inspiradas nas teorias de gênero chamavam a atenção para a posição desvantajosa que essa mulher ocupava no mercado de trabalho.

Nos anos 90, a tendência das pesquisas é reconhecer a necessidade de redefinir o conceito de *care*, de modo a torná-lo mais abrangente. Nesse período, mostra São José, amplia-se a visão de quem é o cuidador e o interesse se volta para as diferenças étnicas, de sexo, idade e de classe social dos cuidadores e dos diferentes contextos em que a atividade é exercida. Da mesma forma, a ideia dos efeitos negativos do cuidado é revista, levando-se em conta seus impactos positivos; e a atenção se volta também para o trabalho remunerado e para os espaços públicos do cuidado. A dimensão macroestrutural ganha relevância de modo a contemplar as mudanças no *welfare state* e o modo como se dá a articulação entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, com um interesse crescente pelas configurações das políticas sociais em diferentes países.

As primeiras décadas do século XXI, ainda segundo o mesmo autor, consolidaram os desenvolvimentos anteriores e o reconhecimento de que a relação de cuidado é baseada na interdependência e reciprocidade e pode ter efeitos negativos e positivos para o prestador de serviços e para quem

está sendo cuidado. Ainda é parte dessa consolidação o julgamento de que a compreensão da problemática requer um olhar atento para os diferentes contextos sociais e nacionais envolvidos, que o cuidado está relacionando com questões de cidadania, do direito de cuidar e ser cuidado e que as relações de cuidado estão na intersecção entre dicotomias tais como público-privado, informal-formal, trabalho remunerado e não remunerado.

As críticas ao modo como o cuidado estava sendo tratado, vindos principalmente dos estudos sobre a deficiência – como será mostrado nessa coletânea –, levam a novos desenvolvimentos que passam a exigir a revisão do corpo conceitual até então utilizado, alimentando a busca de novos conceitos capazes de ampliar os horizontes dos estudos empreendidos. Desta perspectiva, a própria palavra “cuidado” deveria ser evitada, dado o conteúdo emocional envolvido nas análises, que inibe projetos emancipatórios e de autodeterminação de pessoas cuidadas.

Esta ampliação das questões envolvidas no cuidado levou Joan Tronto (2007) a defini-lo como

uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável (p. 287).

Os anos 2000 assistiram a uma ampliação e redefinição das questões relacionadas com o cuidado de modo a dar conta de suas diferentes dimensões. O termo inglês *care*, assim – mais amplo em significados –, vem sendo usado para compreender relações em que cuidado, atenção, solicitude em relação ao outro são postas em ação. Nesse sentido, os vários trabalhos na área procuraram expandir a noção de *care* a trabalhos outros que não apenas aquele de cuidador de idosos, mas também de empregadas domésticas e diaristas (PASCALE, 2012; DEBERT & OLIVEIRA, 2015), babás (HOCHSCHILD, 2012), assistentes de enfermagem, acompanhantes filipinas a fregueses do sexo no Japão (PARREÑAS, 2012), entre outros.

Trata-se de uma tendência de autores de considerar que esse é um conceito ambíguo, contestável e que corre o risco de perder qualquer significado.¹

Mais do que propor uma definição precisa do conceito, o objetivo desta introdução é explorar algumas das dimensões que os estudos do cuidado iluminam e cujo tratamento é imprescindível na reflexão sobre o cuidado, como as questões de ética; gênero e a crítica aos essencialismos; a cadeia global de cuidados na sua relação com a velhice e a imigração; o trabalho e o investimento emocional; a democracia e a dependência.

A aventura da ética do cuidado

Esse subtítulo é emprestado da introdução que Molinier, Laugier e Perperman (2009) fazem à coletânea sobre o cuidado por elas organizada, em que consideram que essa aventura começa nos anos 80 com o livro *Uma Voz Diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*, de Carol Gilligan. Nele, uma crítica acirrada é feita à teoria dos estágios de desenvolvimento moral de Lawrence Kolberg, que associava aos homens os estágios mais avançados do desenvolvimento moral, que teria como base os critérios de universalidade e imparcialidade e a aceitação de princípios abstratos como ocorre na ética da justiça. Com pesquisa realizada com mulheres, Gilligan colocou em evidência a ética do cuidado – em oposição à ética da justiça –, que seria uma forma diferente de resolver problemas morais, uma ética em que circunstâncias particulares são encaradas como legitimamente envolvidas na formação de um juízo moral. A ética da justiça negligencia dimensões importantes do cuidado e da responsabilidade pessoal que caracterizam a ética feminina. O ponto de vista feminino compreenderia os agentes morais como seres interdependentes, que respondem às necessidades dos outros e não tanto às exigências de regras abstratas. A ética do cuidado considera que os valores, a psicologia e a estrutura moral das mulheres difere da masculina. As mulheres estão voltadas à responsabilidade e ao cuidado dos outros.

O debate sobre igualdade-*versus*-diferença marcou o feminismo dos anos 80. Em oposição à afirmação da igualdade que caracterizava até

¹ CF. Daly, Mary, and Jane Lewis (2000).

então o movimento feminista, a diferença passou a ser valorizada no que ficou caracterizado como o feminismo da diferença, feminismo culturalista ou feminismo relacional. Na defesa do direito à diferença está embutida a ideia de que existem diferenças radicais entre homens e mulheres, mas elas não devem levar a uma hierarquia ou à inferiorização da mulher. Nesse movimento, a obra de Gilligan ganhou uma posição central, posto que teria transformado um marcador de inferioridade em um valor central para uma sociedade solidária: dado o processo de desenvolvimento diferencial, as mulheres teriam maior capacidade de solucionar problemas, já que a ênfase é por elas colocada no cuidado do outro. A abertura, a simpatia, a paciência e o amor marcariam sua atitude na tomada de decisões. Trata-se, assim, da afirmação e defesa de uma espécie de contracultura centrada na realidade das mulheres.

A consideração de que as feministas devem suspeitar das propostas que tomam as mulheres como um grupo coerente, naturalmente constituído com interesses e desejos idênticos, independente da localização e das contradições de classe, étnicas ou raciais marcou os estudos sobre gênero. O famoso caso da loja Sears – as veleidades do processo contra ela desencadeado por uma associação feminista – é muito bem tratado no livro de Antônio Flávio Pierucci, que tem o título sugestivo de *As Ciladas da Diferença*.²

O movimento de pessoas com deficiência também vê a ética do cuidado com desconfiança, na medida em que o considera um instrumento de dominação que aprisiona os sujeitos numa vigilância contínua e aponta os elementos possessivos e disciplinares das relações de cuidado que têm dominado a experiência das pessoas com deficiência, como será visto a seguir no artigo sobre o tema, que compõe esta coletânea.

É preciso, no entanto, reconhecer que as colocações de Gilligan trouxeram para o debate a questão da ética do cuidado. Joan Tronto, por sua vez, teve um papel central em rever o essencialismo contido nas colocações desta autora ao mostrar que essa voz diferente não era uma voz de mulheres, mas vozes daqueles cuja experiência moral baseava-

² Cf. PIERUCCI, F. (1999). Ver também a resenha do livro feita por GREGORI (2000).

se em atividades voltadas para o cuidado dos outros. Da mesma forma, o referido artigo, que compõe esta coletânea, trata de estreitar as relações entre o feminismo e o movimento de pessoas com deficiência, repensando os desafios da ética do cuidado.

Gênero e as Críticas aos Essencialismos

Em que medida há uma essência feminina que legitima o estabelecimento desse laço social entre as mulheres? Em que contextos esse laço pode minimizar outras clivagens como as diferenças econômicas, socioculturais, de idade e geração, étnicas e raciais? Qual é o sentido de falarmos em identidades num momento em que o trabalho deixa de ser uma categoria chave na definição de sujeitos, como será mostrado por Isabel Georges no artigo que encerra esta coletânea? Em que medida a ideia de um sujeito unificado por uma identidade que se sobrepõe a outras práticas identitárias se sustenta numa situação em que as identidades ganham fluidez e envolvem uma tomada de decisão biográfica por parte de cada indivíduo?

As discussões sobre a interseccionalidade e a consubstancialidade são frutos do movimento de contestação das mulheres negras e das mulheres lésbicas, do pressuposto de que as mulheres poderiam ser entendidas como um coletivo social. Com veemência, as mulheres negras demonstraram que a retórica das feministas brancas tendia a ser etnocêntrica na sua análise da experiência de gênero e de opressão. Do mesmo modo, as mulheres lésbicas argumentaram que essa retórica se baseava na experiência das mulheres heterossexuais. As teorias feministas, inspiradas na desconstrução filosófica, alimentaram a suspensão da categoria mulher iniciada pela exigência de diferenciação política dos movimentos sociais. Essa suspensão é hoje uma das pedras de toque dos estudos de gênero.

Afirmar a universalidade da situação das mulheres, de sua subordinação e da dominação masculina era cair nas armadilhas dos determinismos biológico ou sociológico que a antropologia sempre se empenhou em rever e criticar.

A categoria gênero foi promovida pelo feminismo precisamente para criticar e rejeitar a definição tradicional da natureza da mulher através do sexo biológico. As diferenças biológicas não proporcionam uma base universal para a elaboração de definições sociais, por isso “mulher” não é uma categoria analítica para as pesquisas. Não há mulheres que não sejam frutos de significados históricos e sociais. Nas palavras de Heilborn e Sorj:

Em termos cognitivos essa mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada nesses estudos e uma abordagem que focaliza mais do que os indivíduos e seus papéis foi favorecida (pp. 187-188).

Homens e mulheres, sendo frutos de relações sociais, exigem que as análises explorem as formas específicas que a dominação assume em diferentes contextos e as diferenças de poder no interior da totalidade denominada mulher.

Ou nas palavras de Corrêa (1998), que de maneira mais ampla e com concisão argumenta:

[...] ao desessencializar a categoria mulher, isto é, ao torná-la plural, num primeiro momento, e justamente a partir do reconhecimento das fundas desigualdades entre brancos e negros [...] passou-se a reivindicar a existência de maneiras distintas de ser mulher, reivindicação que não escapou de início, às armadilhas do dualismo – algo como, todas nós, mulheres de cor, contra todas elas mulheres brancas. [...] O que Susan Friedman chama de ‘perspectiva relacional’ seria então a superação desses dualismos em direção a uma visão mais sofisticada das ‘encruzilhadas de diferentes sistemas de estratificação’, nas quais uma ‘identidade’ seria constituída – a partir do ‘reconhecimento de como o privilégio e a opressão freqüentemente não são categorias absolutas, mas variam em relação a diferentes eixos de poder e de ausência de poder (p. 51).

O que alimenta a controvérsia sobre o essencialismo de Gilligan é sua descrição da personalidade feminina como se definindo muito mais em relação ao outro que a dos homens e a afirmação da existência de uma “moral de proximidade” das mulheres. Tronto, na obra citada, e Molinier (2014) procuram rever o essencialismo daquela autora, mostrando a indissociabilidade das dimensões ética e política no trabalho de cuidado. O cuidado, para Molinier, é uma região de confronto e dissensão entre classes e categorias socioprofissionais. Nas palavras da autora:

[...] a ética do *care* não emana somente das mulheres nem de todas as mulheres. Trata-se aqui de um ponto importante, pois ele desnaturaliza duplamente aquela voz diferente, primeiramente situando o seu surgimento não numa pretensa natureza biológica (das mulheres), mas numa atividade, o trabalho doméstico e de *care* e também operando divisões sociais no grupo de mulheres. Esse grupo não é homogêneo, as mulheres não estão todas igualmente envolvidas em atividades de *care* (MOLINIER, 2014, p. 29).

Como mostra Pulhez (2015), em análise sobre doulas – profissionais especializadas em acompanhar o trabalho de parto –, essa função não precisa ser de mulher, mas tem sido a elas associada, o que acaba por provocar uma relação quase imediata entre alguns tipos de trabalho e atributos tidos como femininos. Por essa razão, os vários trabalhos que vêm pensando o cuidado não podem prescindir de analisá-lo sob uma perspectiva de gênero, mesmo que outros marcadores sociais tenham que ser levados em conta para dar conta da problemática, como é o caso de geração, raça, etnia, nacionalidade e classe social.

Quando a concepção sobre o cuidado é tão ampla, torna-se necessário levar em conta a participação masculina no trabalho de cuidado. A análise de Manalasan, no artigo publicado nesta coletânea, desenvolve comentários muito interessantes sobre o documentário *Paper Dolls*, em que um grupo de filipinas transgêneras imigrantes em Israel cuida de idosos e, no tempo livre, fazem shows como *drag queens*. O documentário

permite rever o dimorfismo sexual que caracteriza boa parte da literatura sobre o cuidado e coloca em novos termos a problemática do cuidado em sua relação com a imigração e a velhice.

Globalização, velhice e imigração

A relação entre imigração e velhice é ainda uma questão pouco estudada. A constatação do aumento da longevidade, acompanhado do decréscimo das taxas de natalidade, coloca de imediato a questão de saber qual é a força de trabalho que poderá se ocupar do cuidado dos velhos e dos programas sociais voltados para a velhice. Em que medida a imigração terá um peso central na resposta a essa questão? Sabemos que a imigração acrescenta trabalhadores jovens a uma população nacional que cada vez mais envelhece. Serão os imigrantes a linha de frente do cuidado do idoso? Como então explicar as políticas empenhadas em colocar um freio à imigração que mobilizam contingentes cada vez maiores de adeptos?

Ou, nas palavras de Saskia Sassen (2001):

À medida que as economias ricas se tornam mais ricas, tornam-se mais desejáveis e levantam muros para manter possíveis imigrantes e refugiados fora de suas fronteiras, alimentando o comércio ilegal de pessoas. No entanto, mesmo que os países ricos procurem cada vez mais manter imigrantes e refugiados fora, enfrentam um déficit demográfico crescente e um envelhecimento rápido de suas populações. Segundo um estudo feito por austríacos, no final do século atual, o tamanho da população na Europa Ocidental diminuirá em 75 milhões (mantendo as taxas de fecundidade e os padrões de imigração) e quase cinquenta por cento terá mais de 60 anos pela primeira vez em sua história. Onde serão encontrados os trabalhadores jovens necessários para tratar a crescente população idosa e fazer os inúmeros trabalhos pouco atraentes, como as tarefas domésticas e o cuidado institucional dos idosos? [...] Parece que a imigração será parte da solução. No entanto, a forma como os países

do hemisfério norte estão procedendo não os prepara para lidar com a questão. Eles estão construindo muros para manter os aspirantes a imigrantes fora, alimentando, assim, o tráfico ilegal.³

O texto de Arlie Hoshchild que apresentamos a seguir, *Amor e Ouro*, é um estudo pioneiro que trata da imigração de mulheres, originárias dos países que têm sido denominados como o Sul Global, para os países do Norte, com o fim de se ocupar do cuidado de crianças. A autora aponta as mudanças na relação entre o mundo desenvolvido e o mundo pobre. Se, antes, era a exploração de bens e matérias-primas que marcava a empresa colonial, hoje é o cuidado, o amor e o carinho para com as crianças e os idosos que dão novas configurações ao trânsito internacional de pessoas.

A demanda crescente por profissionais altamente qualificados leva à incorporação das mulheres de setores médios nesses mercados de trabalho extremamente competitivos, que demandam engajamento intenso em longas horas de trabalho. O modelo tradicional de lidar com o trabalho doméstico se torna inadequado, particularmente nas cidades dos países do Norte em que cresce o número das, ironicamente, chamadas “unidades domésticas sem esposas”, em que os casais adultos – compostos de um homem e uma mulher ou de dois homens ou de duas mulheres – alocam no mercado as tarefas domésticas e de cuidado. O cuidador contratado é, na maioria das vezes, imigrante – sobretudo mulheres imigrantes –, formando essa espécie de mercado global dos cuidados.

Essa relação entre cuidado e imigração é desenvolvida por Brett Neilson em *Globalização e a Biopolítica da Velhice*, artigo que compõe esse volume e que se volta especificamente para a velhice.

A análise de Neilson é atraente porque está voltada para a situação dos imigrantes e refugiados. Essa situação, mostra o autor, é em parte efeito da crescente divisão da riqueza e do trabalho no mundo globalizado, o que faz com que um número cada vez maior de pessoas procure atravessar as barreiras levantadas pelos países ricos. Esse movimento, acompanhado dos sistemas de detenção e deportação, acaba por instituir sistemas de trabalho que apresentam uma continuidade impressionante com as práticas

³ Tradução livre.

escravocratas. Longe de serem formas arcaicas, esses regimes de trabalho são constitutivos do desenvolvimento capitalista que procura limitar a mobilidade dos trabalhadores, num processo contínuo de substituição de pessoas dispostas a aceitar trabalho mal remunerado e de baixo status, como é o cuidado dos velhos. Nesse processo, novos grupos de imigrantes redesenham as paisagens das metrópoles, oferecendo um fluxo contínuo de pessoas jovens aos países do norte⁴. Os trabalhadores imigrantes vivem em uma situação de completa insegurança, porque são rotulados como ilegais, criminosos ou mesmo como terroristas em potencial. Esses rótulos são perpetuados não apenas pelas forças políticas nacionalistas e de direita, mas também pelas organizações conservadoras de esquerda que associam a defesa dos mecanismos disciplinares do Estado-nação (particularmente o *welfare* e o sistema centralizado de pensões) com agendas anti-imigrantes.

Essas visões de cunho estrutural pedem uma análise atenta das diferentes situações envolvidas e requerem uma atenção especial para o modo como as situações são vividas. Como mostram Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006), é grande a dificuldade envolvida no uso de um único diagrama, tal como proposto por Agamben, para a análise de situações tão diversas que marcam o mundo contemporâneo e que vão desde as mortes em Ruanda até a epidemia da AIDS na África. Consideram, com razão, que a essência do pensamento crítico é a sua capacidade de fazer distinções que permitam uma avaliação acurada da particularidade das situações e sugerem que, contra uma visão monolítica do poder e da dominação, um empirismo modesto – atento às particularidades locais, às pequenas diferenças, aos momentos de mudança na relação entre poder e saber – pode fazer a diferença, revelando configurações não necessariamente adequadas aos modelos rígidos e homogêneos.

É esse esforço que tem caracterizado as análises de Debert (2016) sobre as *badanti* na Itália. Falar de práticas escravocratas é destituir os cuidadores da capacidade de agenciamento e obscurecer o fato de que para muitas mulheres os circuitos do cuidado de idosos são as únicas agências

⁴ Há também o processo inverso de promover a ida dos velhos de países ricos para países pobres, de modo que eles possam sobreviver com um montante mais baixo no valor da aposentadoria.

disponíveis à migração para a União Europeia. Longe de negar a realidade das histórias dramáticas dessas mulheres, a autora sugere que moralizar o sistema da imigração vendo nele apenas as práticas violentas próprias da escravidão é desconhecer as razões e o modo como a experiência imigratória é vivida por essas mulheres. As pesquisas de cunho etnográfico sobre a imigração de brasileiros em diferentes países da Europa e da América do Norte apontam para o modo como essas situações são vividas e semantizadas por esses imigrantes empenhados em melhorar sua qualidade de vida.⁵

Ao opor o amor ao ouro, Hochschild chama nossa atenção para a especificidade do trabalho de cuidado, como trabalho emocional além do trabalho material e técnico. Malanansan, no artigo que compõe esta coletânea, em contraposição ao amor, chama a atenção para o investimento emocional envolvido na desafeição como uma forma de lidar com esse mercado global do cuidado. Mostra que mais do que o amor, a desafeição pode ser um ingrediente importante no desempenho do cuidado. Desafeição, que o autor entende não somente como distância emocional, alienação, antipatia e isolamento, mas também como expressão de deslealdade aos regimes de poder e autoridade.

Esses autores, apesar das abordagens distintas, chamam a atenção para as características do tipo de trabalho envolvido no cuidado.

Trabalho e Investimento Emocional

Nos debates feministas dos anos 80, como mostra Isabel Georges no artigo que compõe esta coletânea, o reconhecimento das atividades domésticas como trabalho teve um papel central. A oposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo marcava a diferença entre a produção de bens e serviços com valor econômico de mercado e o conjunto de cuidados necessários para a sobrevivência e o sustento da vida, particularmente as

⁵ Sobre o tema ver Fleischer (2001), Martes (2000); Salles, (1998); Assis (2011); Margolis (1994).

atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, cujo valor econômico é destituído de reconhecimento.

Do ponto de vista do feminismo marxista, tratava-se de pontuar que a dinâmica da acumulação capitalista engendra diferentes mecanismos sociais de mobilização/desmobilização da mão-de-obra também segundo diferenças de sexo/gênero.

A dimensão da reprodução que desafiava a própria noção de trabalho era, nas palavras de Elisabete Dória Bilac (1989/90, p. 144), inspirada em Combes & Haicault (1984) e em Chenal & Kergoat (1981), assim definido:

[...] o processo quotidiano de renovação da própria vida e da vida de outros seres humanos não se confunde com a produção de bens, embora ocorra de forma subordinada a ela. Produção de bens e reprodução humana acontecem em esferas distintas da vida social. Se o mercado é a forma de entrada para a esfera da produção, a família permanece ainda como a porta de entrada da reprodução. Articular teoricamente estas duas esferas – distintas e interdependentes - ainda é um desafio que, para ser enfrentado, exige uma maior compreensão do que a que dispomos até agora sobre a articulação entre relações de produção (classes sociais) e relações de gênero (relações de reprodução), portanto, sobre a questão de como a divisão social e a divisão sexual do trabalho atuam simultaneamente nas duas esferas (...). Desta postura básica decorrem dois outros procedimentos: a) ampliar o conceito de trabalho para além do espaço produtivo para fazê-lo abranger também as tarefas de reprodução, mesmo quando estas são realizadas de forma privada, concreta e não mercantilizada como ocorre no trabalho doméstico (Chenal & Kergoat). Isto é, estender o termo trabalho para o conjunto “produção + reprodução”; b) entender também o trabalho, nas duas esferas, como atividade sexuada. Nem na esfera da produção nem na da reprodução a relação “trabalhador – atividade a ser realizada” coloca-se de forma indiferenciada em relação ao sexo. Tanto na esfera reprodutiva quanto na esfera produtiva, a atividade trabalho é, portanto, duplamente determinada – pelas relações de produção e pelas relações de gênero.

Contudo, o interesse feminista de valorização do trabalho doméstico, que não era reconhecido econômica e socialmente, tinha um caráter ambivalente. Tanto a vertente marxista como a vertente liberal compreendiam as atividades do cuidado como parte do enclausuramento doméstico, visto como a marca central da opressão da mulher. A entrada no mundo do trabalho remunerado seria, desses diferentes pontos de vista, a condição para a libertação das mulheres, quer para sua participação ativa nos sindicatos e nas organizações políticas, quer pela garantia da autonomia econômica e financeira. (BORIS, 2014).⁶

Isabel Georges mostra, no artigo nesta coletânea, que as mudanças pelas quais passa o mundo do trabalho e as reconfigurações do próprio conceito de trabalho exigem uma revisão das oposições entre produção versus reprodução, público versus privado, formal versus informal e daí o interesse e a resiliência da categoria cuidado. Categoria essa que permite revelar algumas das novas formas de hierarquização do trabalho globalizado e repolitizar o debate sobre a questão social da dependência de uma forma muito mais abrangente, política, globalizada e interseccional.⁷

O tratamento dado ao trabalho de cuidado em suas diferentes dimensões requer a atenção ao investimento emocional nele envolvido. Em outras palavras, o cuidado é tido como um trabalho que envolve um conhecimento técnico, mas também requer, como ocorre em boa parte do trabalho no setor de serviços, um tipo de controle emocional que tem relevância tanto para a qualidade de vida de quem cuida quanto na experiência de quem é cuidado.

Além da dimensão do esforço físico e da dimensão cognitiva, Ângelo Soares (2012), ao tratar do cuidado dos idosos, compara o trabalho industrial com o cuidado, destacando o quanto é essencial a interação estabelecida entre o cuidador e o beneficiário do cuidado. Essa interação se produz em meio a desigualdades de gênero, idade, raça e classe social e se traduz em relações assimétricas de poder que impõem um controle de emoções como o orgulho, a satisfação, a alegria, mas também o medo, a tristeza, a raiva e o nojo.

⁶ Ver os comentários de Sorj (2014) e Bilac (2014) às colocações de Boris.

⁷ Sobre o tema ver Araújo (2012).

É para essa dimensão relacional que Pascale Molinier (2012) se volta ao se perguntar no que o cuidado se distingue da simpatia, do amor, da amizade, da piedade e aponta cinco dimensões para o cuidado. *Gentleness*, usando o termo em inglês – num artigo originalmente escrito em francês –, para descrever uma atitude adequada que responde à fragilidade do outro e sem destituí-lo de seu estatuto humano em sua integralidade. O *Know-how* discreto para caracterizar um fazer em que o beneficiário ignora o quanto esse trabalho pode ter custado para quem o realizou. O *trabalho sujo*, cujo ofício implica o contato com os humores do corpo e da alma. O *trabalho inestimável*, que envolve a intervenção indispensável para a sobrevivência de pessoas em estado altamente precário. O *care narrativa ética*, que não pode prescindir da perspectiva de gênero e da busca de formas adequadas de dar ouvidos a vozes diferentes, de modo a encontrar uma passagem em meio às representações estereotipadas da bondade feminina e da oblatividade materna.

A problemática da associação de emoções como o afeto ao feminino também é debatida por Amanda Marques de Oliveira (2015) ao tratar das disputas em torno de uma ideia mais ou menos generalizada de que o cuidado, por ser associado ao feminino, legitimaria uma falta de treinamento, já que ele é feito “por amor”. Fica claro, em seu trabalho, como a oposição entre profissão e dom aciona um conteúdo de gênero que associa o feminino a questões inatas no cuidado, legitimando-se um trabalho que, por ser “natural”, não merece o mesmo status social que outras profissões mais “masculinas”. Nesse sentido, a luta pela profissionalização do trabalho do cuidador passaria pela negação de atributos afetivos e amorosos, próprios de um dom.⁸

Em contraposição a essa ideia, para Molinier, a questão do amor e do afeto são componentes incontornáveis do cuidado, e essa não deixa de ser uma afirmação subversiva do ponto de vista das políticas atuais do trabalho e do emprego, pois opera uma crítica do dogma da especialização profissional. Com efeito, Molinier critica a repartição do “*dirty work*” tal como ele se realiza hoje no quadro da “profissionalização do cuidado”.

⁸ Sobre a regulamentação da profissão de cuidador no Brasil, ver Debert e Oliveira (2016).

Atenta às formas de especialização e segmentação profissional no espaço mercantil que contribuem para a hierarquização do trabalho do *care* e tornam o trabalho das cuidadoras no mais baixo escalão cada vez menos visível e valorizado, ela propõe a politização do *care*. Isso significa ir além do escrutínio das atividades realizadas, das hierarquias e formas de dominação envolvidas e até mesmo da demonstração de que o modelo do *care* tem se transformado no protótipo do trabalho no mundo contemporâneo. Politizar o *care* é ver como a dependência impacta os valores centrais do ideal democrático.

A Politização do Cuidado e a Democracia

Boa parte das pesquisas e reflexões sobre o cuidado está empenhada na busca de formas de valorização deste trabalho e no desvendamento das razões da sua desvalorização. Quando essa desvalorização é atribuída ao fato de essa ser uma atividade das mulheres, as propostas vão na direção da integração dos homens no trabalho do cuidado. Essa integração poderia promover a valorização das tarefas realizadas, que passariam a ter o mesmo estatuto de outros tipos de trabalhos. Os críticos dessa visão argumentam que o cuidado está profundamente integrado no sistema sexo/gênero e que a divisão social do trabalho – que faz do cuidado uma tarefa das mulheres – não poderia ser abolida sem uma profunda mudança nas construções de gênero. Além disso, a integração dos homens no trabalho resultaria em novos padrões de dominação e hierarquias, acabando por transformá-los em administradores do trabalho das mulheres.

Não se trataria assim de distribuir o cuidado com os homens, nem impor uma formação profissional para valorizar cuidadores, mas sim de dar o devido valor a essas práticas relacionadas aos vínculos emocionais, como dedicação, carinho, amor, compaixão e doação ao outro assistido e, nesse sentido, trata-se de um tipo muito específico de trabalho. A qualidade das nossas vidas seria perdida com a imposição das formas de racionalidade mercantil, convertendo o cuidado em mero trabalho. Ainda, desse ponto de vista, criticam-se os movimentos e lutas tidas como emancipatórias, mas que acabam por reproduzir as práticas de dominação contra as quais

se levantaram, na medida em que, ao contestarem a organização de gênero de uma sociedade capitalista, acabam por reproduzir seus valores fundamentais.⁹

A concepção de que o trabalho reprodutivo e a depreciação do trabalho doméstico e da criação dos filhos era o que levava à subordinação das mulheres é contestada. A própria ideia da dupla jornada de trabalho é considerada uma classificação inadequada – porque degradante – das atividades de cuidado em oposição ao trabalho remunerado¹⁰. Demandas de inclusão via emprego e trabalho assalariado, tendem a mercantilizar o cuidado, incorporando as mulheres em um sistema de valores competitivos, anulando assim valores próprios da ética do cuidado.

Na contramão dessas colocações, os teóricos da deficiência, ao estabelecerem a relação entre cuidado e opressão, têm preferido denominar esse trabalho de serviços de assistência pessoal, considerando que o pagamento direto dessas atividades é a garantia da quebra da ligação entre cuidado, confinamento e dominação e a condição para que as pessoas possam ter o domínio de aspectos importantes da vida cotidiana que não devem ser relegados aos horários e às práticas mais adequadas ao cuidador.

Nessa perspectiva, prevalece a concepção caracterizada por Zelizer (2012) de “mundos hostis” – o mundo do amor e o mundo do dinheiro – visão que ela se apressa em contestar em nome de uma “nova economia do *care*”, capaz de criar combinações equitativas.

Berenice Fisher e Joan Tronto (1990) consideram que é preciso politizar o *care*, revendo valores centrais do ideal democrático. Elas mostram, com razão, que a tradição filosófica liberal se concentra numa visão do mundo na qual o homem racional e autônomo realiza seus projetos de vida no domínio público, as pessoas se encontram isoladas e o self é anterior às suas atividades e às conexões com os outros. O suposto é uma divisão de funções entre a esfera feminina e a esfera masculina, esta compreendendo os assuntos públicos e direitos legais. A mulher é pensada como um ser dependente, responsável pelo cuidado dos outros, pelas obrigações familiares e pelo trabalho não remunerado. Por isso mesmo, o

⁹ Sobre essas propostas e suas críticas ver Hirata e Debert (2016).

¹⁰ Sobre o tema ver Weeks (2009).

trabalho de cuidado é invisível, mitificado e opressivo. Apesar de algumas feministas tentarem liberar o conceito de cuidado dos pressupostos em que ele está embebido, sua perspectiva tende a estar enraizada no mundo dos homens, do homem racional e autônomo. A visão que herdamos do cuidado tem a ver com o “culto à domesticidade” – um ideal desenvolvido no século XIX, com a entrada dos homens de classe média no mercado de trabalho capitalista e com a exclusão das mulheres do trabalho remunerado. O culto da domesticidade realçou a sensibilidade moral e emocional das mulheres de classe média (em oposição ao trabalho físico que deveria ser realizado pela empregada doméstica) e enfatizou a obrigação de cuidar (em oposição ao direito de competir e expressar interesses individuais próprios dos homens) e a natureza extremamente privada do cuidado (em oposição aos negócios públicos e aos ganhos no mercado).

As autoras, apoiadas na oposição de Gilligan entre a ética da justiça e a ética do cuidado, reconhecem nessa obra uma mudança de paradigma. Deste ponto de vista, a dependência ganha uma conotação positiva. Para tornar o cuidado um valor democrático é preciso reconhecer nossa dependência e a dependência de cada um. Precisamos admitir que todos nós somos vulneráveis. O reconhecimento de nossas dependências mútuas não significa o sacrifício do sujeito e sim a compreensão do agir com responsabilidade em relação a si mesmo e aos outros. As palavras de Tronto (2013), de maneira sintética, resumem esse novo desafio: é preciso trazer o cuidado para a democracia e, ao mesmo tempo, democratizar o cuidado.

Esta coletânea é composta de cinco artigos. No primeiro deles, Brett Neilson, numa reflexão densa, mostra como globalização e envelhecimento são processos multidimensionais com efeitos entrelaçados nos planos socioculturais, políticos e econômicos. Esse entrelaçamento dá configurações específicas às questões do cuidado e da imigração que não podem ser negligenciados quando se pensa em sistemas descentralizados de controle global e na tendência à fragilização dos mecanismos de governança disciplinares, centrados nos Estados nacionais.

Pode-se dizer que o texto de Arlie Hochschild, o segundo artigo traduzido nesta coletânea, é um clássico nos estudos sobre cuidado e

imigração. Com um título sugestivo, indicando a substituição do ouro pelo amor, a autora – que é uma das pioneiras no estudo da sociologia das emoções –, explora as mudanças na relação entre o mundo desenvolvido e o mundo pobre. Se antes era a exploração de bens e matéria-prima que marcava a empresa colonial, hoje, é o cuidado, o amor e o carinho para com as crianças e os idosos que dão novas configurações ao trânsito internacional de pessoas.

Sabemos que imigrantes das Filipinas se tornaram sinônimo da indústria do cuidado, particularmente nos países mais ricos, mas é explorando o conceito de desafeição – contra as ideias do amor e da maternagem – que Martin F. Manalansan IV, no terceiro texto apresentado neste volume, volta-se para expressar os regimes afetivos envolvidos nos circuitos de sujeitos subalternos nas Filipinas e na diáspora. A desafeição oferece um vocabulário alternativo ao modo como o senso comum, o discurso acadêmico e o próprio Estado filipino interpreta o trabalho de cuidado de seus cidadãos.

No artigo intitulado “Um segredo público: o viver assistido, cuidadores, globalização”, Kathleen Woodward (2016) mostra que boa parte dos estudos sobre o envelhecimento deixaram de lado a questão do cuidado. Da mesma forma, pode-se dizer que boa parte dos estudos sobre o cuidado se voltaram para as questões de gênero, deixando de lado os estudos sobre deficiência. No quarto capítulo desta coletânea, Bill Huges, Linda McKie, Debra Hopkins e Nick Watson apontam as diferenças entre o movimento das pessoas com deficiência e o feminismo, procurando rastrear os conflitos, mas também traçar pontes entre esses movimentos, particularmente no que diz respeito a uma ética do cuidado.

Encerra esta coleção o artigo de Isabel Georges, em que é feita uma exposição densa da resiliência da noção de cuidado. A autora aponta com precisão que as características desse tipo de trabalho parecem indicar as novas formas de hierarquização do mundo globalizado do trabalhador. Com esta coletânea, esperamos contribuir com cursos de formação e pesquisas de temas relacionados com as diferentes dimensões do cuidado, que tem mobilizado um número crescente de estudantes, pesquisadores e profissionais nas diferentes áreas de atuação.

Para concluir, gostaríamos de dizer que a realização desta coletânea só foi possível graças à seriedade e ao empenho de Isabel Georges, com seu artigo original, e dos tradutores Carolina Branco, Giovanni Vendramini Alves, Domila do Prado Pazzini e Vanessa Sander, que fizeram um trabalho cuidadoso em cada um dos textos que traduziram. Por último – mas não menos importante –, gostaríamos de agradecer as revisões minuciosas de Cristina Marques, com seu olhar atento aos pequenos detalhes técnicos dos artigos desta coletânea.

Bibliografia

ARAÚJO, A. M. C., Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, I.; LEITE, M. P. (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012, pp. 135-172.

ASSIS, G. O. Entre dois lugares: as experiências afetivas de mulheres imigrantes brasileiras nos Estados Unidos. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (orgs.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Coleção Encontros, Campinas, PAGU, UNICAMP, 2011, pp. 321-362.

BILAC, E. D. Trabalho e Família: articulações possíveis. *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*, volume 26, n. 1, junho de 2014, pp. 129-145.

BILAC, E. D. Trabalhos produtivos, trabalhos reprodutivos: as trajetórias femininas de trabalho e suas representações. *Perspectivas*, São Paulo, v. 12/13, pp. 143-161, 1989/90.

BORIS, E. Produção e Reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014.

CHENAL, O.; KERGOAT, D. Production et reproduction: les jeunes travailleuses, le salariat et la famille. *Critiques de l'Economie Politique*. n. 17, 1981.

COMBES, D., HAICAULT, M. Production et reproduction, rapports sociaux de sexes et de classes. In: COMBES, D., HAICAULT, M. (orgs.). *Le sexe du travail*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

CORRÊA, M. Uma pequena voz pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 11, pp. 52-53, 1998.

DALY, M., LEWIS, J. *The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states*. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 2, pp. 281-98, 2000.

DEBERT, G. G. Migrações e o Cuidado do Idoso. *Cadernos Pagu*, n. 46, 2016.

DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, A. M. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, pp. 7-41, 2015.

FISHER, B.; TRONTO, J. Toward a Feminist Theory of Caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. (orgs.). *Circles of Care*. Albany, New York: SUNY Press, 1990, pp. 36-54.

FLEISCHER, S. R. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachussets*. São Paulo: Annablume, 2002.

GILLIGAN, C. *Uma Voz Diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

GREGORI, M. F. Resenha do livro *Ciladas da Diferença de Pierucci*. *Estudos CEBRAP*, n. 57, 2000.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.) *O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras (1970 – 1995)*. São Paulo, ANPOCS/ Editora Sumaré, 1999.

HIRATA, H.; DEBERT, G. (2016). Apresentação ao Dossiê Gênero e Cuidado. *Cadernos Pagu*, n. 46, 2016.

HOCHSCHILD, A. Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs). *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012, pp. 185-200.

MARGOLIS, M. *Little Brazil*. Campinas: Papirus, 1994.

MARTES, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachussets*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MOLINIER, P. Cuidado, Interseccionalidade e Feminismo. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, pp. 129-145, 2014.

MOLINIER, P. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs). *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012, pp. 29-43.

MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. *Qu'estce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009.

OLIVEIRA, A. M. *A invenção do cuidado: entre o dom e a profissão*. 2015. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

PARREÑAS, R. S. O trabalho de *care* das acompanhantes. Imigrantes Filipinas em Tóquio. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs). *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Editora Atlas, 2012, pp. 201-115.

RABINOW, P.; ROSE, N. Biopower Today: Anthropology of the Contemporary. *BioSocieties*, v. 1, pp. 195–217, 2006.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PULHEZ, M. M. *Care e doulagem como atributos femininos: aproximações possíveis*. Mimeo. IFCH, UNICAMP, 2015.

SALLES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Editora Cortes, 1998.

SÃO JOSÉ, J. What are we talking about when we talk about care? A conceptual review of the literature. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n. 81, pp. 57-74, 2016.

SASSEN, S. *Entrapments rich countries cannot escape: governance hotspots*, 2001. Disponível em: <<http://www.theglobalsite.ac.uk/times/109Sassen.ttm>>.

SOARES, A. As emoções do *Care*. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs). *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Editora Atlas, 2012, pp. 44-60.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, pp. 123-129, 2014.

TRONTO, J. *Caring Democracy. Markets, Equality, and Justice*. New York, NYU Press, 2013.

TRONTO, J. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 2 Brasília, 2007.

WEEKS, K. Hours for what we will: work, family and the movement for shorter hours. *Feminist Studies*, v. 35, 2009.

WOODWARD, K. Um segredo público: o viver assistido, cuidadores, globalização. *Cadernos Pagu*, n. 46, 2016.

Globalização e as Biopolíticas do Envelhecimento*

*Brett Neilson***

*Tradução: Vanessa Sander****

Agora é sobre a vida, ao longo de seu desdobramento,
que o poder estabelece seus domínios.
– Foucault, *História da Sexualidade*

O contexto de nossa análise deve ser o próprio desdobramento
da vida, o processo de constituição do mundo, da história.
– Hardt and Negri, *Empire*

Envelhecimento e globalização: sem dúvida, estes são alguns dos processos primários de transformação no mundo contemporâneo. Ambos têm uma longa história: em primeira instância, remontando às turvas origens da própria vida e, em segunda, estendendo-se até o passado, assim como os movimentos de larga escala da troca e da cultura registrados pelos

* NEILSON, Brett. *Globalization and the Biopolitics of Aging*. Artigo originalmente publicado em 2003, no periódico da Michigan State University Press, *The New Centennial Review*, v. 3, n. 2, Summer, pp. 161-186. As organizadoras da presente coletânea agradecem ao autor a autorização para publicar este texto.

** Professor e pesquisador na University of Western Sidney, vinculado ao Institute of Culture and Society.

*** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Revisão: Mariana Marques Pulhez e Cristina Marques.

cronistas mais antigos. Mas no mundo capitalista contemporâneo, esses processos de mudança adquiriram uma nova intensidade e proeminência, tanto que agora é trivial que ambos sejam referidos em termos drásticos. A crise do envelhecimento global, a revolução da longevidade, o *baby bust*¹: tais são os apelidos usados para descrever o envelhecimento rápido e sem precedentes da população mundial nas últimas três décadas. Igualmente sugestivas de uma virada histórica são as expressões que evocam a reorganização massiva do tempo e do espaço sob a globalização capitalista: o fim da história, o mundo sem fronteiras, a emergência da sociedade de redes, a passagem para o Império. Quaisquer que sejam as posições teórico-políticas subjacentes a essas expressões, elas atestam uma crescente consciência, experiência e, em alguns casos, resistência a esses processos de transformação mutuamente implicados. Uma dificuldade em estudar a relação do envelhecimento com a globalização é que as mudanças produzidas por um processo são muitas vezes difíceis de distinguir daquelas provocadas pelo outro. As políticas de imigração, o desenvolvimento da biotecnologia, a desregulação dos mercados financeiros, o aspecto cambiante do trabalho: todos têm implicações importantes para o envelhecimento, mas não podem ser entendidos isoladamente das mudanças em curso na organização global do capitalismo. Enquanto o presente artigo examina brevemente essas instâncias específicas de intersecção entre o envelhecimento e a globalização, seu principal objetivo é fornecer orientações teóricas e práticas para futuros estudos sobre a interação entre esses complexos processos de mudança.

Como a globalização, o envelhecimento é um processo multidimensional, com efeitos múltiplos e entrelaçados nos planos biológicos, socioculturais, políticos e econômicos. Enraizado em processos naturais de desenvolvimento ontogenético (que, em um certo nível, os humanos partilham com animais e plantas), o envelhecimento acontece em contextos socioculturais, econômicos e políticos que interagem uns com os outros de maneiras complexas e que, por sua vez, reagem em processos biológicos para moldar a condição do corpo ao longo do tempo. Enquanto seres vivos,

¹ Nota da tradutora: expressão que se refere a uma diminuição acentuada da taxa de natalidade.

todos nós experienciamos os efeitos do envelhecimento no nível somático e, sem dúvida, mais dia menos dia, enfrentaremos o momento da morte, de qualquer maneira que ela seja reconhecida ou definida. Mas as formas pelas quais envelhecemos diferem muito – por gênero, raça e classe mais obviamente, mas também por experiências históricas que afetam as coortes geracionais e as contingências das biografias individuais. Como explica Brennan (1997), a “coisa que varia (como envelhecemos) não é a mesma que a coisa que é variada (o fato de envelhecermos)” (p. 257). Enquanto o fato do envelhecimento é apresentado para nós como biologicamente auto-evidente, as variações socioculturais em como envelhecemos claramente têm uma existência material que envolve algo mais do que a biologia somática. É neste nível de imanência material (ou o que Brennan chama de fisicalidade social) que o processo de envelhecimento se entrecruza com o da globalização. Ao menos, este é o caso do mundo contemporâneo, onde os fluxos de pessoas, bens, dinheiro e tecnologia atravessam as fronteiras nacionais com crescente facilidade, desafiando a autoridade soberana dos Estados-nação e alterando profundamente a forma como o poder político é exercido sobre a vida.

Que o atual envelhecimento da população tem implicações mundiais é incontestável. Como observa o comentarista conservador Peter G. Peterson (1999), a expectativa de vida global cresceu mais nos últimos 50 anos do que nos cinco mil anteriores. Ao mesmo tempo, a taxa global de fecundidade despencou, de cerca de 5,0 (média de filhos por mulher) no final dos anos 1960 para cerca de 2,6 no final dos anos 90. Até o momento, essas transformações demográficas têm sido mais acentuadas nas economias centrais do capitalismo global. Estados-nação como Itália e Japão devem ultrapassar o conhecido referencial da Flórida (19% da população com mais de 65 anos) em 2003 e 2005, respectivamente. Alemanha, França e Reino Unido devem alcançá-lo em 2006, Estados Unidos em 2021 e Canadá em 2023. Com grandes consequências para a parcela da população economicamente ativa e para os aposentados (GRESS, 2000; ESTES, 2001), essas mudanças no perfil etário ameaçam a viabilidade econômica dos Estados-nação mais ricos e poderosos, rasgando o tecido de suas noções liberais de cidadania, constitucionalismo e contratualismo.

Apesar da aparição ocasional de ressalvas contra a demografia apocalíptica (GEE & GUTMAN, 2000), as nações mais abastadas continuam a experienciar o envelhecimento da população como uma ameaça, a ponto de renunciar, deliberadamente, aspectos de sua soberania para se despojarem de responsabilidades pelas consequências futuras de tal mudança demográfica. Isso envolve tanto a devolução de serviços de cuidados aos idosos para o nível municipal (como na Suécia), quanto a transferência parcial da responsabilidade pela manutenção dos idosos para as comunidades e redes de capital social (como na política britânica da Terceira Via), ou a reforma dos sistemas de pensão para obrigar investimentos nos mercados financeiros globais (em quase todos os países capitalistas desenvolvidos). O envelhecimento da população coloca pressão sobre o Estado-nação, erodindo devagar, mas seguramente, os seus aparatos centralizados para gerir a produção e a reprodução da vida. No entanto, surpreendentemente, a questão do envelhecimento tem recebido relativamente pouca atenção nos estudos de globalização que enfatizam a posição decadente do Estado-nação no capitalismo contemporâneo. Para explicar as transformações da soberania nacional que estão em curso, pesquisadores da globalização apontam para os efeitos duais da globalização-desde-cima (geralmente associada com mercados financeiros desregulamentados e corporações transnacionais) e da globalização-desde-baixo (tipicamente associada com quantidade crescente de migrantes e refugiados em trânsito). Embora as operações combinadas destes processos sejam cruciais para as dinâmicas de desterritorialização-reterritorialização, que reconfiguram o mundo contemporâneo, chegou o momento de reconhecer seu complexo entrelaçamento com as transformações mais lentas, mas não menos importantes, do envelhecimento, que trazem riscos para o Estado-nação desde o seu interior.

Talvez uma das razões pelas quais a questão do envelhecimento tenha figurado tão pouco nas pesquisas sobre globalização é a forte conexão destas com os estudos pós-coloniais. Ao menos nas importantes contribuições de pensadores como Bhabha (1994), Appadurai (1996) e Spivak (1999), os estudos de globalização foram ligados ao esforço de repensar a situação dos povos anteriormente colonizados sob o capitalismo

global. Não é segredo que o crescimento da idade demográfica no Sul Global tem sido menos precipitado do que no mundo capitalista abastado. De fato, o padrão de desenvolvimento utilizado para descrever os processos de mudança econômica e cultural nos países mais pobres sugere que eles são de alguma forma mais jovens ou menos maduros do que suas contrapartes mais ricas. Uma das realizações dos estudos pós-coloniais foi explodir este mito do desenvolvimento, argumentando que a modernidade assume diferentes inflexões em várias partes do globo, tornando as experiências cotidianas no Sul Global radicalmente discrepantes daquelas do Norte. Antropólogos como Cohen (1998) e Lamb (2000) demonstraram que essa heterogeneidade também marca as experiências de envelhecimento, com implicações multifacetadas que envolvem gênero, redes de sociabilidade e regimes de cuidado ao longo do curso da vida. Com as crescentes desigualdades na divisão global da riqueza, as pessoas mais velhas (especialmente as mulheres) estão entre as mais afetadas, muitas vezes abandonadas para cuidarem de si mesmas, na medida em que os jovens migram das áreas rurais para as cidades ou tentam mudar para regiões ou países mais ricos (HELP AGE INTERNATIONAL, 2002). Mas enquanto a maioria dos idosos (61 por cento ou 355 milhões) vive nos países mais pobres (EPSTEIN, 2001), a relativa juventude do Sul ainda é frequentemente citada como um fator demográfico significativo.

Não é raro ouvir referências à existência de uma “explosão juvenil” (*youth bulge*) em países como o Afeganistão, o Paquistão, a Colômbia ou o Iraque, um fenômeno que Huntington (1996) identifica como uma fonte natural de instabilidade e violência. Quaisquer que sejam as dificuldades com o argumento de Huntington, os pressupostos demográficos em que se baseia têm pouca possibilidade de futuro. Estudos das Nações Unidas (2002) indicam que, uma vez que os países em desenvolvimento também estão experimentando agora uma queda nas taxas de fecundidade, muitos estão envelhecendo mais rapidamente do que suas contrapartes no mundo desenvolvido. Na França, por exemplo, levou mais de um século para que o percentual de pessoas com 65 anos ou mais crescesse de 7 para 17 por cento da população; mas países como a Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e China têm projeções para percorrer essa distância em pouco mais de 25

anos. Enquanto isso, em países como Colômbia, Malásia, Quênia, Tailândia e Gana, a taxa de aumento das pessoas idosas entre 1990 e 2025 deverá ser de sete a oito vezes superior à do Reino Unido ou da Suécia.

Uma consequência esperada desse hiato nas taxas de fecundidade e de crescimento populacional entre o Norte e o Sul Global é uma demanda crescente de trabalhadores imigrantes nos países ricos. Não há mais, no entanto, um indicador mais sóbrio das tentativas dissimuladas do mundo desenvolvido de compensar seu déficit demográfico do que os esforços crescentes das nações ricas para excluir imigrantes e refugiados, um fenômeno particularmente marcante na Europa Ocidental e na Austrália. Embora a reforma da previdência social e dos programas nacionais de saúde tenham emergido como prioridades, tanto que estes se tornaram tópicos adorados pelos intelectuais políticos que procuram o patrocínio do Estado, os ganhos eleitorais da política anti-imigração se manifestam em demasia. Após o sucesso de figuras como Le Pen, na França, Howard, na Austrália, a aprovação das leis Fini-Bossi, na Itália, a integração dos acordos de Schengen, na legislação europeia e o reforço da rigidez do controle fronteiriço, nos Estados Unidos pós-11 de Setembro, restam poucas dúvidas de que a imigração desempenhará apenas um papel menor na luta contra o envelhecimento da população no Norte (com esforços colocados em programas que visam ajustar internamente os desequilíbrios demográficos, como o empenho para aumentar a participação da mão de obra dos idosos). Sob essas circunstâncias, a pressão sobre os Estados-nação só pode aumentar, forçando ainda mais o abandono de mecanismos de governança disciplinar centrados no Estado para sistemas descentralizados de controle capitalista global.

Recorrentemente, o aumento mundial do envelhecimento da população é tomado apenas como um efeito colateral inesperado da crescente afluência, da urbanização, do aumento da participação feminina na força de trabalho, das novas tecnologias médicas e do aborto legal. O problema de tais afirmações não é meramente sua política de gênero implícita, mas a frequente convicção de que os desafios associados ao envelhecimento global podem ser solucionados através de iniciativas políticas do Estado-nação. A investigação sobre o envelhecimento ocupa uma vasta gama de agências, incluindo órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional

(FMI) e o Banco Mundial, bem como organizações não governamentais e intergovernamentais, comissões regionais como a União Europeia, órgãos profissionais e pequenos grupos de interesse locais. Mas o principal campo de aplicação para essas pesquisas, mesmo quando realizadas na esfera internacional, é o aparato político do Estado-nação (PHILLIPSON, 2002). Assim, não só os organismos nacionais de investigação, mas também os esforços de agências internacionais ou independentes, como a Divisão de Política Social e Desenvolvimento das Nações Unidas ou o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, com sede em Washington², visam formular iniciativas e padrões políticos que possam ser instituídos no nível dos Estados-nação. Mesmo gerontólogos críticos, que importam metodologias reflexivas para ressignificar o processo de envelhecimento como heterogêneo e indeterminado, apoiam esta abordagem, pedindo por estudos comparativos sobre as políticas dos Estados-nação. No capítulo final de *Critical Approaches to Ageing and Later Life*, Anne Jamieson e Christina Victor (1997) defendem: “O discurso de bem-estar social sobre a distribuição de renda entre gerações e o papel do Estado na geração dela precisa incluir uma dimensão comparativa” (p. 183). Embora seja claramente uma tentativa bem-intencionada de contrariar generalizações etnocêntricas na literatura de política social sobre o envelhecimento, tal resposta às complexidades do envelhecimento global não explica a diminuição da soberania do Estado-nação sob o capitalismo global. Existe uma necessidade de desenvolver uma maior consciência da capacidade limitada dos Estados-nação de reversão ou gestão de tendências demográficas globais. Somente abordando a questão do envelhecimento a partir de uma perspectiva que trate das transformações em curso no capitalismo global, é possível entender o rápido envelhecimento da população mundial e as potencialidades reais de mudança que dela decorrem.

A argumentação central deste artigo é a de que o poder disciplinar dos Estados-nação para administrar a vida e regular o crescimento de suas populações, ainda que permaneça eficaz, vem diminuindo

² No original: *United Nations Division for Social Policy and Development e Center for Strategic and International Studies.*

significativamente com a rápida globalização dos sistemas estratégicos, financeiros e comunicacionais, desde o início da década de 70. Não há melhor evidência para isso do que o fato de que a população mundial está envelhecendo como nunca. Essa mudança acentuada nas tendências demográficas globais não resulta da coincidência aleatória e imprevista das mudanças dos estilos de vida e das novas tecnologias, mas parte dos efeitos micropolíticos de transformações políticas, econômicas e socioculturais de larga escala, que as administrações dos Estado-nação conheciam, mas não estavam aptas a controlar completamente. Já não é suficiente afirmar, como faz Peter Laslett (1989), que “a constituição etária da nossa sociedade se transformou de repente, sem nossa ciência do que estava acontecendo” (p. 2). Essas mudanças eram de fato bastante manifestas e atestam nada menos que uma virada histórica na maneira como o poder político intercepta a produção e a reprodução da vida. Para rastrear o complexo entrelaçamento de envelhecimento e globalização, o presente artigo recorre à noção de biopolítica desenvolvida no trabalho de Foucault (1978) e posteriormente refinada por Agamben (1998) e Hardt e Negri (2000). A intenção não é simplesmente aplicar esses discursos teóricos sobre a biopolítica às questões que cercam o envelhecimento global, mas (com essa mudança no objeto de análise) reavaliar os fundamentos epistemológicos e ontológicos do próprio conceito. Embora esses pensadores ofereçam ideias valiosas para analisar as relações entre política e vida na era da globalização capitalista, eles não dizem quase nada sobre o envelhecimento. Assim, escrever sobre a biopolítica do envelhecimento é não apenas expandir o corpus da literatura gerontológica crítica, mas também repensar ativamente alguns dos marcos teóricos mais frutíferos e desafiadores para a compreensão dos processos de globalização contemporâneos.

Ger-Ontologia

Em que sentido a vida se desdobra? As referências ao desdobramento da vida nas epígrafes acima não podem ser lidas isoladamente da exploração que Gilles Deleuze faz da noção de dobra na filosofia de Leibniz. Para

Deleuze, o conceito leibniziano de dobra registra a copresença daquilo que é ontologicamente e temporalmente diferente. Em outras palavras, a dobra faz parte de uma complexidade que reformula a relação entre interior e exterior. Dobrar um objeto é criar um espaço interior temporário no qual duas superfícies tornam possível o contato íntimo e a transferência. Assim, desdobrar ou redobrar o objeto expõe a superfície que estava no interior como um espaço exterior. Como Deleuze (1992) escreve, “desdobrar não é o oposto do ato de dobrar; é, ao invés, a continuação / extensão do ato, tanto a condição quanto a manifestação” (p. 6). Desdobrar é criar uma abertura na qual o tempo e o espaço se tornam dinâmicos, e o interior e o exterior, embora discretos, não podem mais ser separados. Não por acaso, Deleuze relaciona esse processo ao desenvolvimento do organismo: “Assim, quando um organismo é convocado a desdobrar suas próprias partes, sua alma animal ou sensível é aberta para um teatro no qual ele percebe ou sente de acordo com sua unidade, independentemente de seu organismo, mas inseparavelmente dele” (p. 11). O movimento de dobrar-desdobrar gera um crescimento ou uma ação em direção ao desenvolvimento, uma sensação de estar dentro de um *continuum* que, paradoxalmente, pode ser dividido em estados reais. Deleuze cita Leibniz: “A divisão do continuum... não deve ser tomada como a da areia dividida em grãos, mas como a de uma folha de papel ou de um manto dobrado, de tal forma que um número infinito de dobras pode ser produzido, algumas menores do que outras, mas sem o corpo ser dissolvido em pontos ou unidades mínimas” (p. 6). Uma vida que se desdobra é, portanto, uma vida em processo: uma vida que consiste num fluxo indiferenciado de tempo e de experiência, mas que, não obstante, passa por uma série de fases, transições e trajetórias – interrupções estruturadas que afetam diretamente o corpo e são experienciadas como erupções fora da rota.

Essa visão do desdobramento indeterminado – mas estruturado – da vida não é estranha aos estudiosos do envelhecimento. Desde a década de 1970, pelo menos, a noção de “curso da vida” forneceu um poderoso e multidisciplinar meio de descrever os processos intercontextuais e intertemporais pelos quais fatores históricos, socioculturais e biológicos interagem para construir as várias fases, transições e trajetórias da vida de uma pessoa. Fortalecida com os dados acumulados dos estudos

longitudinais, tanto prospectivos quanto retrospectivos, a perspectiva do curso da vida permite uma compreensão amplamente tramada do desdobramento da vida (com profundas implicações para todas as ciências humanas). Mas, concentrando-se nos processos interconectados do desenvolvimento humano, os estudos do curso da vida revelam pouco sobre a constituição ontológica da própria vida. O que se desdobra permanece fundamentalmente inefável, compreensível apenas na medida em que está sujeito à divisão e à categorização.

Neste sentido, a abordagem do curso da vida confirma a descrição da vida formulada por Agamben (2002) como “aquilo que não pode ser definido, mas que, justamente por isso, deve ser incessantemente articulada e dividida” (p. 21). Agamben não se refere a algum esquema de maturação ou desenvolvimento humano, mas à tendência da filosofia ocidental, de Aristóteles a Heidegger, de dividir a vida em formas vegetativas, animais e humanas – e, em particular, de identificar o humano em termos de uma distinção entre humano e animal que passa pelo próprio humano. Partindo de Heidegger, Agamben argumenta que se ser humano é estar aberto à qualidade de ser que os gregos chamavam *aletheia*, então essa abertura só pode ser identificada em relação ao suposto deslocamento e absorção do animal dentro do seu ambiente perceptivo imediato. Para que um ser vivo se torne humano, ele deve suspender sua animalidade, e isso significa que sua própria abertura implica um certo fechamento, uma relação de dobramento-desdobramento pela qual a conjunção-disjunção entre o humano e o animal emerge como o conflito político fundamental que subjaz a todos os outros. Logo, não é de se admirar que Aristóteles identifique o homem como um *zoon politikon* (animal político), uma vez que, em sua formulação, a divisão entre o humano e o animal se dá através da inserção da política no ser.

O desdobramento da vida é, portanto, constitutivamente político ou, em outras palavras, todas as políticas são, em um certo nível, biopolíticas. Não por acaso, Foucault (1978) se refere à definição de Aristóteles ao inventar o termo biopolítica para descrever a integração, no início da era moderna, da vida natural aos mecanismos e cálculos do poder do Estado: “Por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo com uma capacidade adicional para a existência política; o homem

moderno é um animal cuja política coloca em questão sua existência enquanto um ser vivo” (p. 143). Com essa afirmação, Foucault começa a repensar o poder político fora das categorias jurídicas e institucionais tradicionais, enfatizando as formas concretas pelas quais o poder penetra os corpos dos sujeitos e molda a existência biológica geral das populações. Um ponto central de sua noção de biopolítica é a análise da maneira pela qual o Estado-nação, desde o período de sua emergência no século XVII, racionalizou a gestão dos problemas sociais com meios novos e tecnicamente eficientes: estatísticas, polícia, saúde, regulações e bem-estar social centralizado. Através destes mecanismos de poder, que Foucault descreve como disciplinares, o Estado passou a assegurar a obediência ao seu governo ativando dispositivos de inclusão e/ou exclusão social e estruturando os limites e os parâmetros do pensamento e da prática. Não é difícil ver as implicações dessa noção de poder disciplinar, e o conceito relacionado de governamentalidade (que descreve a combinação orquestrada de mecanismos disciplinares com outras formas de agência social) para o estudo do envelhecimento. Com a emergência da biopolítica moderna, a produção de conhecimentos sobre o envelhecimento (através da pesquisa médica, da análise estatística, das ciências humanas e afins) torna-se intimamente ligada aos esforços do Estado para regular sua população (monitorar e administrar sua propagação e crescimento e, em particular, para gerir as relações econômicas entre gerações). Ao destacar os meios tecnológicos e discursivos pelos quais o poder investe sobre o desdobramento da vida, a análise foucaultiana aponta não só para as técnicas pelas quais o corpo envelhecido é subjetivado, mas também para o papel do conhecimento gerontológico nesses mesmos processos de disciplina e de governo.

Não surpreende que os argumentos de Foucault tenham se mostrado influentes na gerontologia crítica, que adverte a gerontologia *mainstream* por sua limitada cientificidade e endossa metodologias reflexivas importadas das humanidades, apontando para a construção histórica e discursiva do conhecimento sobre o processo de envelhecimento. Não é raro que os gerontólogos críticos se refiram às noções de poder disciplinar e/ou governamentalidade de Foucault quando descrevem a medicalização do corpo envelhecido ou o estabelecimento de instituições,

agências governamentais e profissões para o cuidado de idosos. Criticando as suposições de gênero inerentes às abordagens médicas tradicionais sobre o envelhecimento, Harper (1997) invoca o “conceito de tecnologias disciplinares” de Foucault para afirmar que “o controle é alcançado pela produção de novas normas de prolongamento da vida baseadas em uma solução médica para a decadência física e mental” (p. 167). De forma parecida, Higgs (1997) reconhece a relevância da “ideia de Foucault de ‘governamentalidade’... Que pode ser alargada para informar os debates atuais sobre a cidadania e os idosos” (p. 127). Porém, a aplicação mais completa do pensamento foucaultiano ao estudo do envelhecimento é *Disciplining Old Age de Stephen Katz* (1996), que analisa “as técnicas usadas pelos poderes administrativos para problematizar sujeitos idosos e os jogos de verdade e profundidade empregados pela gerontologia para conhecê-los” (p. 21). O rigor da adesão de Katz ao pensamento de Foucault é evidenciado por sua afirmação de que as “perspectivas de uma gerontologia foucaultiana rapidamente se tornam aparentes se a palavra idade for usada como termo substitutivo nas frases cativantes de Foucault sobre sexo e sexualidade” (p. 7). Como o título sugere, *Disciplining Old Age* centra-se nos mecanismos disciplinares pelos quais a produção de conhecimento gerontológico requer a subjetivação de corpos em processo de envelhecimento. Para substanciar seus argumentos, Katz volta-se para a formulação de Foucault sobre o poder disciplinar em *História da Sexualidade*. Embora essa ênfase na disciplina lhe permita examinar como a gerontologia articula o conhecimento da velhice de várias maneiras, ela também reduz sua atenção sobre outro aspecto importante da obra de Foucault, que permanece latente nos volumes sobre a sexualidade e é trazido à tona por comentaristas posteriores – que é o argumento relativo à passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle.

Em *Vigiar e Punir* (1977), Foucault observa uma tendência dos mecanismos disciplinares de se tornarem “desinstitucionalizados, de emergirem das fortalezas fechadas nas quais funcionavam” e desmembrarem-se “em métodos flexíveis de controle” (p. 211). Enquanto a disciplina opera “nas bordas da sociedade, voltada para dentro através de funções negativas”, o controle aprimora o exercício do poder, “tornando-o mais leve,

mais rápido e mais eficaz” (p. 209). É esta última imagem que Deleuze (1995) emprega para traçar a emergência das “sociedades de controle”, argumentando que as tecnologias contemporâneas constituem uma nova topologia social na qual a delimitação geográfica/institucional da disciplina – isto é, a distinção interior/exterior que fundamenta os limites do Estado – foi enfraquecida. Na sociedade de controle, inclusão e exclusão ocorrem por meio de formas contínuas e móveis de vigilância, como o monitoramento através de dispositivos eletrônicos, a gestão de riscos, as redes de bancos de dados ou a regulação fronteira em relação a fluxos divergentes de sujeitos e objetos. Uma maneira de explicar a transição para a sociedade de controle é dizer que ela envolve uma intensificação e generalização do poder disciplinar. Assim, Agamben (1998) argumenta que o poder disciplinar que atingiu sua apoteose nos campos de concentração nazistas se estendeu por toda a sociedade. Com isso, ele não quer dizer que todos os espaços contemporâneos exibem a crueldade dos campos alemães, mas que a lógica disciplinar do campo se generalizou, tornando-nos todos “cidadãos cuja própria política está em jogo em seus corpos naturais”.

Na sociedade de controle, toda a política se torna biopolítica, ou seja, o poder adota o contexto biopolítico como seu terreno exclusivo de operação. Como explicam Hardt e Negri (2000), “a disciplina fixa os indivíduos dentro das instituições, mas não consegue esgotá-los completamente no ritmo das práticas produtivas e da socialização produtiva” (p. 24). Em contraste, na sociedade de controle “o poder torna-se inteiramente biopolítico”, estendendo-se “ao longo das profundezas da consciência e dos corpos da população – e, ao mesmo tempo, através de todas as relações sociais”. Não mais ligado a aparatos disciplinares fixos, o controle é digital, traduzindo tudo na lógica de códigos e senhas, produzindo subjetividades híbridas e penetrando nas profundezas do próprio corpo social.

Qual é a relevância deste novo paradigma biopolítico para o estudo da globalização e do envelhecimento? De início, é importante reconhecer que, embora o controle suceda a disciplina, emergindo com a globalização do capital e a diminuição da soberania do Estado-nação, não é de modo algum incompatível com ela. Conforme afirma Revel (2002): as duas dimensões se sobrepõem parcialmente, e seria estúpido pensar

em sua distinção apenas na forma redutora da sucessão: sim, o controle é historicamente posterior ao nascimento da disciplina, mas disciplina e controle também podem coexistir e se entrelaçar, um jogando com o outro (p. 115). Seria mais apropriado pensar o controle como desdobramento da disciplina, pois assim se capta o sentido em que o controle estende e altera a disciplina, generalizando sua lógica e devastando a divisão dentro/ fora, que limita seu campo de domínio. No que concerne ao envelhecimento, isso significa que, embora os poderes administrativos ainda implementem métodos disciplinares para moldar o envelhecimento de suas populações, essas técnicas só serão eficazes na medida em que se acomodarem ao controle. Por exemplo, quando os governos nacionais introduzem políticas que reduzem os sistemas de pensões e aposentadorias e promovem esquemas mandatórios de poupança que obrigam o investimento nos mercados financeiros globais, a disciplina cede sua posição para o controle, ao mesmo tempo em que trabalha em conjunto com ele. Neste sentido, torna-se possível entender como e porque a produção e a reprodução da vida parecem eludir constantemente o alcance disciplinar do Estado-nação, entrando em complexa interação com os mecanismos descentrados do governo capitalista global. Os críticos das abordagens foucaultianas sobre o envelhecimento argumentam que “longe de serem excessivamente regulados e sujeitos a poderosas formas de vigilância, os idosos têm sido muitas vezes marginalizados e abandonados para cuidarem de si mesmos” (BURY, 1997, p. 335). Mas, uma ênfase no controle permite analisar como o poder opera fora dos locais estruturados das instituições sociais, investindo-se também em formas marginais de vida, cuja sujeição é marcada por sua própria negligência.

Citando o predomínio da escassez fora do mundo ocidental, Foucault (1979) reconhece a tendência da vida de escapar do âmbito do comando disciplinar: “Não é que a vida tenha sido totalmente integrada a técnicas que a governam e administram; ela constantemente escapa das mesmas” (p. 143). Na sociedade de controle, esse excesso da vida em relação à disciplina também assenta os limites do poder do Estado-nação. Quer se manifeste pela persistência da escassez, pela mobilidade dos migrantes ou pelo envelhecimento das populações, o novo paradigma biopolítico não pode ser contido pelas fronteiras nacionais, operando ao longo de terrenos

transnacionais com limites afrouxados. Isso investe na vida uma certa liberdade, mas também a sacia com novas formas de poder, uma vez que, na medida em que o controle se estende pela superfície do globo, ele não deixa nenhum local inabitado por seus dispositivos de domínio. Todo o contexto da reprodução é integrado sob o regime capitalista e a própria vida é investida de valor econômico: por meio dos sistemas de gerenciamento de riscos associados aos esquemas de seguro de vida e de saúde, por exemplo, ou pelo investimento de capital em biotecnologia que permite o acesso a informações contidas em tecidos, imagens e fluidos disponíveis no próprio corpo. No entanto, precisamente por causa desse funcionamento biopolítico, o capital global permanece dependente da vida, que produz a inteligência, os sentimentos e as relações comunitárias necessárias para que o sistema se reproduza. Um indicador disso é a centralidade do trabalho imaterial na produção capitalista contemporânea; isso é, o trabalho que produz um bem imaterial, como um serviço, um produto cultural, conhecimento ou comunicação. Tanto nos serviços simbólicos-analíticos que dominam a economia da informação, quanto no trabalho afetivo do contato e da interação humana que caracterizam as indústrias de cuidado e entretenimento, hoje os maiores lucros são produzidos por meio de redes de interatividade cooperativa que atravessam o corpo social. Embora o capital possa investir e lucrar com esses processos de cooperação intelectual e afetiva, ele não pode ativá-los ou orquestrá-los, ou seja, não pode produzir nada vital ou ontológico. Como argumentam Hardt e Negri (2000), “a vida é o que mistura e domina toda a produção” (p. 365). E é para a questão da substância ontológica da vida que devemos nos voltar para aprofundar as complexidades do envelhecimento na sociedade global de controle.

Falar da substância ontológica da vida é colocar a ênfase na imanência e na experiência: é abordar o processo de envelhecimento como uma experiência comum e um processo criativo que se desenvolve em circunstâncias socioculturais, econômicas e políticas contingentes. Enquanto as variações na forma como envelhecemos tornam impossível descrever o processo de envelhecimento como inevitável, todos nós existimos na extremidade do ponteiro do tempo, o que quer dizer que nosso ser está sujeito a uma certa irreversibilidade temporal. Uma maneira

de explicar isso é invocar a noção de fluxo temporal ou *durée*, conforme a filosofia de Bergson, que identifica a força vital da vida com o fluxo qualitativo e heterogêneo de tempo vivido. Nessa perspectiva, o tempo passa por nós; nós vivemos o tempo, que deixa seus vestígios em nossos corpos, dependendo dos espaços que habitamos e das formas pelas quais os habitamos. Mas o que significaria ir além desses modelos vitais de passagem do tempo e de sua ênfase correlativa na experiência fenomenológica para entender o desdobramento da vida como um processo de produção?

Afirmar que a idade é produzida não serve apenas para concentrar a atenção no caminho pelo qual o poder molda o desdobramento da vida (através da interação recíproca da disciplina e do controle), mas também para enfatizar que a própria vida consiste na produção e reprodução dos conjuntos de cérebros e corpos. Isso requer um afastamento da visão em que o envelhecimento envolve o desengajamento da produção, uma transição de declínio ou aposentadoria que marca a saída do corpo das redes produtivas de interatividade humana. Embora o envelhecimento possa envolver o surgimento de deficiências que restringem a participação nos circuitos da produção capitalista, isso deve ser cuidadosamente diferenciado da atividade produtiva da própria vida, que é inerente ao corpo biopolítico coletivo e precede qualquer produção de mais-valia. O que está em jogo é nada menos que a possibilidade de repensar os modelos de cidadania e economia que pressupõem uma subjetividade inerente à eficiência do corpo (BRECKENRIDGE & VOGLER, 2001), uma disposição que se aplica tanto às noções que celebram a Terceira Idade (LASLETT, 1989; GILLEARD & HIGGS, 2002), a qual suprime o conhecimento sobre eventuais avarias corporais, quanto aos conceitos normativos de bem-estar e capacidade humana, que derivam dos universalismos do pensamento ocidental relativos ao corpo.

Corolário disso é o reconhecimento de que o envelhecimento abrange uma multiplicidade de eixos de diferença heterogêneos, que se estende também aos muito jovens. Falar do envelhecimento como um processo comum não é reivindicar sua universalidade. Um desafio especial para o estudo do envelhecimento e da globalização é desestabilizar a tendência do pensamento gerontológico tradicional de universalização dos vários valores e suposições ocidentais. Essa propensão é particularmente

evidente nas abordagens interculturais, que procuram distinguir os aspectos supostamente universais do envelhecimento daqueles fatores que variam de acordo com as condições socioculturais. Muito populares no trabalho de Cowgill (1972), as variações socioculturais do envelhecimento são explicadas pelo grau de modernização da sociedade, identificando-as em termos de “nível de tecnologia, grau de urbanização, taxa de mudança social e grau de ocidentalização” (p. 2). Contrariamente a este alinhamento das diferenças socioculturais ao longo de um único caminho de desenvolvimento, é necessário afirmar que a experiência comum do envelhecimento é sempre singular. Isso quer dizer que, embora todos nós envelheçamos, o fazemos de maneira diferente; já que a singularidade de nossas experiências de envelhecimento implica uma multiplicidade de outras experiências; e que a comunalidade do envelhecimento consiste no reconhecimento e na abertura para essa alteridade. Longe de legitimar uma abordagem que correlaciona as diferenças socioculturais com algum processo abstrato de modernização, a teoria do envelhecimento e da globalização deve dar conta das diferenças concretas que se desdobram dentro da própria modernidade. Isso significa reconhecer a existência de modernidades plurais e sobrepostas, que são ao mesmo tempo manifestamente locais e móveis na escala global. Pensar sobre a produção do envelhecimento no mundo contemporâneo é, portanto, participar de um salto radical de escalas: desde os espaços mais íntimos do corpo até os espaços capitalistas de larga escala de acumulação e controle. O conceito de biopolítica tem a profundidade ontológica apropriada para preencher essa lacuna.

A produção da Velhice

Em um artigo intitulado “Entrapments Rich Countries Can not Escape” – que circulou na Internet no dia dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001 – Saskia Sassen (2001) identifica o nexos entre o envelhecimento e a migração como uma questão chave de governança para o mundo capitalista abastado.

Conforme as economias ricas se tornam mais ricas, elas se tornam mais desejáveis, e à medida que levantam seus muros para manter imigrantes e refugiados de fora, alimentam o tráfico ilegal de pessoas. Ainda assim, enquanto os países ricos se esforçam cada vez mais para afastar os potenciais imigrantes e refugiados, eles enfrentam um crescente déficit demográfico e um rápido envelhecimento da população. De acordo com um importante estudo austríaco, no final do século atual, o tamanho da população da Europa Ocidental terá diminuído 75 milhões (segundo os padrões atuais de fecundidade e imigração) e quase 50% terá mais de 60 anos – fato inédito em sua história. Onde conseguirão os novos trabalhadores jovens de que precisam para apoiar a crescente população idosa e para fazer os trabalhos pouco atraentes, alguns dos quais envolverão cuidados domésticos e institucionais para os idosos? A exportação de pessoas idosas e de atividades econômicas é uma opção que está sendo considerada agora. Mas há um limite para a quantidade de pessoas idosas e empregos com baixos salários que você pode exportar. Parece que a imigração será parte da solução. Mas a forma como os países do Norte Global estão avançando não envolve preparação para lidar com isso. Eles estão construindo muros para manter os possíveis imigrantes para fora, alimentando assim o tráfico ilegal.

O registro mais impressionante das políticas de bloqueio, que marcam as tentativas das nações ricas de lidar com o envelhecimento populacional, é seu empenho crescente em bloquear as imigrações e os fluxos de refugiados. A mobilidade global de migrantes e refugiados é em parte um efeito da crescente divisão desigual da riqueza e do trabalho sob a globalização capitalista. Enquanto os países ricos se recusarem a perdoar dívidas, estender o crédito e levantarem barreiras comerciais, só pode haver um aumento no número de pessoas tentando adentrar os muros que o mundo desenvolvido edifica para proteger seus interesses. Esses trânsitos e os sistemas de detenção e deportação que os acompanham, e que procuram limitá-los e controlá-los, devem ser entendidos no contexto histórico mais amplo da mobilidade internacional de mão-de-obra e seus regimes de trabalho associados. Como a obra monumental

de Yann Moulier Boutang (1998) aponta, as tecnologias contemporâneas de controle de fronteiras instituem modos de trabalho que revelam uma continuidade com as práticas históricas de escravidão e exploração. Longe de serem arcaísmos ou ajustes transitórios, tais regimes de trabalho são componentes do desenvolvimento capitalista e surgem precisamente da tentativa de limitar a mobilidade dos trabalhadores. Nas sociedades ricas com envelhecimento acentuado, esse controle envolve frequentemente a circulação dos trabalhadores através de uma determinada economia: a substituição contínua de pessoas que estão dispostas a assumir empregos de baixa remuneração e baixo status (incluindo o cuidado de idosos) através de novas coortes de imigrantes. Desse modo, as nações ricas visam evitar a situação em que os trabalhadores permanecem e envelhecem no país anfitrião, compensando os seus desequilíbrios demográficos com uma contínua renovação dos migrantes mais jovens.

É importante lembrar que nem toda migração envolve o movimento de pessoas do Sul Global para o Norte. Na verdade, o fenômeno da migração de aposentados (*retirement migration*), ou o que Sassen chama de exportação da velhice, envolve a mudança de idosos de países capitalistas ricos para destinos onde a mão-de-obra é mais barata (e o clima geralmente mais temperado): os japoneses vão para a Tailândia, os britânicos para Espanha e Portugal, e os norte-americanos para a Argentina (WARNES et al., 1999; GUSTAFSON, 2001). Mas as compensações demográficas da migração de aposentados são baixas e, de qualquer forma, excedidas em números pela chegada (no Norte) dos pais de migrantes advindos do Sul que se transplantaram com sucesso – um fenômeno que somente agora os países ricos estão tentando limitar. A maioria dos migrantes no mundo contemporâneo viaja entre lugares no Sul. Aqueles que atravessam a fronteira Norte-Sul podem ser divididos em dois grupos: um pequeno número de profissionais altamente treinados e pelos quais os países ricos competem ferozmente e um vasto exército de trabalhadores e refugiados não qualificados que se esforçam para escapar das condições de vida opressivas ou insuportáveis. Dentre os que fogem de conflitos e situações de emergência, aproximadamente um terço são idosos (HELP AGE INTERNATIONAL, 2000). No entanto, a idade média dos migrantes Sul-

Norte permanece significativamente inferior à das populações dos países ricos, uma diferença de 7,2 anos na Austrália (AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS, 2000). Enquanto economistas e demógrafos (ALVARADO & CREEDY, 1998; MCDONALD & KIPPEN, 1999; EUROPEAN COMMISSION, 2002) discutem sobre o quanto a migração pode compensar o envelhecimento populacional em nações ricas, a crescente pressão sobre o envelhecimento no mundo em desenvolvimento (RANDEL, GERMAN & EWING, 1999), junto ao aumento das desigualdades nas divisões internacionais de riqueza e trabalho, sugere que o fluxo de migrantes para o Norte Global provavelmente não diminuirá. Como salienta Sassen, os países desenvolvidos escolheram quase universalmente o caminho do controle estrito das fronteiras, buscando profissionais qualificados, mas excluindo um grande número de migrantes econômicos e refugiados, alimentando o tráfico de pessoas e exacerbando os desequilíbrios demográficos.

Mezzadra (2001) lembra que a decisão de migrar ou de procurar asilo envolve uma produção de subjetividade e não pode ser inteiramente entendida em termos de fatores objetivos *push-pull*³: desigualdade na distribuição da riqueza, disparidades demográficas, guerras, desastres ambientais, e assim por diante. Com a atual interdição dos fluxos migratórios Sul-Norte, essa produção de subjetividade acarreta uma ameaça às barreiras do interior/exterior que atestam a lógica territorial da soberania do Estado-nação – uma provação para os regimes de segurança ativados pelas administrações estaduais para regular o trânsito de pessoas, bens e informações através de suas fronteiras. Como destaca Agamben (2001), esse poder de segurança exterior, que pode tornar-se tão facilmente uma forma de terror, obscurece e complementa o poder de internacionalização da disciplina pelo qual os Estados-nação tentam moldar o comportamento e o perfil demográfico de suas populações. Mas, no mundo contemporâneo, as fronteiras entre a disciplina e a segurança estão se rompendo, mais obviamente no borramento da separação entre forças policiais e militares,

³ Nota da tradutora: *Push-pull factors* é uma expressão que designa os fatores considerados típicos que empurram as pessoas para a migração ou as atraem (puxam) para certos lugares.

processo acelerado pela “guerra global permanente” atualmente em curso. À medida que o controle capitalista global abre as fronteiras nacionais para os fluxos de bens e dinheiro, os movimentos transfronteiriços de migrantes e solicitantes de asilo ameaçam a impermeabilidade das fronteiras nacionais desde baixo. Isso leva a uma acentuada situação de insegurança, registrada sobretudo na retórica política que rotula aqueles que atravessam fronteiras como ilegais, criminosos ou pior: terroristas em potencial. Esse léxico já é evidente ao redor do mundo capitalista desenvolvido, perpetuado não apenas por partidos políticos nacionalistas, populistas e de centro-direita, mas também por organizações conservadoras de esquerda que unem a defesa dos mecanismos disciplinares do Estado-nação (particularmente sistemas de previdência social) às fortes agendas anti-imigração.

Na prática, esta equalização do migrante com o criminoso leva ao estabelecimento de campos de detenção para atravessadores de fronteiras, espaços de exceção política onde os países ricos mantêm indefinidamente os solicitantes de asilo enquanto aguardam sua expulsão ou retorno. Seja nos *centri di permanenza temporanea* da Itália, nos *offshore camps* estabelecidos na Austrália em Nauru e Manus Island, ou no centro de detenção Krome fora de Miami, esses espaços incorporam o que Agamben (1998) chama de “paradigma biopolítico fundamental do Ocidente” (p. 181). Eles são locais para pessoas que se considera não terem direito ao Estado-nação, mas que, paradoxalmente, são colocadas violentamente sob seu controle por serem excluídas de suas leis. Despojados de seus direitos, os detidos em tais lugares expõem uma lacuna entre as categorias do homem e do cidadão, estando sujeitos a um poder soberano que os reduz a uma condição de vida nua: corpos despojados de qualquer valor político. Sem delongar-se na brutalidade desses espaços, é possível especificar seu papel na produção do envelhecimento. Não só a detenção exclui os migrantes das redes produtivas da sociedade, como também o espaço do campo de refugiados é secretamente paralelo ao de outro local cada vez mais prevacente, ainda que mais estrategicamente obscurecido nas sociedades envelhecidas: o asilo.

Em primeiro lugar, o campo de refugiados e o asilo parecem ser tipos de espaços radicalmente diferentes. O primeiro é fornecido para a

detenção dos solicitantes de asilo privados de seus direitos, enquanto o último é utilizado para o cuidado de corpos em processo de envelhecimento avançado, oscilando entre a vida e a morte, mas ainda assim investidos de direitos e valor. Acima de tudo, o corpo em processo de envelhecimento avançado é atribuído com o que é conhecido como a sacralidade da vida, um direito absolutamente fundamental e o dever de continuar vivendo, expresso, por exemplo, em decretos contra a eutanásia. Mas como Twigg (2000) argumenta, a prática diária do cuidado de idosos dependentes e suas atividades tidas como ordinárias são subsumidas por práticas de poder nas quais a ambivalência do corpo é gerida através de formas incertas de proximidade. Como uma forma preeminente de trabalho afetivo, esse tipo de cuidado envolve um encontro com a nudez social (particularmente nas práticas de banho e cuidado pessoal), que é cada vez mais mediada por relacionamentos marcados por diferenças raciais e de gênero. Embora o equilíbrio de poder possa ser ambíguo nessas situações, marcadas, por um lado, pela possibilidade de abuso dos idosos e, por outro lado, pelas desigualdades de renda e status social, o espaço do asilo (ou mais rotineiramente do hospital onde o paciente é mantido vivo) se assemelha ao do campo de refugiados em sua gestão das fronteiras entre a vida e a morte.

Ao desenvolver seu argumento sobre a centralidade do campo de refugiados para a biopolítica moderna, Agamben examina as questões complexas que rodeiam os protocolos médicos, ferramentas que identificam o corpo enquanto vivo ou morto. Referindo-se à situação em que corpos em coma ou em outras situações de inconsciência são mantidos indefinidamente vivos por tecnologias de apoio à vida ou transplantes, ele argumenta que “o quarto de hospital no qual... [o paciente] vacila entre vida e morte delimita um espaço de exceção em que uma vida puramente nua, inteiramente controlada pelo homem e sua tecnologia, aparece pela primeira vez” (p. 164). Se a vida e a morte não podem mais ser identificadas como conceitos científicos, mas devem ser, segundo defensores do conceito de morte cerebral, distinguidas em virtude de uma decisão política feita por um corpo soberano, então o status legal do paciente em cuidados paliativos fica cada vez mais parecido com o do detido em custódia. Em

ambos os casos, o corpo se torna uma forma de vida nua, incapaz de tomar decisões por si mesmo e abandonado a um poder soberano que, de fato, detém a substância ontológica da vida em suas mãos.

Não é nenhum segredo que essas relações de poder estão se tornando cada vez mais complexas, em um mundo onde o poder soberano está sendo arrancado do Estado, e avanços na biotecnologia prometem saltos ainda maiores no alcance da medicina na vida. A investigação com células tronco é, particularmente, uma interseção dessas tendências, uma vez que não só promete desenvolver novas tecnologias de longevidade através da criação de órgãos e outras formas de clonagem terapêutica (WALDBY, 2002); mas também é levada à esfera privada do investimento global de capital por legislações estaduais (ao menos nos Estados Unidos) que limitam o financiamento para certos tipos de experimentação. Em sociedades capitalistas desenvolvidas, o mercado de tecnologias que retardam ou obscurecem os efeitos do envelhecimento está crescendo tanto em tamanho quanto em participação global na economia. Os produtos e procedimentos disponíveis abrangem uma vasta gama: que vão desde substâncias produzidas em massa, como as partículas de ceramida contidas em produtos cosméticos antienvelhecimento, até procedimentos cirúrgicos corretivos rápidos, como a lipoaspiração e a injeção de botox. Como argumenta Rose (2001), a farmacologia é outra prática que remodela as normas da vida contemporânea, prometendo um poder de reajustar nossa existência somática de acordo com as exigências que aspiramos. Drogas como o Viagra reescrevem ativamente as normas da sexualidade masculina, enquanto o tratamento de reposição hormonal redefine a experiência da menopausa e do curso da vida feminino. Para não mencionar a vasta gama de contraceptivos, que reescrevem as relações de parentesco e as agendas reprodutivas; drogas psiquiátricas como Prozac e Zoloft, que redefinem as normas de interação social; e vários outros tipos de substâncias farmacêuticas que prolongam a vida através do tratamento de enfermidades cotidianas: Aransep para doença renal, Remodulin para hipertensão pulmonar, Exelon para a doença de Alzheimer... e assim por diante.

Embora a farmacologia seja um grande negócio, ela é o campo da biotecnologia que promete os maiores lucros e o maior potencial para o

prolongamento da vida. Com a descoberta de que o corpo não envelhece homogeneamente, mas reabastece de forma desigual as células e tecidos em determinados locais (SINDEN, 2000), a perspectiva de implantação de tecnologias genéticas para aprimorar áreas propensas a degeneração (como o cérebro) ou alinhar órgãos promovendo a autorrenovação (como a medula óssea) alimenta o sonho de uma biologia completamente regenerativa. Para esta fantasia, o corpo envelhecido poderia compartilhar da vitalidade embrionária do corpo jovem, reproduzindo a si mesmo indefinidamente, ainda que apenas em um estado de vivacidade em suspensão. Embora este cenário seja improvável de realizar-se, ele é altamente informativo sobre as relações sociais envolvidas na biotecnologia contemporânea. Não há dúvida de que a intensidade do investimento financeiro neste setor, que agora impulsiona a economia de certas regiões (como Boston e Cambridge nos Estados Unidos), relaciona-se com a expectativa de altos retornos conforme as novas tecnologias de rejuvenescimento se tornam comercializáveis para uma população em envelhecimento. Por isso, a pressa de patentear determinadas formas de informação genética e de aplicar os direitos de propriedade intelectual em escala global através de acordos como as TRIPs (*Trade Related Intellectual Property*) (FROW, 1997). Não é difícil prever o resultado de tal especulação: a distribuição cada vez mais desigual de longevidade em todo o mundo, e a correspondente polarização entre poder e riqueza derivados desses mesmos investimentos biotecnológicos.

Claramente, a produção biotecnológica da velhice está fortemente ligada ao mercado de capitais, uma área cada vez mais dominada por fundos geridos para fins de aposentadoria. Uma maneira pela qual o envelhecimento da população desgasta as instituições do Estado-nação e força a transição para a sociedade de controle consiste na diminuição da viabilidade dos regimes nacionais de aposentadorias e pensões, levando os governos a apresentar reformas que incentivem ou exijam planos previdenciários privados, principalmente através de investimentos nos mercados financeiros globais (BLACKBURN, 2002). Se isto envolve sistemas obrigatórios de contas privadas (como na Austrália), programas centralizados em que o Estado investe a maior parte dos fundos (como na Suécia), ou a expansão do mercado de seguros privados geridos pelo

empregador para complementar os pagamentos mínimos de seguridade social (como nos Estados Unidos), o resultado é um aumento maciço no total de ativos financeiros para fins de aposentadoria. Blommestein (2001) aponta para um triplo aumento dos ativos financeiros provenientes de fundos previdenciários da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no período de 1990 a 1998, tornando-a a maior *stakeholder* no sistema financeiro global. Não só houve um crescimento no tamanho geral dos ativos de aposentadoria nos últimos anos, mas também houve uma mudança na alocação de investimentos desses fundos para ativos de maior rendimento e maior risco, como ações na bolsa de valores. As consequências incertas desta exposição de mercado já foram testemunhadas na crise da Enron, onde os detentores dos planos de aposentadoria 401(k) (contribuições para aposentadoria pagas aos empregados na forma de ações da empresa) foram os perdedores.

Como Zizek (2002) observa, a falência da Enron fornece "um comentário irônico sobre a noção de sociedade de risco". Enquanto aqueles que perderam suas economias foram expostos ao risco sem qualquer escolha real, aqueles que tinham uma compreensão dos riscos puderam optar por proteger-se descontando suas ações antes da falência. Em outras palavras, "na sociedade de risco... alguns (os gerentes da Enron) têm as opções, enquanto outros (os funcionários) assumem os riscos". Sem dúvida, essa distribuição desigual de riscos e escolhas se tornará cada vez mais evidente na medida em que a atual geração *baby-boom* envelhece, buscando obter o valor de seus ativos previdenciários vendendo-os para as mais jovens, mas significativamente menores, coortes populacionais posteriores. A menos que haja um enorme aumento na tendência dessas gerações jovens para investir em ações, ou um crescimento inesperado no mercado de tais ativos no Sul Global, o resultado esperado seria uma crise do mercado e uma insuficiência no valor esperado das ações (BAKSHI & CHEN, 1994). Embora seja difícil prever o efeito exato do envelhecimento da população nos mercados de capitais, o cenário acima sugere que há dificuldades à frente, problemas que sugerem que o envelhecimento não só exerce pressão sobre o Estado-nação, mas também ameaça desequilibrar os mecanismos de controle capitalista.

O ponto central de qualquer análise da biopolítica do envelhecimento deve ser a compreensão do modo como o desdobramento da vida excede tanto os aparelhos disciplinares do Estado-nação como as redes descentradas da globalização contemporânea. Escrever sobre a produção da velhice envolve algo mais do que a afirmação de que o envelhecimento é algo que fazemos e não algo que nos acontece. Certamente, é necessário registrar a agência real e potencial do corpo em processo de envelhecimento. Mas perguntar o que esse corpo pode fazer é focalizar a atenção na constituição do mundo, e entrar no nexos desordenado da política e da vida. As complexidades do envelhecimento no mundo contemporâneo não podem ser simplesmente explicadas com referência à resistência da vida nua ou à irreduzível potencialidade do corpo biopolítico coletivo. Essas formulações não conseguem capturar a temporalidade irreprimível do processo de envelhecimento: sua susceptibilidade a intervenções calculadas que se desdobram de maneiras diferentes, sua indeterminação essencial, que é, no entanto, aberta à divisão e categorização ou à superação da disciplina e do controle. Claramente, sob a globalização capitalista, o desdobramento da vida foi realocado em um contexto transnacional, produzindo uma fase distinta na história do envelhecimento, com uma crescente tensão entre os Estados-nação e os atores e instituições globais. O envelhecimento é cada vez mais entendido como um risco para o indivíduo, tanto quanto uma responsabilidade coletiva, acompanhado de um questionamento sobre a centralidade da provisão estatal. Mas, de alguma forma, o Estado consegue sobreviver dentro de um conjunto complexo de tecnologias que conectam seus procedimentos centralizados de decisão a poderes organizacionais, fiscais e jurídicos dispersos, que se esforçam para administrar a vida econômica, a saúde, os hábitos da população, a civilidade das massas, e assim por diante. Reconhecer a pressão que o envelhecimento global coloca nessas conexões não é apenas para destacar sua natureza tênue e reversível, mas também para apontar a necessidade de conceber modos alternativos de governança num mundo onde as capacidades geradoras da vida excedam as estruturas estabelecidas de governo. O envelhecimento sem precedentes da população mundial deve, então, ser tomado como um desafio e não como um problema, uma provocação à mudança pela qual o mundo contemporâneo poderia viver e deixar morrer.

Bibliografia

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Translated by Daniel Heller Rosen. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1998.

AGAMBEN, G. On Security and Terror. *Theory and Event*, v. 5, 2001. Disponível em: http://muse.jhu.edu/journal/theory_and_event/v005/5.4agamben.html, acesso em 17 set. 2002.

AGAMBEN, G. *L'aperto: L'uomo e l'animale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2002.

ALVARADO, J., CREEDY, J. *Population Ageing, Migration and Social Expenditure*. London: Edward Elgar, 1998.

APPADURAI, A. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS. "Permanent and Long-Term Movement to Australia". In *Australian Demographic Statistics*. Canberra: Commonwealth of Australia, 2000.

BAKSHI, G. S.; CHEN, Z. *Baby Boom, Population Aging, and Capital Markets*. *Journal of Business*, v. 67, pp. 165–202, 1994.

BHABHA, H. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.

BLACKBURN, R. *Banking on Death: Or, Investing in Life: The History and Future of Pensions*. London: Verso, 2002.

BLOMMESTEIN, H. Ageing, Pension Reform, and Financial Market Implications in the OECD Area. *Center for Research on Pensions and Welfare Policies*. Torino, Italy: University of Torino, 2001. Disponível em: <http://cerp.unito.it/>, acesso em 28 set. 2002.

BRECKENRIDGE, C. A., VOGLER, Candace. The Critical Limits of Embodiment: Disability's Criticism. *Public Culture*, v. 13, pp. 349-37, 2001.

- BRENNAN, T. Social Pressure. *American Imago*, v. 54, pp. 257-88, 1997.
- BURY, M. Review of Katz, Disciplining Old Age. *Ageing and Society*, v. 17, pp. 353-55, 1997.
- COHEN, L. *No Aging in India: Alzheimer's, the Bad Family, and Other Modern Things*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- COWGILL, D. O. A Theory of Aging in Cross-Cultural Perspective. In COWGILL, D. O.; HOLMES, L. D. (orgs.) *Aging and Modernization*. New York: Meredith Corporation, 1972.
- DELEUZE, G. *The Fold: Leibniz and the Baroque*. Translated by Tom Conley. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- DELEUZE, G. "Postscript on Control Societies". In DELEUZE, Gilles. *Negotiations, 1972-1990*, traduzido por Martin Joughin. New York: Columbia University Press, 1995.
- EPSTEIN, H. Time of Indifference. *New York Review of Books*, 12 abr. 2001, pp. 33-38, 2001.
- ESTES, C. *Social Policy and Aging*. Thousand Oaks: Sage, 2001.
- EUROPEAN COMMISSION. *The Social Situation in the European Union*. Brussels: European Union, 2002.
- FOUCAULT, M. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Traduzido por Alan Sheridan. New York: Vintage, 1977.
- FOUCAULT, M. *The History of Sexuality*. Translated by Robert Hurley. Vol. 1. New York: Pantheon Books, 1978.
- FROW, J. *Time and Commodity Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- GEE, E. M.; GUTMAN, G. M. *The Overselling of Population Aging*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GILLEARD, C.; HIGGS, P. The Third Age: Class, Cohort, or Generation. *Ageing and Society*, v. 22, pp. 369-82, 2002.
- GREGG, J. Confronting an Aging World. *Washington Quarterly*, v.23,

pp. 213-24, 2000.

GUSTAFSON, P. Retirement Migration and Transnational Lifestyles. *Ageing and Society*, v. 21, pp. 371-94, 2001.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2000.

HARPER, S. Constructing Later Life/Constructing the Body: Some Thoughts from Feminist Theory. In JAMIESON, Anne; HARPER, Sarah; VICTOR, Christina (orgs.) *Critical Approaches to Ageing and Later Life*. Buckingham, England: Open University Press, 1997.

HELP AGE INTERNATIONAL. *State of the World's Older People 2002*. London: Help Age International, 2002.

HIGGS, P. Citizenship Theory and Old Age: From Social Rights to Surveillance. In JAMIESON, Anne; HARPER, S.; VICTOR, C. (orgs.) *Critical Approaches to Ageing and Later Life*. Buckingham, England: Open University Press, 1997.

HUNTINGTON, S. P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon and Schuster, 1996.

JAMIESON, A.; VICTOR, C. "Theory and Concepts in Social Gerontology". In JAMIESON, Anne; HARPER, Sarah; VICTOR, Christina (orgs.) *Critical Approaches to Ageing and Later Life*. Buckingham, England: Open University Press, 1997.

KATZ, S. *Disciplining Old Age: The Formation of Gerontological Knowledge*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996.

LAMB, S. *White Saris and Sweet Mangoes: Aging, Gender, and Body in North India*. Berkeley: University of California Press, 2000.

LASLETT, P. *A Fresh Map of Life: The Emergence of the Third Age*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1989.

MCDONALD, P.; KIPPEN, R. *The Impact of Immigration on the Ageing of Australia's Population*. Department of Immigration and Multicultural

Brett Neilson

Affairs Discussion Paper. Canberra: Commonwealth of Australia. 1999.

MEZZADRA, S. *Diritto di fuga: Migrazioni, cittadinanza, globalizzazione*. Verona: Ombre Corte, 2001.

MOULIER BOUTANG, Y. *De l'esclavage au salariat: Économie historique du salariat bride*. Paris: Puf, 1998.

PETERSON, P. G. *Gray Dawn: The Global Aging Crisis*. Foreign Affairs, v. 78, pp. 42-55, 1999.

PHILLIPSON, C. Globalization and the Future of Ageing: Economic, Social and Policy Implications. *Valencia Forum Keynote Paper*, 2002. Disponível em: <http://www.valenciaforum.com/Keynotes/cp.htm>, acesso em 3 out. 2002.

RANDEL, J.; GERMAN, T.; EWING, D. (orgs.). *The Ageing and Development Report: Poverty, Independence and the World's Older Population*. London: Earthscan, 1999.

REVEL, J. Controimpero e biopolítica. In MONTAGNA, N. (org.) *Controimpero: Per un lessico dei movimenti globali*. Roma: manifestolibri, 2002.

ROSE, N. The Politics of Life Itself. *Theory, Culture and Society*, v.18, pp. 1-30, 2001.

SASSEN, S. *Entrapments Rich Countries Cannot Escape: Governance Hotspots*, 2001. Disponível em: <http://www.theglobalsite.ac.uk/times/109sassen.htm>, acesso em 15 set. 2002.

SINDEN, J. Medical Futures. In CAMPBELL, C. (org.). *FRONT*. London: Calvert's Press, 2000, pp. 17-26.

SPIVAK, G. C. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a Vanishing History of the Present*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.

TWIGG, J. *Bathing: The Body and Community Care*. London: Routledge, 2000.

UNITED NATIONS. Ageing and Development. *Second World Assembly*

on Ageing, 2002. Disponível em: <http://www.un.org/ageing/prkit/ageingndevlopment.htm>, acesso em 5 set. 2002.

WALDBY, C. Stem Cells, Tissue Cultures, and the Production of Biovalue. *Health: An Interdisciplinary Journal for the Study of Health, Illness and Medicine*, v. 6, pp. 305-23, 2002.

WARNES, A. et al. The Well-Being of British Expatriate Retirees in Southern Europe. *Ageing and Society*, v. 19, pp. 717-40, 1999.

ZIZEK, S. Are We in a War? Do We Have an Enemy? *London Review of Books*, 23 May, 2002. Disponível em: http://www.lrb.co.uk/v24/n10/zize01_.html, acesso em 30 set. 2002.

Amor e Ouro*

Arlie Russel Hochschild**

Tradução: Domila do Prado Pazzini***

Vicky Diaz, 34 anos, mãe de cinco filhos, era professora universitária e agente de viagem nas Filipinas antes de migrar para os Estados Unidos e trabalhar como empregada doméstica para uma família rica de Beverly Hills e como babá do filho de dois anos. Assim como Vicky explicou em uma entrevista com Rachel Parreñas:

Meus filhos... ficaram tristes com a minha partida. Até hoje eles tentam me convencer a voltar para casa. As crianças não ficaram com raiva quando eu saí porque ainda eram muito novos quando os deixei. Meu marido não pôde ficar com raiva também, porque ele sabia que era a única maneira que eu tinha para ajudá-lo a cuidar dos nossos filhos para que eles pudessem ir para a escola (PARREÑAS, 2001, p. 87).

Em seu livro *Servants of Globalization*, Parreñas (2001) conta uma história inquietante sobre o que ela chama de ‘globalização da maternidade’.

* HOCHSCHILD, A. R. Love and Gold. In: HOCHSCHILD, A.; EHRENREICH, B. (orgs.). *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, Nova York: Metropolitan Press, 2002, pp. 15-30. As organizadoras da presente coletânea agradecem à autora a autorização para publicar esse texto.

** Professora Emérita no Berkeley's Sociology Department, University of California, Berkeley.

*** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Revisão: Mariana Marques Pulhez, Guita Grin Debert e Cristina Marques.

A família de Beverly Hills paga a ‘Vicky’ (pseudônimo dado por Parreñas) \$400 por semana, e Vicky, por sua vez, paga \$40 por semana para o trabalhador doméstico de sua própria família, que está nas Filipinas. Viver dessa forma não é fácil para Vicky nem para sua família.

Mesmo sendo bem paga, você está cheia de trabalho. Mesmo quando você está passando roupas, eles podem ainda te chamar para a cozinha para lavar louças. Isso... também [é] muito desanimador. A única coisa que você pode fazer é dar todo o seu amor para a criança americana de dois anos. Devido à minha ausência para meus filhos, o máximo que poderia fazer na minha situação é dar todo o meu amor para aquela criança¹ (PARREÑAS, 2001, p. 87).

Vicky é parte de uma cadeia de cuidados global: uma série de ligações pessoais entre pessoas em todo o mundo, tendo como base o trabalho de

¹ Em 1997, eu vivi durante seis meses em Trivandrum, no estado de Kerala, Índia, pelo Fulbright Scholar, lugar este em que muitos homens e mulheres trabalhavam fora, sobretudo no Golfo Árabe. Mas foi a leitura da dissertação de Parreñas sobre o trabalho de cuidado que me motivou a refletir sobre o amor enquanto uma forma de ouro (enquanto recurso possível de ser extraído), a entrevistar babás filipinas e tailandesas vivendo em Redwood City e San Jose, Califórnia e refletir sobre esta forma de colonialismo psicológico. Fui inspirada também pelo filme *When Mother Comes Home for Christmas*, dirigido por Nilita Vachani. De um modo geral, até muito recentemente tem-se concentrado pouco na “fuga de cuidados” (*care drain*), mesmo entre acadêmicos que se concentram em questões de gênero. A maioria dos trabalhos de globalização tem como foco o dinheiro, mercados e o trabalho masculino. Muitas das pesquisas de mulheres e desenvolvimento, por outro lado, têm como foco o impacto de “ajustamentos estruturais” (empréstimos do Banco Mundial que exigem medidas de austeridade) e privação. Enquanto isso, a maioria das pesquisas sobre mulheres trabalhadoras nos Estados Unidos e na Europa concentra-se no retrato de duas pessoas desconectadas, mostrando equilíbrio, ou no solitário ‘supermãe’, omitindo os cuidadores de crianças desse contexto. Felizmente, nesses anos, estudiosos como Evelyn Nakano Glenn (1986, 1991, 1994), Janet Henshall Momsen (1999), Mary Romero (1992, 1997), Grace Chang (2000) e Pierrette Hondagneu-Sotelo (1992, 1997, 2001) produziram importantes pesquisas para a construção deste artigo (ver Arlie Hochschild, 2000; Ehrenreich, Hochschild, 2003). Para Bonnie Kwan, assistente de pesquisa, muito obrigada.

cuidar – remunerado ou não. Uma típica cadeia de cuidados global pode funcionar da seguinte forma: uma filha mais velha de uma família pobre em um país de Terceiro Mundo cuida de seus irmãos (o primeiro elo da cadeia), enquanto sua mãe trabalha como babá cuidando das crianças de uma babá migrante num país de Primeiro Mundo (o segundo elo) que, por sua vez, cuida do filho de uma família num país rico (o elo final). Cada tipo de cadeia expressa uma ecologia invisível do cuidado, em que um trabalhador do cuidado depende de outro e assim por diante. Uma cadeia de cuidados global pode começar em um país pobre e terminar em um país rico, ou ainda pode ligar áreas rurais e urbanas dentro de um mesmo país pobre. Versões mais complexas começam em um país pobre e se estendem para outro ligeiramente menos pobre e então se conectam a um país rico.

Tais cadeias de cuidados globais agora estão em ascensão. Já há algum tempo, profissionais promissores e altamente instruídos estão se movendo de hospitais mal equipados, escolas empobrecidas, bancos obsoletos – e outros locais de trabalho do Terceiro Mundo – para melhores oportunidades e salários mais elevados no Primeiro Mundo. Como as nações ricas se tornam mais ricas e as nações pobres se tornam mais pobres, esse fluxo unidirecional de talento e treinamento aumenta continuamente a distância entre os dois. Esta é a fuga de cérebros (*brain drain*). Mas, paralelamente, temos uma tendência mais oculta e dolorosa que está crescendo: mulheres que normalmente cuidam de jovens, idosos e doentes em seus países pobres se deslocam para cuidar de jovens, idosos e doentes em países ricos, seja como empregadas domésticas e babás, ou como assistentes em creches e casas de repouso. Esta é a fuga de cuidados (*care drain*).

O movimento de mulheres cuidadoras do Sul para o Norte não é completamente novo. As causas desse aumento tanto no escopo quanto na velocidade são muitas, como, por exemplo, a divisão crescente de ricos e pobres do mundo. Desde a década de 1940, o fosso entre o Norte e o Sul se alargou. Em 1960, por exemplo, as nações do Norte eram vinte vezes mais ricas que as do Sul. Em 1980, essa diferença mais que dobrou: os países do Norte eram 46 vezes mais ricos que os do Sul. De fato, de acordo com um estudo do Programa de Ações Unidas para o Desenvolvimento, 60 países estão – em termos absolutos – piores em 1999 do que estavam no

ano de 1980 (New York Times, 2001). As corporações multinacionais são ‘músculo e cérebro’ do novo sistema global. Assim como William Greider (1997) apontou, as 500 maiores corporações (168 na Europa, 157 nos Estados Unidos, e 119 no Japão) aumentaram suas vendas sete vezes nos últimos vinte anos. Embora as multinacionais criem alguns empregos nos países pobres, através da redução da participação das pequenas empresas e fazendas nos negócios, eles são um motor dessa crescente desigualdade.

Como um resultado dessa polarização, a classe média do Terceiro Mundo hoje ganha menos que os pobres do Primeiro Mundo. Antes de as trabalhadoras domésticas entrevistadas por Rhacel Parreñas (1990, p. 123) na década de 1990 migrarem das Filipinas para os Estados Unidos e Itália, elas ganhavam uma média de US\$ 176 por mês, muitas vezes trabalhando como professoras, enfermeiras e trabalhadoras administrativas ou de escritório. Mas, ao realizarem trabalhos menos qualificados – embora não menos difíceis – como babás, empregadas e trabalhadoras do serviço de cuidado, elas poderiam ganhar US\$ 200 por mês em Cingapura, US\$ 410 em Hong Kong, US\$ 700 na Itália ou US\$ 1.400 em Los Angeles. Para dar outro exemplo de um documentário extraordinário, “When Mother Comes Home for Christmas”, Josephine Perera, que largou os estudos no quinto ano em Colombo, Sri Lanka, poderia receber, como uma empregada doméstica, US\$ 30 por mês, além de quarto e alimentação, ou poderia ganhar US\$ 30 por mês como vendedora em um shopping, sem comida ou alojamento. Mas, como babá em Atenas, ela poderia ganhar US \$500 por mês, mais o quarto e a alimentação. Na ausência de uma solução pública e estrutural para a lacuna entre o Norte rico e o Sul pobre, mulheres como Vicky Diaz e Josephine Perera preenchem o fosso privadamente movendo-se do Sul para o Norte – a um grande custo emocional.

Mesmo que a distância entre os ricos e os pobres do mundo cresça, o mundo em si – considerando seu capital, suas imagens culturais, os gostos de seus consumidores e seus povos – torna-se mais integrado. Graças à difusão de filmes e programas de televisão ocidentais e especialmente norte-americanos, as pessoas do Sul pobre agora sabem muito mais sobre o Norte rico do que o contrário. Mas o que as pessoas do Sul aprendem é o que o Norte rico tem. De fato, na frente da TV global, o Sul é exposto diariamente a um *striptease* material.

A crescente desigualdade e a sedução da prosperidade setentrional contribuíram para o que Stephen Castles e Mark Miller chamam de “globalização da migração” (1998, p. 8; ver também Zlotnik, 1999). Tanto para homens quanto para mulheres, a migração tornou-se uma solução privada para um problema público. Desde 1945, e especialmente desde meados da década de 1980, uma pequena – mas crescente – parcela da população do mundo está migrando. Eles são oriundos – e têm como destino – os mais diversos países. Embora a migração não seja um processo inexorável, Castles e Miller observam que, ‘as migrações estão crescendo em volume em todas as principais regiões nos dias de hoje’ (1998, p. 5). A Organização Internacional para as Migrações estima que 120 milhões de pessoas deslocaram-se de um país para outro, legal ou ilegalmente, no ano de 1994 (CASTLES & MILLER, 1998). Desse grupo, aproximadamente dois por cento da população do mundo, de 15 a 23 milhões são refugiados e requerentes de asilos. Do resto, alguns movem-se para se juntar aos membros da família que migraram anteriormente. No entanto, a maioria se desloca para encontrar trabalho.

Além disso, atualmente, metade de todos os migrantes do mundo são mulheres. No Sri Lanka, um em cada dez adultos – a maioria deles mulheres – trabalha no exterior. (Este número exclui os repatriados.) Como Castles e Miller explicam:

As mulheres desempenham um papel cada vez mais importante em todas as regiões e em todos os tipos de migração. No passado, a maioria das migrações de mão-de-obra e muitos movimentos de refugiados eram dominados pelos homens, e as mulheres eram muitas vezes tratadas sob a categoria de reunião familiar. Desde a década de 1960, as mulheres desempenharam um papel importante na migração de mão-de-obra. Hoje, as mulheres são formadoras de maioria em movimentos tão diversos como os dos cabo-verdianos para a Itália, os filipinos para o Oriente Médio e os tailandeses para o Japão² (1998, p. 9).

² Também ver Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Haia, Países Baixos, 29 de junho a 2 de julho de 1998, Sumário Executivo, p. 2. Ver também *Migrant News*, 2, (Novembro de 1998), p. 2.

Muitas dessas trabalhadoras migram para preencher empregos domésticos. A demanda por empregadas domésticas aumentou não só nos países desenvolvidos, onde quase havia desaparecido, mas também em economias de rápido crescimento como Hong Kong e Cingapura, onde, nas palavras de Castles e Miller, “servidoras imigrantes – das Filipinas, Indonésia, Tailândia, Coréia e Sri Lanka – permitem que as mulheres das economias mais ricas obtenham novas oportunidades de emprego” (1998, p. XI).

Um número maior de mulheres de classe média no Primeiro Mundo contam – muito mais agora do que no passado – com trabalho remunerado. Nos Estados Unidos, em 1950, por exemplo, 15% das mães de crianças de seis anos ou menos tinham emprego remunerado, enquanto que hoje 65% das mulheres estão dentro do mercado de trabalho. Setenta e dois por cento de todas as mulheres americanas trabalham atualmente. A maioria também trabalha um número maior de horas, por mais meses por ano e por mais anos e, portanto, necessita de ajuda para cuidar da família (HOCHSCHILD, 1997). As avós e irmãs que há 30 anos talvez tenham ficado em casa para cuidar dos filhos de parentes que estavam no trabalho, agora também estão trabalhando. Assim como as avós do Terceiro Mundo podem estar fazendo um trabalho de cuidado pago no exterior, as avós do Norte rico também estão trabalhando – outra razão pelas quais as famílias do Primeiro Mundo estão procurando por bons cuidados fora da família.

As mulheres que querem ter sucesso em um trabalho profissional ou administrativo no Primeiro Mundo também enfrentam fortes pressões no trabalho. A maioria das carreiras ainda são baseadas em um padrão masculino bem conhecido: fazer trabalho profissional, competir com colegas profissionais, obter reconhecimento pelo trabalho, construir uma reputação, realizar o trabalho enquanto você é jovem, acumulando tempo escasso e minimizando o trabalho familiar encontrando outra pessoa para fazê-lo. No passado, o profissional era um homem e a “outra pessoa” era sua esposa. A esposa supervisionava a família, sendo ela uma instituição flexível, pré-industrial, preocupada com experiências humanas excluídas do local de trabalho: nascimento, criação de filhos, doença, morte. Hoje, uma crescente ‘indústria de cuidados tomou o lugar da esposa tradicional, criando uma demanda muito real por mulheres migrantes.

Mas se as mulheres de classe média do Primeiro Mundo estão construindo carreiras que são moldadas de acordo com o velho modelo masculino, dedicando longas horas a trabalhos exigentes, suas babás e outros trabalhadores domésticos sofrem uma versão extremamente exagerada da mesma coisa. Duas mulheres trabalhando por um salário não é uma má ideia. Mas duas mães que trabalham dando tudo de si é uma boa ideia que não dá certo (*a good idea gone haywire*). No final, mulheres do Primeiro e do Terceiro Mundo são peças pequenas em um grande jogo econômico cujas regras elas não escreveram.

O impacto dessas regras globais estende-se a muitos que não têm voz. Muitas mulheres migrantes, senão a maioria, têm filhos. A idade média das mulheres migrantes para os Estados Unidos é de 29 anos, e a maioria vem de países como o México, onde a identidade feminina centra-se na maternidade e onde a taxa de natalidade é alta. Muitas vezes os migrantes, especialmente os indocumentados, não podem trazer seus filhos consigo. Assim, a maioria das mães tenta deixar seus filhos sob o cuidado de avós, tias e pais, mais ou menos nessa ordem. Um orfanato é o último recurso. Uma quantidade de babás que trabalha em países ricos contrata, por sua vez, babás para cuidar de seus filhos, seja como cuidadoras, seja como ajudantes de mulheres da família que foram deixadas como responsáveis pelo cuidado da casa. Carmen Ronquillo, por exemplo, migrou das Filipinas para Roma para trabalhar como empregada de uma arquiteta e mãe solteira de dois filhos. Ela deixou para trás seu marido e dois filhos adolescentes – e uma empregada doméstica (PARREÑAS, 1999).

Independentemente dos arranjos que essas mães façam para seus filhos, a maioria delas sente a separação agudamente, expressando culpa e remorso aos pesquisadores que as entrevistaram. Diz uma mãe migrante que deixou seu bebê de dois meses sob o cuidado de um parente: “Os dois primeiros anos eu senti como se eu estivesse ficando louca. Você tem que acreditar em mim quando eu digo que era como se eu estivesse tendo problemas psicológicos intensos. Eu me pegava olhando para o nada, pensando no meu filho” (PARREÑAS, 1999, p. 123). Outra babá migrante através das lágrimas: “Quando vi meus filhos de novo, pensei ‘Oh! Crianças crescem mesmo sem a mãe’. Eu deixei minha filha mais nova quando ela

tinha apenas cinco anos de idade. Ela já tinha nove anos quando eu a vi novamente, mas ela ainda queria que eu a carregasse” (PARREÑAS, 1999, p. 154).

Surpreendentemente, mais mulheres do que homens trabalhadores migrantes permanecem no Norte. Na permanência, essas mães ficam separadas de seus filhos, uma escolha, para muitas, carregada de uma terrível tristeza. Mas, assim como essas mães sofrem, seus filhos sofrem mais. E eles são muitos. Estima-se que 30% das crianças filipinas – cerca de oito milhões – vivam em famílias onde pelo menos um dos pais foi para o exterior. Essas crianças têm parentes desempenhando a função de pais na África, na Índia, no Sri Lanka, na América Latina e na antiga União Soviética.

Como estariam essas crianças? De acordo com uma pesquisa que o Centro de Migração Scalabrini em Manila conduziu com mais de setecentas crianças em 1996, elas não estariam muito bem. Em comparação com seus colegas de classe, os filhos de trabalhadores migrantes adoeciam com mais frequência, eram mais suscetíveis a expressar raiva, confusão e apatia, e tinham um desempenho inferior na escola. Outros estudos desta população mostram um aumento da delinquência e do suicídio infantil (FRANK, 2001). Quando essas crianças eram indagadas se elas também iriam migrar quando crescessem, deixando seus próprios filhos sob o cuidado de outros, todas disseram não.

Diante desses fatos, percebe-se algum tipo de injustiça no trabalho, ligando a privação emocional dessas crianças com o excesso de afeto que os seus semelhantes do Primeiro Mundo desfrutam. Em seu estudo de mulheres nativas de cor que realizam trabalho doméstico, Sau-Ling Wong (1994) argumenta que o tempo e energia que essas trabalhadoras dedicam aos seus filhos é redirecionado aos filhos de seus empregadores. Todavia, não é só o tempo e a energia que estão envolvidos, mas também o amor em si.

Mas é apenas o tempo e a energia que são “drenados” ou o amor também? No sentido em que tempo e energia são recursos como minerais extraídos da terra. A babá não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Seu dia tem apenas certa quantidade de horas. Quanto mais tempo e energia ela dá às crianças que ela é paga para amar, menos tempo e

energia ela pode dar a seus próprios filhos. Mas o próprio amor também é um recurso? E se é um recurso, as crianças têm “direito” a ele? Em sua sabedoria, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança sugere que o amor, também, é um tipo de um recurso e assevera o direito de todas as crianças a uma “atmosfera de felicidade, amor e compreensão”.

Mas se o amor é um recurso, é um recurso renovável. Pois, quanto mais amamos e somos amados, mais profundamente podemos amar. Desse modo, o amor não é fixado da mesma forma que a maioria dos recursos materiais. Ele cria mais de si mesmo. Estamos falando, então, de um transplante de coração global, e que será fundamental para a vida de muitas pessoas nos próximos anos.

Mas como devemos entender a “extração” do amor do Sul e sua importação para o Norte? Nesse momento, retomamos Freud e sua afirmação de que não “retiramos” e “investimos” o sentimento, mas sim o deslocamos ou o redirecionamos. O processo é inconsciente, por meio do qual não abandonamos o sentimento de, digamos, amor ou ódio, tanto quanto encontramos um novo objeto para ele - no caso do sentimento sexual, um objeto mais apropriado do que o original, o qual Freud presumiu ser nosso pai/mãe do sexo oposto. Embora Freud tenha aplicado a ideia de deslocamento principalmente para as relações dentro da família nuclear, podemos estender um pouco esse conceito para aplicá-lo a relacionamentos como o da babá e a criança do empregador.

Da maneira com que alguns empregadores descrevem esse relacionamento, o amor de uma babá pelo filho de seu empregador é um produto natural da cultura mais amorosa do Terceiro Mundo, com seus laços de família calorosos, vida comunitária forte e longa tradição de um amor materno e paciente pelas crianças. Na contratação de uma babá, muitos desses empregadores de países ricos esperam implicitamente importar a “cultura nativa” de um país pobre para, desse modo, reabastecer sua empobrecida cultura de cuidados. Eles acabam tomando para si os benefícios dos “valores familiares” do Terceiro Mundo. Diz o diretor de um berçário cooperativo que eu entrevistei na área da baía de São Francisco:

Isso pode soar estranho, mas os assistentes do professor que contratamos do México e da Guatemala sabem amar uma criança melhor do que os pais brancos de classe média. Eles são mais relaxados, pacientes e alegres. Eles gostam mais das crianças. Esses pais profissionais são pressionados por tempo e ansiosos para desenvolver os talentos de seus filhos. Digo aos pais que eles realmente podem aprender a amar com as latinas e com as filipinas.

Quando perguntado por que as mães anglo-americanas deveriam se relacionar com as crianças de maneira tão diferente das ajudantes de professores filipinas, o diretor de creche especulou: “As filipinas são criadas num ambiente mais relaxado e amoroso. Eles não são tão ricos como nós, mas não são tão pressionados pelo tempo, tão materialistas, tão ansiosos. Eles têm uma cultura mais amorosa e orientada para a família”. Uma mãe, que é advogada e americana, expressou um ponto de vista semelhante:

Carmen gosta do meu filho. Ela não se preocupa se ele está aprendendo ou se está indo bem na pré-escola. Ela somente gosta dele. E, na realidade, com pais sempre ocupados como nós, isso é o que Thomas realmente precisa. Eu amo meu filho mais que tudo nesse mundo. Mas na fase em que ele se encontra, Carmen é melhor para ele.

As babás filipinas que tenho entrevistado na Califórnia pintam um quadro muito diferente do amor que compartilham com aqueles por quem são responsáveis no Primeiro Mundo. Seu amor não é uma importação de uma maternidade campestre feliz, mas um amor que se desenvolve parcialmente nas costas americanas, informado por uma ideologia americana de vínculo mãe-filho e fomentado pela intensa solidão e anseio por seus próprios filhos. Se o amor é um recurso precioso, não é simplesmente extraído do Terceiro Mundo e implantado no Primeiro; antes, deve sua própria existência a uma peculiar alquimia cultural que ocorre na terra que o importa.

Para María Gutiérrez, que cuida do bebê de oito meses de dois profissionais (advogado e uma médica, nascidos nas Filipinas, mas agora morando em San José, Califórnia), a solidão e as longas horas de trabalho nutrem o seu amor pela criança. Como Maria me disse:

Eu amo Ana mais que meus próprios filhos. Sim, mais! É estranho, eu sei. Mas eu tenho tempo para ficar com ela. Eu sou paga para isso. Estou sozinha aqui. Eu trabalho dez horas por dia, com um dia de descanso. Eu não conheço nenhum vizinho do quarteirão. E então essa criança me dá tudo o que eu preciso.

Não só isso, mas ela é capaz de dar à filha de seu empregador um tipo diferente de atenção e acalanto do que ela poderia dar aos seus próprios filhos. “Sou mais paciente”, explica ela, “mais tranquila. Eu coloquei essa criança em primeiro lugar. Meus filhos, eu os tratava do modo como minha mãe me tratava”.

Eu perguntei para ela como sua mãe a tratava, e ela respondeu:

Minha mãe cresceu em uma família de agricultores. Era uma vida difícil. Minha mãe não era calorosa comigo. Ela não me tocava ou dizia ‘eu te amo’. Ela não pensava que deveria fazer isso. Antes de eu nascer, ela tinha perdido quatro bebês - dois em aborto espontâneo e dois quando eram bebês. Eu acho que ela estava com medo de me amar como um bebê porque ela pensou que eu poderia morrer também. Então ela me colocou para trabalhar como uma “pequena mãe” para cuidar de meus quatro irmãos mais novos. Eu não tinha tempo para brincar.

Felizmente, uma mulher mais velha, que morava na casa ao lado, teve um interesse afetuosos em María, muitas vezes dando comida ou mesmo abrigando-a durante a noite quando estava doente. María sentia-se mais próxima dessa mulher e de seus parentes do que de suas tias e primos biológicos. Ela tinha sido, em certa medida, adotada informalmente – uma

prática que ela descreve como sendo comum nas regiões camponesas das Filipinas e até mesmo em algumas cidades durante os anos 60 e 70.

Em certo sentido, María viveu uma infância pré-moderna, marcada pela alta mortalidade infantil, trabalho infantil e ausência de sentimentalismo, inserida numa cultura de forte compromisso familiar e apoio comunitário. Semelhante à França do século XV, como Philippe Ariès descreve em *Centuries of Childhood* (1962)³, essa era a infância antes da romantização da criança e da moderna ideologia da classe média de maternidade intensiva (HAYS, 1996). O sentimento não era a questão, mas sim o comprometimento.

O comprometimento de María com seus filhos, que tinham doze e treze anos de idade quando ela os deixou para trabalhar no exterior, denota a forma como ela foi educada. Por causa de toda a raiva e lágrimas deles, María envia remessas de dinheiro e faz ligações, não importa o que aconteça. O compromisso está lá. Ela tem que trabalhar neste sentimento. Quando ela liga para sua casa agora, ela diz:

Eu digo à minha filha: ‘eu te amo’. No começo parecia falso. Mas depois de um tempo tornou-se natural. E agora ela também diz isso. É estranho, mas acho que aprendi que era bom dizer isso estando nos Estados Unidos.

A história de María aponta um paradoxo. Por um lado, o Primeiro Mundo extrai o amor do Terceiro Mundo. Mas o que está sendo extraído é parcialmente produzido e “reunido” aqui: o lazer, o dinheiro, a ideologia da criança, a intensa solidão e o anseio pelos próprios filhos. No caso de María, uma infância pré-moderna nas Filipinas, uma ideologia pós-moderna da maternidade e da infância nos Estados Unidos e a solidão da migração se misturam para produzir o amor que ela dá ao filho de seus empregadores. Este amor é também um produto da liberdade que tem a babá da pressão de tempo e da ansiedade escolar sofrida pelos pais em uma cultura em que faltam redes sociais seguras. Nesse sentido, o amor que María dá

³ ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981. (N. da T.)

como babá não sofre com os efeitos incapacitantes da versão americana do capitalismo tardio.

Se tudo isso é verdade – se, de fato, o amor da babá é algo pelo menos parcialmente produzido pelas condições sob as quais é dado – o amor de Maria a uma criança do Primeiro Mundo realmente é extraído de seus próprios filhos do Terceiro Mundo? Sim, porque sua presença diária foi removida, e com ela a expressão diária de seu amor. Mesmo que a própria babá faça a extração, tanto ela como seus filhos sofrem uma grande perda. Como refletiu uma jovem da República Dominicana, que foi abandonada entre os doze e os quatorze anos: “Eu continuava sentindo ‘não poderíamos fazer isso juntos?’ E agora tenho 33 anos e acho que foram dois anos que nunca poderemos voltar a viver. Eles estão perdidos”. Tais separações são, de fato, problemas da globalização.

Mas, curiosamente, os empregadores do Norte sabem muito pouco sobre isso. O amor de uma babá mexicana pelo filho de seu empregador americano é uma coisa em si mesma. É único, privado – poderíamos até dizer “fetichizado”. Marx falou sobre a fetichização das coisas, não dos sentimentos. Ele pôde observar como estes dias nós fetichizamos um veículo utilitário esportivo, por exemplo – nós vemos a coisa independente de seu contexto. Ignoramos os homens que colheram o látex de borracha, os trabalhadores da linha de montagem que parafusam os pneus e assim por diante. Mas assim como isolamos mentalmente a nossa ideia de um objeto da cena humana dentro da qual ele foi produzido, também, inconscientemente, separamos o amor entre a babá e a criança da ordem capitalista global de amor à qual ele pertence inteiramente..

A noção de extrair recursos do Terceiro Mundo remete ao imperialismo em sua forma mais literal: a extração pelo Norte, no século XIX, de ouro, marfim e borracha do Sul. Esse imperialismo abertamente coercitivo e centrado no homem – que persiste hoje – sempre foi acompanhado por um imperialismo mais silencioso, no qual as mulheres eram mais centrais. Hoje, à medida que o amor e o cuidado se tornam o “ouro novo”, a parte feminina da história cresceu em destaque. Em ambos os casos, seja pela morte ou deslocamento de seus pais, as crianças do Terceiro Mundo pagam o preço.

Na forma clássica do imperialismo do século XIX, o Norte saqueou os recursos naturais do Sul. Seus principais protagonistas eram praticamente todos os homens: exploradores, reis, missionários, soldados e os homens locais que foram forçados, sob ameaça de armas, a fazer coisas como colher a borracha bruta, látex e similares. Os Estados europeus emprestaram sua legitimidade a esses empreendimentos, e surgiu uma ideologia para apoiá-los: “o fardo do homem branco”, na Grã-Bretanha e *la mission civilisatrice*, na França. Ambos, naturalmente, enfatizaram os grandes benefícios da colonização para os colonizados, e alistaram alguns dos colonizados para cooperar ativamente e até mesmo administrar o domínio colonial.

O imperialismo do século XIX era mais brutal fisicamente do que o imperialismo de hoje, mas era também muito mais óbvio. Hoje o Norte não extrai o amor do Sul pela força: não há oficiais coloniais com capacetes de bronze, nem exércitos invasores, nem navios que levam armas para as colônias. Em vez disso, vemos uma cena benigna de mulheres do Terceiro Mundo empurrando carrinhos de bebê, cuidadores de idosos andando pacientemente de braços dados com seus clientes idosos nas ruas, ou sentados ao lado deles em parques do Primeiro Mundo.

Hoje, a coerção opera de forma diferente. Embora o comércio do sexo e algum serviço doméstico seja brutalmente forçado, o novo imperialismo emocional, em sua maior parte, não se dá a partir do cano de uma arma. As mulheres optam por migrar para o trabalho doméstico. Mas elas escolhem porque as pressões econômicas acabam coagindo-as. O fosso entre os países ricos e pobres é uma forma de coerção, levando as mães do Terceiro Mundo a buscar trabalho no Primeiro por falta de opções mais próximas de casa. Porém, dada a ideologia predominante do livre mercado, a migração é vista como uma “escolha pessoal”. Os problemas que ela provoca são tidos como problemas “pessoais”. Mas uma lógica social global está por trás dele e, nesse sentido, não são simplesmente “pessoais”.

Através dessa lógica social, a migração não cria um fardo do homem branco, mas um obscuro fardo da criança. Precisamos de uma pesquisa muito mais cuidadosa sobre as crianças deixadas para trás se quisermos descobrir como essas crianças realmente estão lidando com isso. Precisamos saber mais, como essas crianças crescem e o que acontece com elas quando

elas também se tornam adultos e têm filhos. Porque a evidência anedótica sugere que as filhas de mulheres que deixam as crianças para migrar no intuito de trabalhar – quando elas próprias crescem e têm filhos – também deixam seus filhos para migrar para o trabalho.

Como, então, devemos responder a tudo isso? Posso pensar em três abordagens possíveis. Primeiro, poderíamos dizer que todas as mulheres, em todos os lugares, deveriam ficar em casa e cuidar de suas próprias famílias. O problema com Vicky não é a imigração, mas a negligência do seu papel tradicional de mãe. Uma segunda abordagem pode ser negar que haja um problema: a fuga de cuidados (*care drain*) é um resultado inevitável da globalização, que é boa para o mundo. A oferta de mão-de-obra está respondendo a uma demanda. O mercado está funcionando e o mercado está sempre certo. Se a primeira abordagem condena a migração global, a segunda celebra.

De acordo com uma terceira abordagem – a que eu trago –, o cuidado amoroso e pago de crianças, em horários razoáveis, é uma coisa muito boa. E a globalização traz consigo novas oportunidades, como o acesso de uma babá a um bom salário. Mas também introduz novas e dolorosas realidades emocionais para crianças do Terceiro Mundo. Precisamos atentar para as necessidades das sociedades do Terceiro Mundo, incluindo seus filhos. Precisamos desenvolver um senso global de ética para corresponder às emergentes realidades econômicas globais. Se formos comprar um par de sapatos da Nike, queremos saber quão baixo é o salário e quão longas foram as horas despendidas pelo trabalhador do Terceiro Mundo que os fez. Da mesma forma, se Vicky está cuidando de uma criança de dois anos a seis mil milhas de sua casa, nós deveríamos querer saber o que está acontecendo com seus próprios filhos.

Se tomarmos esta terceira abordagem, o que devemos nós – ou outros no Primeiro Mundo – fazer? Um caminho óbvio seria desenvolver as economias das Filipinas e de outros países do Terceiro Mundo a tal ponto que seus cidadãos possam ganhar tanto dinheiro dentro de seus países como fora deles. Mudaríamos então a lógica social subjacente à fuga de cuidados. Então, as Vickys do mundo poderiam apoiar seus filhos em trabalhos que encontrariam em casa. Embora uma solução tão óbvia pareça ideal – se não facilmente alcançada –, Douglas Massey, um especialista

em migração, aponta para alguns problemas inesperados, pelo menos no curto prazo (MASSEY, 1988). Para Massey, não é o subdesenvolvimento que envia migrantes como Vicky para o Primeiro Mundo, mas o próprio desenvolvimento. Quanto maior a porcentagem de mulheres que trabalham nas fábricas locais, ele acredita, maior a chance de que alguma mulher saia em uma primeira viagem para o exterior, indocumentada. Talvez os horizontes dessas mulheres se ampliem. Talvez encontrem outros que tenham ido ao estrangeiro. Talvez elas venham a querer melhores empregos e mais bens. Qualquer que seja o motivo original, quanto mais pessoas migram na comunidade, mais essa prática se torna possível.

Se o desenvolvimento cria a migração, e se nós queremos alguma forma de desenvolvimento, precisamos encontrar respostas mais humanas à migração que esse desenvolvimento provavelmente causará. Para as mulheres que migram para fugir dos maridos abusivos, uma parte da resposta seria criar soluções para este problema mais perto de casa – abrigos de violência doméstica nos países de origem destas mulheres, por exemplo. Outra resposta pode ser encontrar maneiras de tornar mais fácil para babás migrantes trazerem seus filhos com elas. Ou, como último recurso, os empregadores poderiam ser obrigados a financiar as visitas regulares de uma babá para casa.

Uma solução mais básica, é claro, é elevar o valor do próprio trabalho de cuidar, de modo que quem o faz receba mais. Cuidado, neste caso, deixaria de ser um trabalho passageiro. E agora, aqui está o problema: o valor do trabalho de criar um filho – sempre baixo em relação ao valor de outros tipos de trabalho – tem, sob o impacto da globalização, decrescido ainda mais. A importância dos filhos para os seus pais é imensurável, é claro, mas o trabalho de educá-los não tem crédito aos olhos do mundo.

Quando donas-de-casa da classe média criavam filhos sem receber por esse papel desempenhado em tempo integral, o trabalho era dignificado por sua aura de classe média. Essa era a única vantagem do culto de confinamento da feminilidade americana da classe média, do século XIX e do início do século XX. Mas quando o trabalho não remunerado de criar uma criança tornou-se o trabalho remunerado dos cuidadores de criança, seu baixo valor de mercado revelou o baixo valor do trabalho de cuidado em geral – e o reduziu ainda mais.

O baixo valor atribuído ao trabalho de cuidado não é resultado da ausência de necessidade, nem da simplicidade ou facilidade de o fazer. Pelo contrário, o declínio do valor da assistência à infância resulta de uma política cultural de desigualdade. Pode ser comparado com o declínio do valor de matérias primas básicas em relação aos bens manufaturados no mercado internacional. Embora claramente mais necessário à vida, o trigo e o arroz têm preços baixos e em declínio, enquanto os bens manufaturados são mais valorizados. Assim como o preço de mercado dos produtos primários mantém o Terceiro Mundo abaixo na comunidade das nações, o baixo valor de mercado dos cuidados mantém baixo o status das mulheres que o fazem – e, em última instância, o status de todas as mulheres.

Uma excelente maneira de aumentar o valor do cuidado é envolver os pais nele. Se os homens compartilhassem o cuidado de membros da família em todo o mundo, o cuidado se espalharia lateralmente em vez de ocupar o degrau mais baixo na escala social. Na Noruega, por exemplo, todos os homens empregados são elegíveis para a licença-paternidade de um ano com 90% de remuneração. Cerca de 80 por cento dos homens noruegueses agora assumem um mês de licença parental. Desta forma, a Noruega é um modelo para o mundo. Pois, na verdade, são os homens que, na maior parte, deixaram de lado o trabalho de cuidar, e é com eles que realmente começa a “fuga de cuidados” (*care drain*).

Em todas as sociedades desenvolvidas, as mulheres trabalham em empregos remunerados. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, metade das mulheres do mundo com idades entre 15 e 64 anos fazem trabalho remunerado. Entre 1960 e 1980, 69 dos 88 países pesquisados mostraram uma proporção crescente de mulheres no trabalho remunerado. Desde 1950, a taxa de aumento disparou nos Estados Unidos, enquanto permanecia elevada na Escandinávia e no Reino Unido e moderada na França e Alemanha. Se queremos sociedades desenvolvidas com mulheres médicas, líderes políticas, professoras, motoristas de ônibus e programadoras de computador, precisaremos de pessoas qualificadas para dar carinho aos filhos. E não há nenhuma razão pela qual cada sociedade não deva desfrutar de tal amorosa assistência remunerada à infância. Pode até ser verdade que Vicky Diaz seja a pessoa para fornecê-lo, desde que seus próprios filhos venham com ela ou recebam, de outra

forma, todos os cuidados de que necessitam. No final, precisamos olhar para o Artigo 9 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que observa que a criança “deve crescer em um ambiente familiar, em uma atmosfera de felicidade, amor e compreensão” e “não ser separada dos seus pais contra a sua vontade”. O Artigo 9 estabelece um importante objetivo para a ordem mundial, para os Estados Unidos e para o feminismo. Ele diz que precisamos valorizar o cuidado como nosso recurso mais precioso, perceber de onde ele vem e cuidar para onde ele deságua. Pois, nestes dias, o pessoal é global.

Bibliografia

ARIÈS, P. *Centuries of Childhood: A Social History of Family Life*, New York: Vintage Books, 1962.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, New York and London: The Guilford Press. 1998.

CHANG, G. *Disposable Domestic: Immigrant Women Workers in the Global Economy*, Cambridge, MA: South End Press, 2000.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. (orgs.) *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, New York: Metropolitan Press, 2003.

FRANK, R. ‘High-paying nanny positions puncture fabric of family life in developing nations’, *Wall Street Journal*, 18 dez, 2001.

GLENN, E. N. *Issei, Nisei, War Bride: Three Generations of Japanese American Women in Domestic Service*, Philadelphia: Temple University Press, 1986.

GLENN, E. N. ‘From servitude to service work: historical continuities in the racial division of paid reproductive labor’, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 18, n. 1, pp. 1-43, 1991.

GLENN, E. N.; CHANG, G.; FORCEY, L. (orgs.) *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*, New York: Routledge, 1994.

GRIEDER, W. *One World, Ready or Not: The Manic Logic of Global Capitalism*, New York: Simon and Schuster, 1997.

HAYS, S. *The Cultural Contradictions of Motherhood*, New Haven: Yale University Press, 1996.

HOCHSCHILD, A. *The Time Bind: When Work Becomes Home and Home Becomes Work*, New York: Metropolitan Books, 1997.

HOCHSCHILD, A. 'The nanny chain', *American Prospect*, January 3, 2000. New York Times, 1 set: A8, 2001.

HONDAGNEU-SOTELO, P. *Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration*, Berkeley: University of California Press, 1994.

HONDAGNEU-SOTELO, P. *Doméstica: Immigrant Workers Cleaning and Caring in the Shadow of Affluence*, Berkeley: University of California Press, 2001.

HONDAGNEU-SOTELO, P.; AVILA, E. 'I'm here, but I'm there: the meanings of Latina transnational motherhood', *Gender and Society*, v. 11, n. 5, pp. 548-571, 1997.

MASSEY, D. 'March of folly: U.S. immigration policy after NAFTA', *The American Prospect*, n. 37, pp. 22-33, 1998.

MASSEY, D. 'Economic Development and International Migration in Comparative Perspective', *Population and Development Review*, v. 14, n. 3, pp. 383-413, 1988.

MOMSEN, J. H. *Gender, Migration and Domestic Service*, London: Routledge, 1999.

PARREÑAS, R. S. 'The global servants: (im)migrant Filipina domestic workers in Rome and Los Angeles', Ph.D. dissertation, Department of Ethnic Studies, University of California, Berkeley, 1999.

PARREÑAS, R. S. *Servants of Globalization: Women, Migration, and Domestic Work*, Stanford, CA: Stanford University Press, 2001.

ROMERO, M. 'Life as the maid's daughter: an exploration of the everyday boundaries of race, class, and gender'. In: ROMERO, M.; HONDAGNEU-SOTELO, P.; ORTIZ, V. (orgs.), *Challenging Fronteras: Structuring Latina and Latino Lives in the U. S.*, New York: Routledge, 1997, pp. 195-209.

ROMERO, M. *Maid in the U.S.A.*, New York: Routledge, 1992.

UNITED Nations Declaration on the Rights of the Child, AnnexGA Res. 44/25 Doc.A/Res/4425. Adotada em 20 de novembro, 1989. Disponível em: <http://www.unhcr.ch/html/menu3/b/k2crc.htm>.

WONG, S. C. 'Diverted mothering: representation of caregivers of color in the age of "multiculturalism"'. In: GLENN, E. Nakano; CHANG, G.; FORCEY, L. R. (orgs.), *Mothering: Ideology, Experience and Agency*, New York: Routledge, pp. 67-91, 1994.

ZLOTNIK, H. Trends of international migration since 1965: what existing data reveal, *International Migration*, v. 37, n. 1, pp. 22-61, 1999.

Servindo ao mundo: filipinos flexíveis e a vida sem garantia*

*Martin F. Manalansan IV***

*Tradução: Giovanni Vendramini Alves****

Nos últimos vinte anos, os filipinos tornaram-se sinônimos da indústria do cuidado em todo o mundo. Empregada doméstica, babá, garçom, cozinheiro, enfermeira, zelador, atendente, animador, prostituta... a lista de papéis ocupacionais desempenhados por filipinos no mercado laboral transnacional continua como uma litania dolorosa de personagens descartáveis. Na verdade, os filipinos são os peões no jogo da reestruturação global do capital, pois constituem um dos fluxos de trabalho flexível mais visíveis e geograficamente expansíveis.

A ideia de “flexibilidade” (um dos muitos jargões benignos do discurso capitalista tardio) na era da expansão das ideologias neoliberais mascara, se não deturpa, as altas taxas emocionais e os custos físicos do trabalho temporário sem garantias que é continuamente transportado das cidades rurais para as zonas industriais de livre comércio, áreas turísticas e outros não-lugares (AUGÉ, 1995). Os arranjos da “flexibilidade” escondem as

* MANALANSAN IV, Martin F. “Servicing the world: Flexible Filipinos and the unsecured life”. In: STAIGER, J., CVETKOVICH, A.; REYNOLDS, A. (orgs.). Political emotions. New York, NY: Routledge, 2010, pp. 215-228. As organizadoras da presente coletânea agradecem à editora Routledge e ao autor a autorização para publicar esse texto.

** Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Illinois.

*** Doutorando no programa de Gerontologia da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Revisão: Mariana Marques Pulhez, Guita Grin Debert e Cristina Marques.

tensões nos ambientes material e afetivo e ignoram as várias formas de violência, deslocamento e morte que permeiam as experiências vividas desses trabalhadores.

Este artigo tenta recuperar as correntes emocionais do trabalho flexível filipino ao acompanhar os regimes afetivos envolvidos nos circuitos de sujeitos subalternos nas Filipinas e na diáspora. Através de uma leitura justaposta de dois filmes, mapeio os vários modos de circulação de sentimentos e emoções nas lutas cotidianas dos sujeitos operários filipinos e descendentes no contexto do cuidado global e do trabalho doméstico. O primeiro dos filmes é *Paper Dolls* (Bubot Niyar, Israel, 2007), um documentário produzido em Israel e dirigido por Tomer Heymann, sobre filipinos que são trabalhadores do cuidado, gays e transgêneros (M a F), cujos clientes são judeus ortodoxos idosos que se encontram enfermos. Os cuidadores no documentário também são parte de um grupo de performance drag chamado Paper Dolls.

O outro filme é *Serbis* (Filipinas, 2008), um filme de longa-metragem dirigido por Brillante Mendoza, sobre uma família que vive e gerencia um cinema pornô, apropriadamente chamado Family Theater (Cinema Familiar), em uma pequena cidade ao norte de Manila. *Serbis* é uma palavra do Tagalogo para o serviço, que às vezes denota o trabalho sexual e outros tipos de trabalho servil. Este cinema serve como atual domicílio para a família – recentemente abalada pela partida do pai – e também é um local de trabalho, um escritório se você quiser, para homossexuais e transexuais trabalhadores do sexo, ou *serbis* meninas e meninos que fornecem suas mercadorias e proporcionam entretenimento adicional e *serbis* para clientes do sexo masculino frequentadores de cinema.

Eu utilizo estes dois filmes como arquivos de várias histórias e culturas de autoformação, construção de instituições e manutenção. Os filmes são quadros sociais que fornecem textos para interpretação. Como antropólogo interessado na mediação de ideias e comportamento, emprego a metodologia das ciências sociais, como entrevistas em grupos focais, para dar forma à minha análise dos filmes. Eu também me refiro implicitamente a anos de trabalho etnográfico de campo – de 1990 até os dias atuais – entre imigrantes filipinos nos Estados Unidos e entre migrantes que retornaram às Filipinas para ajudar a informar minhas leituras.

As viagens da desafeição

Esses dois filmes fornecem contradiscursos ao papel central da efusividade das emoções femininas no estabelecimento da domesticidade normativa. Eu traço os sentimentos e as emoções que compõem a mecânica do trabalho do cuidado, particularmente enquanto estabelecem modos de domesticidade dentro da nação filipina e da diáspora. Este projeto cartográfico depara-se com inúmeros desafios, especialmente com a construção fácil e perigosa, tanto no meio acadêmico como na política social, do trabalho do cuidado como intrinsecamente feminino e heterossexual. Por exemplo, a recente ciência social arremessou a mulher filipina à condição de empregada global e ajudante doméstica por excelência. Sociólogos, antropólogos e outros cientistas sociais têm situado a mulher filipina como substituta do trabalhador migrante global no final do século XX e início do século XXI. Por outro lado, os trabalhos pioneiros de Robyn Rodriguez (2010 e 2008) e Anna Guevarra (2009; 2006) têm fortemente delineado o papel fundamental do Estado filipino como agente e criador dos principais discursos sobre o gênero do trabalho do cuidado e da diáspora trabalhista. O governo filipino assumiu a responsabilidade de ser o condutor e agente na exportação de trabalho doméstico, tanto que as trabalhadoras domésticas migrantes têm sido apelidadas de “novas heroínas” do país. Estas trabalhadoras são submetidas à formação obrigatória pelo Estado para aprender o autêntico desempenho do trabalho do cuidado. Estes locais usam treinadores ou líderes de oficinas que muitas vezes insistem em que as mulheres filipinas são essencialmente boas mães e, portanto, boas cuidadoras, e que os filipinos são um povo naturalmente voltado para o cuidado.

Esses discursos acadêmicos e derivados do Estado resultaram em consequências perturbadoras e não intencionais, como o involuntário ressurgimento dos termos e expressões idiomáticas do feminismo da segunda onda, particularmente sob a forma de universalismo de gênero. Este universalismo de gênero é constituído através dos corpos marrons de mulheres filipinas heterossexuais e reprodutivamente ativas. Tal universalismo gira em torno da afirmação crucial de que as mulheres do Terceiro Mundo, como as filipinas, fornecem o combustível para a propulsão

de energias afetivas nos lares do Primeiro Mundo. Esta afirmação levou as estudiosas feministas, como Barbara Ehrenreich e Arlie Hochschild (2004), a lamentarem o processo de um “transplante global de corações”, onde os sentimentos maternos das mulheres filipinas fornecem os andaimes emocionais que sustentam a domesticidade no Primeiro Mundo.

Estudiosas feministas, como Rhacel Parreñas (2008), consideraram, com razão, a “força da domesticidade”, em que o trabalho não reconhecido e subvalorizado das mulheres no lar e as ideologias de desigualdade que sustentam seu trabalho oprimido persistiram, se não prosperaram, na era do mercado de trabalho doméstico globalizado. Em outras palavras, o trabalho por trás do cuidado dos idosos, dos jovens e da família reificou o status subserviente e a ontologia das mulheres, afeto e trabalho. No entanto, eu gostaria de refletir e oferecer uma narrativa alternativa para essas imagens e histórias reificadas de trabalhadoras domésticas filipinas. Pretendo apresentar uma fabulação diferente da domesticidade e do trabalho doméstico que não gira em torno das emoções maternas e do fluxo efusivo de sentimentos de carinho.

Essa narrativa alternativa destaca o desempenho da desafeição e a confusa construção e desconstrução da domesticidade. Por desafeição, eu enfatizo não somente a distância emocional, alienação, antipatia e isolamento, mas uso essa palavra também para centrar sua outra conotação de deslealdade aos regimes de poder e autoridade. Eu exploro situações domésticas em que a desafeição surge da necessidade de sobrevivência e persistência em meio a tribulações. Ao usar o termo desafeição, sigo as obras do crítico literário Allan Isaac (s. d.) que destaca a performatividade do trabalho doméstico; e de Lauren Berlant (2004) e outros sobre a compaixão. A desafeição compreende um dos principais pilares emocionais subjacentes às posições econômicas e políticas instáveis e precárias dos filipinos dentro da reestruturação capitalista global; manifesta-se por meio de posturas, hábitos, gestos e outras práticas corporais que compõem o que Lauren Berlant (2008) designa como compostura. A compostura, neste caso, é a desafeição ambiental ou uma orientação afetiva que se inclina para uma recusa administrada, se não estudada, de liberar ou exibir estados emocionais publicamente. Argumento que, embora a desafeição possa ser vista como um bloqueio ou um impasse emocional, envolve

também uma forma de fluxo emocional estratégico – combinado com a posse de si – que faz parte da sobrevivência cotidiana e de uma economia de afeto (MCELHINNY, 2004). A desafeição é mais uma encruzilhada do que um impasse afetivo ou um beco sem saída emocional – ou *cul-de-sac*, na medida em que sugere possibilidades de movimento ou “mudança” (seja em termos progressivos ou não) para um lugar ou para outro, apesar de parecer ser “impassível”⁴. Ao empregar a ideia de desafeição, espero conjurar uma noção mais vibrante de domesticidade – não uma noção resplandecente em suas estruturas heteronormativas, mas sim, cheia de intrusões e interseções de sentimentos, interesses e desejos não maternos contraditórios que emergem das banais rotinas repetitivas do trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, na seção final, espero usar o conceito de desafeição para revigorar, se não provisoriamente, uma política alternativa para os trabalhadores domésticos filipinos e filipinas

No entanto, é importante notar que os assuntos sobre os quais estou me concentrando surgiram não apenas do presente momento neoliberal, mas também de uma história mais longa de instabilidade econômica, política e cultural após séculos de colonização estrangeira, incluindo a América Imperial no século XX, e subserviência contínua ao capital global. Neste contexto, as vidas precárias vividas por sujeitos filipinos não são meramente resultado de mudanças neoliberais recentes, mas fazem parte de um extenso e intensificado processo de subordinação e servilismo às instituições econômicas e políticas hegemônicas nacionais e transnacionais. A segurança não é algo que os sujeitos filipinos perderam porque nunca a possuíram. Assim, para os sujeitos do Terceiro Mundo, como os filipinos, a flexibilidade como dispensabilidade é algo que não é de todo novo, mas é parte de persistentes, contínuos e opressivos arranjos econômicos e afetivos⁵. É nesse cenário histórico e socioeconômico complicado, evocado em ambos os filmes, que localizo as interpretações de afeto e trabalho que se seguem.

⁴ Sou grato a Neferti Tadiar por essa ideia feliz.

⁵ Eu queria enfatizar que o servilismo e a opressão dos trabalhadores do Terceiro Mundo existem desde os tempos coloniais. Eu não quero dizer minimizar ou mesmo desconsiderar o ritmo acelerado e sem precedentes da reestruturação capitalista que exige flexibilidade do trabalho. Eu reconheço a enorme massa de alienados, mão de obra dispensável, uma realidade que é devastadoramente notável.

***Paper Dolls*: vestindo a desafeição**

Na década de 1990, a criação de amplas barreiras legais e físicas para impedir que os palestinos tivessem acesso a empregos e outros serviços em Israel resultou em um influxo sem precedentes de mão-de-obra estrangeira para este país. A chegada de filipinos, sul-asiáticos e outros trabalhadores estrangeiros não foi apenas consequência de políticas neoliberais, mas também serviu como substituição do trabalho palestino segregado e banido. A presença do trabalho filipino foi assim permitida pela escalada do conflito Israel-Palestino.

A trupe *Paper Dolls* no filme é um grupo heterogêneo de homossexuais e transexuais que estão sempre à beira do desastre, em grande parte devido às estritas leis de imigração em Israel⁶. Sua existência incerta torna-se mais arriscada e perigosa pela sua não-conformidade de gênero. Trabalhando para homens idosos ortodoxos judeus em Tel Aviv, estes cuidadores são interpelados em cenas complicadas de domesticidade como dar banho, alimentar, vestir e transportar seus clientes durante o dia e, mais tarde eles se reúnem na Rodoviária Central para executarem seus números musicais drag em vários locais que os acolhem. Para tentar entender o poder dos discursos em torno do cuidado, gênero e domesticidade, conduzi cinco grupos focais em Manila e em Nova York em 2007 sobre o tema dos cuidadores neste documentário⁷. Eu queria compreender o poder

⁶ O uso de gay e transgênero nesse artigo – particularmente em referência aos personagens de *Paper Dolls* e *Serbis* – não assume uma identificação real com essas categorias de identidade. *Serbis*, em particular, é extremamente problemático porque as legendas em inglês utilizam “gay” como a tradução de “bakla”, que é o termo Tagalogo que engloba noções (não identidades) sobre travestismo, efeminação e hermafroditismo. Jan, em particular, refere-se a si mesmo como homem usando pronomes masculinos em hebraico. Tagalogo não flexiona gênero na maioria dos substantivos (exceto aqueles onde a influência da língua espanhola é aparente como em doktor e doktora) e em todos os pronomes.

⁷ Dois grupos focais com nove e seis participantes, respectivamente, foram conduzidos em Manila durante o verão de 2007. Três grupos focais com oito, sete e 12 participantes foram organizados em Nova York durante o outono de 2007. Entre os 42 participantes (23 homens, 19 mulheres) em ambos os locais, 25 se identificaram como bakla, gay, lésbica ou homossexual. Todos os participantes

dos discursos em influenciar e moldar o imaginário filipino em torno de gênero, trabalho de cuidado e domesticidade.

A maioria dos participantes, se não todos, construiu o filme como uma afirmação da autêntica natureza do cuidado dos filipinos. Um participante disse, “Veja, não é somente uma mulher que pode cuidar de um idoso, até o *bakla* pode cuidar com carinho e amor tão bem quanto uma mulher, se não melhor”. Muitos dos participantes usaram a ideia do *bakla* como o “homem com um coração feminino” (*pusong babae*). Em outras palavras, as *Paper Dolls* eram consideradas mulheres ou profetêneas, exceto por óbvias diferenças biológicas.

A maioria dos participantes adoraram a memorável, eloquente e efusiva Sally, que é um M para F (masculino-para-feminino) cuidador transgênero que estabelece uma comovente relação com o seu cliente, um idoso judeu morrendo de câncer de garganta. Seu cliente idoso a trata “como uma filha”, ensinando poesia hebraica e dando-lhe uma saia como presente. As cenas de domesticidade feliz, cozinhando, limpando e o companheirismo fazem de Sally a doméstica por excelência, exceto pelo fato de que ela não nasceu uma mulher biológica. Para muitos participantes dos grupos focais, Sally encarnou a declaração do Estado filipino de que os filipinos eram pessoas devotadas ao cuidado e a crença de que a mulher filipina era a figura heroica da cuidadora.

Entretanto, não me fascina a visão de que os cuidadores filipinos gays e transgêneros são igualmente carinhosos como uma mulher filipina. Estou muito interessado em como o trabalho de cuidar não envolve conjuntos particulares de gestos, hábitos e atos corporificados que produzem o espetáculo do “cuidar”, mas pode envolver outras disposições contra-intuitivas do corpo, como a desafeição. Para demonstrar esse ponto, volto-me para os outros personagens menores em *Paper Dolls* ou aqueles que não cumprem adequadamente com os padrões estatais do cuidador ideal filipino. No filme, a história de desafeição centra-se em torno da figura de Jan. Jan é uma figura desajeitada, com excesso de peso e pessimista. Em uma cena, após a audição de um dono de um clube gay

se identificaram como “filipinos”. Os participantes de Nova York eram todos imigrantes da primeira geração.

israelense, Jan é rejeitado e não consegue atuar junto com seus amigos no grupo de *Paper Dolls*. Em seguida, ele entra em um táxi, desamparado, abatido e jurando apenas trabalhar e percebendo que está sozinho na diáspora. Nas próximas cenas, o vemos trabalhando com um comportamento de tipo desapegado, de uma maneira eficiente, porém distante.

Em alguns grupos focais sobre esse filme, Jan foi visto em forte contraste com Sally como alguém que era dissimulado, um falso e um trabalhador de cuidado inautêntico. Um participante disse, “Por que ele está sempre fazendo esse trabalho se seu coração não está totalmente naquilo?”. Entretanto, algumas pessoas comentaram que contanto que Jan fizesse um bom trabalho, ele deveria continuar trabalhando. Outro participante disse,

Olhe para ele [apontando para a tela], ele parece habilidoso... Ele é capaz de levantar o idoso da cama e ele é capaz de fazer o paciente realizar seus exercícios. Ele pode não parecer amigável, mas ele é muito profissional.

As interpretações dos participantes sobre a compostura de Jan como “profissional” ilustram como os significados em torno dos gestos, dos hábitos corporais e da prática podem ser vistos de diversas formas. A etnografia da antropóloga Bonnie McElhinny’s (1994) sobre mulheres policiais revela a maleabilidade dos significados afetivos na manipulação dos campos semânticos envolvidos em sua apresentação emocional no ambiente de trabalho. Longe de se classificarem como masculinas, quando confrontadas com as violentas e às vezes horríveis realidades do trabalho policial, essas mulheres argumentam que sua apresentação de distância emocional e objetividade não deve ser vista como masculina, mas como apropriada e profissional. McElhinny’s discute as complexidades do comportamento afetivo e emocional do gênero ao apontar para as possibilidades de agência dos sujeitos em reenquadrar significados emocionais, a fim de abrir para si mesmos espaços sociais e ocupacionais.

Em outro contexto, o jornalista do New York Times Jason DeParle (2004) fornece uma descrição abrangente de três mulheres afro-americanas que são primas e que se viram tentando sobreviver os anos

pós Estado de bem-estar social na década de 1990. Vivendo em Milwaukee, quando os cheques e os serviços do Estado de bem-estar social foram sutil e implacavelmente removidos, essas três mulheres tentaram com valentia enfrentar a tempestade após o momento neoliberal revanchista na América Clintoniana. Das três primas, Angie talvez possa ser vista como o epítome do sucesso pós bem-estar social porque, exceto por alguns períodos de desemprego, ela trabalhou continuamente, apesar dos baixos salários, viagens árduas, falta de respeito e a violência geral de sua vida doméstica. Mãe solteira de três filhos, Angie parece ter feito a transição bem-sucedida da dependência do apoio governamental para, por fim, viver uma vida independente, por mais instável que seja. DeParle descreve Angie como uma mulher com uma “indiferença estudada”, uma “face dura” e um comportamento e uma postura frios, pelo menos nos vários asilos e casas de repouso onde ela trabalhou. Como alguém que passou por vários relacionamentos angustiantes com os homens e que se tornou avó aos 39 anos, Angie parece ter resistido, mesmo após perder a rede de segurança da assistência governamental. Mas a essência de tudo isso é o fato notório de que suas circunstâncias de vida na era pós bem-estar social não melhoraram significativamente, mesmo em termos de atender as necessidades mais básicas, como comida e abrigo para sua família. No final de seu livro, DeParle (2004, p. 338) aponta os impasses econômicos e domésticos de Angie, descrevendo-a como quem continua a “explorar com otimismo o significado da vida”.

Tanto DeParle quanto McElhinny retratam essas representações de indiferença ou desafeição como produtos e reações ao ambiente socio-político. Em ambos os casos, as mulheres envolvidas estão criando espaços de sobrevivência e subsistência face aos desafios institucionais e pessoais. Ao mesmo tempo, os dois casos ilustram como tais formas de serenidade, postura corporal e disposição não são fins em si mesmos. Eles abrem espaços e possibilidades para essas mulheres seguirem em frente e continuar a vida, apesar dos desafios da misoginia, por um lado, e do racismo governamental, por outro.

Ao interpretar *Paper Dolls* no contexto desses dois casos, é importante reconhecer que Jan, apesar de sua autoapresentação desafetuosa, ainda era capaz de manter seu emprego e, em muitos aspectos,

era bastante habilidoso para realizar as tarefas rotineiras do cuidar. Seu serviço permanece ininterrupto enquanto ele vive uma espécie de existência desamparada, arrastando-se eficientemente em suas tarefas diárias. No entanto, a atenção que Jan demonstra ao fazer seu trabalho é em grande parte influenciada pela precariedade proporcionada pela rigorosa lei de imigração israelense. No momento em que um empregador demite um cuidador, o trabalhador é imediatamente considerado ilegal ou indocumentado e, portanto, está exposto à possibilidade imediata de deportação.

O documentário coloca Jan em várias cenas que revelam suas contraditórias performances afetivas. Ao contrário de Sally, Jan não assume o papel da filha ou filho, apesar do fato de chamar seu cliente idoso de “Pai” em hebraico. Quando ele ainda estava ativo no grupo *Paper Dolls*, ele costumava se vestir com roupas femininas no corredor fora do apartamento antes de sair para a noite. A câmera continuamente o coloca na janela do apartamento de seu cliente, olhando para fora, para lugar algum. Nunca está claro se ele está integrado na família em termos fictícios ou mesmo temporários. Essa série de instantes cinematográficos mostra as maneiras pelas quais Jan está construindo uma forma de domesticidade cheia de paradoxos e incongruências. Ao contrário das narrativas cinematográficas e das ciências sociais sobre os trabalhadores filipinos que se tornam emocionalmente ligados àqueles de quem cuidam, ou clientes, Jan fornece um contra-exemplo de sentimentos negativos que mostra a ambiguidade de regimes afetivos do cuidado e do trabalho.

A maioria dos participantes dos grupos focais sugeriu que Jan possuía um elevado grau de autoconsciência ao mesmo tempo que escondia um desgosto ou desdém quase palpável por toda a situação⁸. Em uma cena em que ele está sério e habilmente levantando seu cliente enfermo da cama, ele consegue sorrir para a câmera, sugerindo que compreende o absurdo da situação. Aversão e sujeira são aspectos importantes do trabalho de cuidado e, portanto, de desafeição. A câmera mostra várias cenas onde Jan está pensativo, olhando pela janela do apartamento. Essas cenas sugerem que Jan muitas vezes retira-se da cena doméstica e do

⁸ O desgosto é um tópico que estou desenvolvendo atualmente em outro ensaio sobre o trabalho de cuidado.

trabalho que parece enquadrar sua existência cotidiana. “Eu não estou aqui” é uma forma de enquadramento dessas cenas de isolamento. Em outras palavras, Jan se recusa a deixar o trabalho “sujo” defini-lo e, assim, ele “se remove” psiquicamente das tarefas rotineiras que executa com habilidade física. Através da desafeição, ele recusa a ideologia que constrói os “verdadeiros” trabalhadores do cuidado como aqueles que “abraçam” a sujeira e suprimem a repulsa, porque o verdadeiro amor e carinho superariam esses sentimentos e ideias negativas.

Os usos mensurados e controlados da habilidade corporal de Jan fazem da sua postura desafetuosa não uma tela ou um véu, mas sim uma morada. Em outras palavras, Jan habita seu trabalho através de uma espécie de alienação controlada e uma hostilidade moderada aos regimes de poder e cuidado (*nurturance*). Jan representa assim uma domesticidade que não se baseia na construção de laços íntimos e representações óbvias de amor e cuidado entre ele e seu cliente, mas sim na adoção de movimentos corporais e disposições rotineiros, padronizados e orquestrados que lhe possibilitam apresentar uma imagem de cuidador habilidoso, profissional e eficiente, para que possa manter seu emprego em meio a um triste isolamento diaspórico.

Desafeição, neste caso, não é uma despreocupação privilegiada, mas é sobrevivência – ser capaz de viver e suportar o quase exasperante regime das rotinas e tarefas domésticas. Se Jan pensa ou não que ele é um trabalhador carinhoso, atencioso e afável como outros trabalhadores de cuidados filipinos em todo o mundo ou um herói/heroína de uma nação, autêntico/a e de boa fé, é irrelevante. Jan não está apresentando meramente uma “indiferença estudada”, mas, como as policiais de Pittsburgh e Angie em Milwaukee, ele está criando um espaço para si mesmo dentro da indústria do trabalho de cuidados em Israel. Ao contrário de Angie, a manipulação de superfícies, as expressões faciais e gestos de Jan não o colocam em um impasse econômico ou afetivo. No final do filme, Jan, com outros dois compatriotas *Paper Dolls*, por fim deixa Israel para ir à Inglaterra, que muitos diriam ser o melhor lugar – social e economicamente falando. Embora o filme possa sugerir um final feliz na velha Inglaterra, não se pode escapar ao fato de que Jan e os outros membros de *Paper Dolls* ainda estão presos no círculo vicioso do trabalho

flexível, sujeitos aos caprichos do mercado, a um estado racista e a uma sociedade normativa. Apesar disso, a desafeição prepara as rotas das viagens de Jan enquanto lhe permite atravessar limiares e fronteiras e, finalmente, fornece-lhe os recursos afetivos para encarar continuamente as dificuldades de uma vida não segura e nela se envolver.

***Serbis*: labirintos de desejo e domesticidade**

A diáspora não envolve apenas pessoas que se mudaram para fora do país literal e fisicamente. Ela inclui, certamente, aqueles que ficaram ou estão abandonados no lugar – mas são móveis de outras maneiras, e *Serbis* é, assim, uma espécie de contraponto a *Paper Dolls*. Apesar da diferença óbvia no gênero, *Serbis* preenche as lacunas de informação sobre o que acontece às pessoas que “ficaram para atrás” na terra natal e que tipo de arranjos domésticos e afetivos são forjados em meio à reestruturação neoliberal nos anos 90.

Serbis oferece uma visão fascinante e provocadora sobre como a domesticidade pode se desvendar diante do *pathos* familiar e societal. Os sons e a linguagem do filme dificultam os arranjos normativos típicos da domesticidade. Os membros da família falam uns com os outros usando três línguas diferentes – Tagalogo, Pampango e Ilocano – frequentemente dentro de uma única conversa. Este fato não é evidenciado pelas legendas em inglês. Esta torre de Babel, íntima e desarrumada, é indicativa dos vários tipos de forças e instituições simbólicas, afetivas e materiais que atravessam o curso do dia.

Durante vários minutos no início do filme, dificilmente se pode ouvir qualquer diálogo entre as personagens por causa do alto ruído do ambiente que permeia as cenas domésticas de abluções matutinas, o café da manhã sendo preparado, um furúnculo sendo lancetado e o cinema sendo preparado para abrir sua porta para seus múltiplos clientes. Ao longo do filme, as fronteiras entre o doméstico e o público, entre o íntimo e o distante, entre a nação e a diáspora, se dissolvem e colidem de maneiras intrigantes. Em *Serbis*, o trabalho doméstico acontece em conjunto com outras formas de trabalho e serviço.

Toda a narrativa do filme ocorre durante um único dia na vida da família. É um dia tanto rotineiro quanto atípico. No início do dia e nas primeiras cenas do filme, Nanay Flor, a matriarca da família, está se preparando para ir ao tribunal para processar seu marido, que recentemente abandonou a família. A família possuía vários cinemas, mas fechou todos eles, exceto o *Family Theater* (Cinema Familiar), onde agora residem. No final do dia e no final do filme, a mãe volta para casa desanimada, tendo perdido o processo judicial. Em vez de se sentar para resmungar, ela assume o balcão da bilheteria e continua o tédio diário dos negócios da família.

No começo do dia e no início do filme, cenas banais da preparação da refeição matinal, do tomar banho, do vestir o uniforme escolar e do tomar o café da manhã marcam o que à primeira vista parece ser um protótipo de lar comum, até que somos levados por Nayda, a filha mais velha, para cima e para baixo pelas várias escadas através dos corredores públicos preenchidos com pôsteres de filmes em um labirinto de quartos privados, banheiros públicos e corredores, serpenteando através de vários espaços no cinema. A comida sendo preparada por seu marido, Roland, é tanto para a família quanto para os clientes que entram no restaurante improvisado na entrada principal do cinema, que também funciona como sala de jantar da família.

Todo o complexo se abre para as ruas movimentadas, e as paredes da estrutura, muito permeáveis, permitem vários tipos de intrusões do mundo exterior. No começo, um ladrão de carteiras está sendo perseguido pela polícia e entra no cinema. Em outra parte do dia, uma cabra de repente aparece, causando uma comoção entre os meninos e meninas *serbis* e seus clientes. A comoção resultante provoca uma interrupção no negócio diário quando as luzes são acesas e os *serbis* prestados nos recantos escuros do cinema são interrompidos. Todos, incluindo a família, os clientes e os *serbis* meninos e meninas perseguem a cabra para fora do cinema. Rindo turbulentamente da ocorrência bizarra, Nayda, então, diz a todos para voltarem e retomarem seus negócios no escuro. A porosidade deste tipo de domesticidade sugere como o lar, a família, o sexo e o cuidado não são lugares completamente circunscritos e, em vez disso, deslizam para outros reinos da vida diária.

Serbis também oferece uma convincente lição sobre como as pessoas subalternas habitam seu trabalho e constroem a domesticidade. Aqui, a domesticidade não é um conjunto claro de práticas e sentimentos. Em vez disso, as tarefas domésticas de acordar, banhar-se, cozinhar e vestir-se transbordam para as outras salas deste teatro familiar, onde ocorre o trabalho do desejo e do dinheiro. Mas é precisamente a banalidade das rotinas dos membros da família e dos meninos e meninas *serbis* e seus clientes que cria esta simples, porém forçada, rendição alternativa à domesticidade.

A cena em que a cabra se intromete na sala enquanto os serviços sexuais estão ocorrendo fornece um vislumbre hilariante, porém esclarecedor, de como as discrepantes justaposições de várias formas de trabalho – que dificilmente se reúnem ao redor do lar – podem desintegrar-se instantaneamente com as incursões das realidades do mundo público para dentro do cinema. Em outras palavras, a família biológica e a família dos trabalhadores do sexo habitam os confins físicos e simbólicos de seu trabalho, não através do estabelecimento de fronteiras claras entre o parentesco biológico e fictício e entre os reinos privados e públicos, mas através de uma banal e estranha coreografia de movimentos corporais que atravessam várias fronteiras. Em *Serbis*, a domesticidade é simultaneamente constituída e dissolvida nas variadas tarefas habituais desempenhadas no triste desgaste do dia a dia.

A instável domesticidade nesse cinema/lar é o estágio em que desafeição é ao mesmo tempo evocada e executada por Nanay Flor e por sua filha Nayda. A matriarca, Nanay Flor, pode ser vista como fria e amarga diante da perspectiva de viver sem o marido e diante de um futuro econômico sombrio. Nayda atravessa o dia e percorre o labirinto confuso do edifício com um desfilar proposital e uma disposição inquietante. Tanto a mãe como a filha têm responsabilidades incomuns do cuidado: Nanay Flor com toda a sua família rebelde e Nayda com seu marido domesticado, que cozinha, limpa e cuida de seu filho. No entanto, ambas as personagens confrontam as vicissitudes de suas vidas com uma postura alienada e uma compostura que sugerem algum bloqueio ou alguma incapacidade de se envolver emocionalmente com o mundo. Múltiplas cenas de água

parada no banheiro público/familiar dão vazão ao fluxo corrente no fim do dia, quando, durante sua higiene noturna, Nanay Flor, em lágrimas e em silêncio, confronta a realidade de sua família em ruínas. Também no final do dia, Nayda olha para as fotos de seu casamento, sua formatura e outras lembranças do seu passado e lamenta o fato de que ela está presa no cinema, quando, com sua graduação em enfermagem, ela poderia ter deixado a família e os negócios e ido para outro país.

No entanto, o desbloqueio e o fluxo de emoções no final do dia, o soluço abafado de Nanay Flor e o rude lamento de Nayda não produzem catarse ou uma renovação afetiva. Em vez disso, mãe e filha saem de seus aposentos privados para tomar o seu lugar na bilheteria e cuidam de seus negócios. Em outras palavras, encontramos, na melhor das hipóteses, no momento de mudanças emocionais, uma recalibragem, um retorno à desafeição, um deslocamento à política ambivalente e ao que parecem ser, pelo menos aos olhos de quem vê, os negócios de sempre.

Prosseguindo: desafeição e a promessa da política

A desafeição não é sobre sentimentos paralisados ou em estado de suspensão. Em vez disso, consiste em sentimentos do ambiente, em emoções que continuamente se movem através das fronteiras do doméstico e do público, do íntimo e do distante. Em *Paper Dolls*, Jan cria uma domesticidade que emerge de seu trabalho corporal. Os sentimentos combinados de antipatia e distância emocional permitem que ele se mova com eficiência e de forma assídua para realizar seu trabalho físico. Ao realizar várias tarefas orquestradas, ele é capaz de fazer o seu trabalho e criar este teatro de domesticidade, enquanto, ao mesmo tempo, essa mesma performance de domesticidade lhe permite ficar na casa de seu cliente, manter seu emprego e ficar em Israel. Mais importante ainda, ele também o isola e se permite um espaço para respirar, ao criar uma postura afetiva que permite envolver-se com as possibilidades de sobrevivência e que afasta os fantasmas de incerteza, risco e perigo.

Nanay Flor e sua filha Nayda, que vivem com e através de vários atoleiros domésticos, não estão apenas presas em um impasse emocional. Eu gostaria de pensar em mãe e filha situadas em uma encruzilhada afetiva. Em vez de estarem paradas, elas continuam, embora nem sempre em termos redentores. Seus estados desafetuosos as impulsionam para outro dia, atravessam com dificuldade crises e situações menores e lhes permitem ter energia para prosseguir, apesar das ofensivas materiais e psíquicas do exterior.

Jan, Nanay Flor e Nayda apresentam pontos de vista e posturas negativas em relação ao mundo. Longe de um fluxo efusivo de afetos e emoções maternas e carinhosas, esses três trabalhadores filipinos formam uma visão alternativa do mundo que depende da persistência de arranjos domésticos normativos. Sua compostura é um sintoma tanto das condições inseguras de um mundo neoliberal quanto das contracorrentes emotivas à noção superficial, se não ilusória, de um cuidado “real” e de um amor “real”. Amanhã ou no futuro imediato, o cinema de Nanay Flor pode fechar ou Jan pode facilmente ser demitido de seu trabalho, mas a dispensabilidade de vidas e de trabalho é precisamente o que alimenta a continuação dessas atitudes, hábitos e disposições controlados.

Como uma maneira de concluir, eu quero oferecer algumas ideias otimistas (se ingênuas). Eu comecei com uma crítica ao universalismo de gênero que constrói a domesticidade dentro de quadros heteronormativos. Os filmes permitem uma noção mais ampla de domesticidade e trabalho que oferece uma saída para esse universalismo e abre formas não ortodoxas de pensar em flexibilidade e regimes afetivos.

Enquanto para muitos espectadores, os destinos de Jan, Nanay Flor e Nayda parecem ser apenas um negócio, eu diria que podemos querer refigurar o que queremos dizer com mudança. A limitação emocional descrita acima diz respeito ao negócio da sobrevivência. Tal sobrevivência é premissa da micropolítica confusa de sentimentos, posturas, comportamentos corporais e disposições reveladas nos filmes. Muitos lamentariam que este argumento sobre “prosseguir” nada mais é do que apenas um outro dia no negócio da vida, mas então alguém pode argumentar, é *um dia a mais*.

Por fim, permitam-me que me refira brevemente às potencialidades políticas da desafeição. A desafeição pode ser uma base potencial para novos modos de ativismo, uma política em torno das condições miseráveis dos trabalhadores flexíveis. O conceito fornece um vocabulário alternativo que se opõe aos regimes afetivos específicos apoiados pelo Estado filipino. As cenas de domesticidade e o trabalho doméstico sem o repertório afetivo materno, requisito necessário do cotidiano, tornam possível considerar a desafeição como um antídoto contra a força da domesticidade. Espero que a desafeição se torne uma base possível para uma política mais progressista que não reifica a feminilidade e a masculinidade, a diáspora e a nação, a domesticidade e o público, e que intervenha contra a universalização acrítica das experiências afetivas e das práticas trabalhistas.

Agradecimentos

Eu agradeço aos editores por suas visões e orientações. Agradecimentos especiais a Lauren Berlant por sua generosidade e comentários incisivos e a Allan Isaac, cujo trabalho paralelo sobre trabalho doméstico vai ser uma obra de referência para estudantes. Agradeço também a várias pessoas que têm auxiliado e induzido, estimulado e provocado, aguçando ideias e percepções de modo notável (em ordem aleatória), Gayatri Gopinath, Ben Sifuentes Jauregui, Edgar Colon, Carlos Decena, Jose B. Capino, Ellen Moodie, Jack Halberstam, Rick Rodriguez, Robyn Rodriguez, Anna Guevarra, David Eng, Neferti Tadiar, Louisa Schein, Bonnie McElhinny, Billy Johnson Gonzalez, Jose Muñoz, Karen Shimakawa e Jeff Santa Ana.

Bibliografia

AUGÉ, M. *Non-places: Introduction to an anthropology of super modernity*. London: Verso, 1995.

BERLANT, L. *Compassion: The culture and politics of an emotion* (Essays from the English Institute). New York: Routledge, 2004.

BERLANT, L. *After the good life, the impasse: Human resources, time out, and the neoliberal present*. Paper apresentado na Political Emotions Conference, University of Texas, 3 out. 2008.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. (orgs.). *Global woman: Nannies, maids, and sex workers in the new economy*. New York: Holt, 2004.

DEPARLE, J. *American dreams: Three women, ten kids and a nation's drive to end welfare*. New York: Penguin, 2004.

GUEVARRA, A. *Marketing dreams, manufacturing heroes: The transnational labor brokering of Filipino workers*. New Brunswick, NJ: Rutgers Universit, 2009.

GUEVARRA, A. Managing “vulnerabilities” and “empowering” migrant Filipina workers: The Philippines’ overseas employment program. *Social Identities*, v. 12, supl., pp. 523-541, 2006.

ISAAC, A. *The Byuti and danger of performing transgender and transnational belonging and Paper Dolls* (Bubot Niyar, Israel 2006) by Tomer Heymann (mimeo), s/d.

MCELHINNY, B. An economy of affect: Objectivity, masculinity, and the gendering of police work. In CORWALL, A.; LINDISFAME, N. (orgs.) *Dislocating masculinities: Comparative ethnographies*. London: Routledge, 1994, pp. 159-171.

PARREÑAS, R. *The force of domesticity: Filipina migrants and globalization*. New York: New York University Press, 2008.

RODRIGUEZ, R. Domestic debates: Constructions of gendered migration. *The Philippines Scholar and Feminist*, 2008. Disponível em: <http://barnard.edu/sfonline>.

RODRIGUEZ, R. *Global workers, migrant citizens: Philippine labor and the brokerage state*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2010.

Trabalhos de amor perdidos? Feminismo, Movimento de Pessoas com Deficiência e éticas do cuidado*

*Bill Hughes***

*Linda McKie****

*Debra Hopkins*****

*Nick Watson******

*Tradução: Carolina Branco de Castro Ferreira******

Resumo

O Movimento das Pessoas com Deficiência (MPcD) e o Movimento Feminista chamam a atenção para significados incompatíveis de “cuidado”.

* Este artigo foi publicado originalmente na revista *Sociology*, volume 39, n. 2 em Abril de 2005, com o título *Love’s Labours Lost? Feminism, the Disabled People’s Movement and an Ethic of Care*. Agradecemos aos autores Bill Hughes; Linda McKie; Debra Hopkins e Nick Watson a gentileza e a generosidade por terem autorizado a tradução.

** Professor de Sociologia na Glasgow School for Business and Society, na Glasgow Caledonian University.

*** Professora de Sociologia na School of Applied Social Sciences, Durham University e diretora associada do Centre for Research on Families and Relationships.

**** University of Glasgow.

***** Professor na University of Glasgow e pesquisador do Centre for Disability Research.

***** Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Atualmente é pesquisadora pós-doc ligada ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/ UNICAMP, com pesquisa financiada pela FAPESP. Revisão da tradução: Mariana Marques Pulhez e Guita Grin Debert.

Para o Movimento de Pessoas com Deficiência, a palavra “cuidado” deve ser evitada. As conotações emocionais implícitas neste conceito e a experiência do cuidado inibiriam os projetos emancipatórios e de autodeterminação destes sujeitos. Teóricas feministas valorizam o conceito de cuidado e os aspectos emocionais do “preocupar-se com” (*caring about*) nas dinâmicas de “cuidar de alguém ou de algo” (*caring for*). Dado que a independência pode ser interpretada como uma distorção ideológica masculina da esfera pública, feministas argumentam que tal noção deveria ser substituída pela de interdependência. Além disso, elas expressam preocupação com soluções pragmáticas do Movimento de Pessoas com Deficiência em relação aos temas do cuidado, quando estas se alinham com o “masculinismo” presente nas políticas públicas que constitui tanto pessoas com deficiência quanto mulheres, assim como “outros” sujeitos das modernas economias do Estado de bem-estar social. Com base no trabalho de Irigaray, propomos que uma análise pós-feminista da constituição dos cuidados pode auxiliar na resolução dessas divergências e na produção mutuamente benéfica de uma ética do cuidado. Apoiamos a voz feminista nos estudos sobre a deficiência, em especial o seu apelo a uma visão concreta, experiencial, emocional e política das relações de cuidado. Nós articulamos uma crítica feminista pós-estruturalista dos dejetos e excessos como terreno discursivo, no qual tanto pessoas com deficiência como mulheres são constituídos como sujeitos marginalizados nas relações de cuidado. Irigaray afirma que a imersão das mulheres no prazer do “outro” marginaliza-as da sua experiência encarnada, obscurece seu senso de identidade e localiza suas práticas de cuidado em um espaço liminar e abjeto nas margens da cultura falocêntrica. Nós afirmamos que as pessoas com deficiência são igualmente desencarnadas e tidas como dejetos; sua luta apaixonada por objetivos desapaixonados pode atrapalhar suas exigências de uma existência digna e inclusiva. Finalmente, nós fazemos um apelo ao movimento ativista de pessoas com deficiência e às feministas para que produzam causas em comum na luta por éticas do cuidado que se baseie na interdependência dos corpos.

Palavras-chave: cuidado, deficiência, éticas, feminismo, dejetos.

Introdução: Disputas sobre os significados do cuidado

É possível identificar muitas abordagens diferentes sobre o cuidado. Em parte alguma essa diferença é mais clara do que nas formas contrastantes com que o cuidado é descrito por estudiosas feministas e ativistas do movimento de pessoas com deficiência. Esta diferença é, em parte, de ênfase. Geralmente, para as feministas, a ênfase é dada no cuidado (usualmente feminino), ao passo que, nos estudos sobre a deficiência (*Disability Studies*), o receptor do cuidado (masculino ou feminino) é o lócus de interesse. Dada a agenda política e o ponto de vista destes dois movimentos sociais, o contraste no foco é compreensível. Contudo, enquanto estes grupos têm uma agenda política diferente, ambos consideram as partes envolvidas nas relações de cuidado como constituídas e colonizadas por sua própria dinâmica. (BOWDEN, 1997; CANCIAN & OLIKER, 1999; FINCH & MANSON, 1993; MORRIS, 1993; OLIVER, 1990; SHAKESPEARE, 2000; WILLIAMS, 2001). No entanto, esta dinâmica é encarada de maneiras diferentes. Apesar de suas vicissitudes empíricas e até mesmo das violências que, por vezes, as acompanham, há uma tendência no pensamento feminista a valorizar a relação de cuidado pelo seu potencial de simbolizar, e até mesmo encarnar, uma genuína intimidade e reciprocidade que não podem encontrar expressão em uma sociedade dominada pelo imaginário masculino. Para o Movimento de Pessoas com Deficiência (MPcD)¹, o cuidado é frequentemente demonizado e sua organização é regularmente representada como uma barreira significativa para a emancipação e independência das pessoas deficientes.

Neste artigo, tentamos transcender os binarismos de análises derivadas de posições de gênero distintas e de diferentes pontos de vista políticos incorporados pelos feminismos e pelo movimento de

¹ No texto original, os autores utilizam as categorias política e ética em inglês de *Disabled People's Movement* (DPM) e *disabled people*, para referir-se ao movimento e sujeito político naquele contexto e período. Adotei a mesma estratégia na tradução dos termos em português, considerando o debate contemporâneo no Brasil, com a finalidade de produzir um melhor entendimento, bem como para criar certa equivalência (não necessariamente uma relação direta) dos termos utilizados. (N. da T.)

peças com deficiência, argumentando que as relações de cuidado atraem todos aqueles envolvidos em um espaço social feminizado. Nós também propomos que a feminização do cuidado em uma cultura falocêntrica transforma em subordinados os envolvidos em relações de cuidados – independentemente de sua identidade de gênero. Nossa principal referência teórica a este respeito é a reflexão de Luce Irigaray (IRIGARAY, 1985[1974], 1991[1977], 1993; WHITFORD, 1991a, 1991b).

Para algumas feministas, o cuidado é um processo central através do qual o gênero é definido. Por exemplo, Graham (1983) sugere que a identidade das mulheres emerge através do cuidado. O trabalho de cuidado é visto como uma tarefa e uma responsabilidade de mulheres e aparece como trabalho ligado “umbilicalmente” a seus papéis sociais e econômicos. As políticas de cuidados pressupõem a noção de que este trabalho deve ser de responsabilidade das mulheres (MCKIE et al., 2002; SEVENHUIJSEN, 1998). A maior parte do trabalho de cuidado não é pago e, quando é, os salários tendem a ser baixos, as condições empregatícias ruins e a provisão de pensões inadequadas (WOMEN'S UNIT OF THE CABINET OFFICE, 2000). Além disso, há evidências que sugerem que os trabalhos de cuidado são marcados por gênero, os pagos e os não-pagos, reforçando a existência de desigualdades anteriores no mercado de trabalho (RAKE, 2001; WINDEBANK, 2001). Cuidar não é simplesmente um conjunto de tarefas mecânicas. De fato, a natureza marcada por gênero do cuidado coloniza e constrói as mulheres como sujeitos “naturais” (HOCHSCHILD, 1983; LISTER, 1997).

Da mesma forma, para os teóricos da deficiência, os cuidados têm um papel central na naturalização dos corpos deficientes, mas as marcas de gênero nesse processo são menos importantes na linguagem e na prática do Movimento de Pessoas com Deficiência. Cuidado constrói a deficiência, acima de tudo, como dependência, mais do que como um status de gênero. O cuidado é associado com o confinamento institucional, com o envolvimento social limitado, com uma cidadania parcial, com falta de empoderamento e exclusão. Ser cuidado é estar em déficit e ter a competência como ator social negada ou questionada. Os destinatários dos cuidados, sejam eles homens ou mulheres, vivem uma vida “trágica” (OLIVER, 1990), ontologicamente condenados a um déficit de agência.

Essa posição reflete historicamente a invalidação das vidas de pessoas com deficiência e seus corpos, independentemente do gênero. As políticas sociais constroem homens e mulheres que recebem cuidados como um fardo que drena recursos escassos. Por causa desses tropos pejorativos, o Movimento de Pessoas com Deficiência, pelo menos no Reino Unido, tem criticado o discurso dos cuidados. Prefere-se termos como assistência pessoal, ajudas ou apoio (SHAKESPEARE, 2000; VASEY, 2001). Essa posição coloca em suspensão os elementos emocionais do cuidado privilegiando uma análise material e pragmática, na qual pessoas com deficiência adquirem o controle econômico sobre as relações de cuidados. Essa postura também desloca a posição central da crítica de gênero nos discursos do cuidado. Onde feministas veem cuidado em termos de regras que produzem homens e mulheres, ativistas ligados à deficiência veem os cuidados primeiramente em termos de infantilização e (des)empoderamento de pessoas com deficiência.

Em artigos recentes sobre deficiência e teorias feministas sobre o cuidado e ajuda, os autores utilizaram o trabalho de Nancy Fraser sobre necessidades e (inter) dependência (FRASER, 1989; FRASER & GORDON, 1994; WATSON et al., 2004). Nós estamos de acordo com Fraser quando a autora afirma a importância de uma conceituação minuciosa do papel da interdependência e das necessidades mútuas ao longo do curso da vida. O conceito de interdependência chama atenção às maneiras pelas quais necessidades, atividades e responsabilidades referentes aos cuidados são incorporados. Não somente porque todos nós precisaremos de auxílio, apoios e cuidado em diferentes momentos do curso da vida, mas também porque certos tipos de necessidades e cuidados continuarão ausentes das discussões (por exemplo, os cuidados de homens adultos que são doentes ou incapacitados). É apenas chamando a atenção para a onipresença do cuidado na complexa dialética da interdependência que este pode ser adequadamente articulado. Além do mais, o foco nos aspectos relacionais do cuidado, esclarece em que medida as partes envolvidas, independentemente do sexo, gênero e status social, tornam-se o “outro feminino” e, portanto, marginalizado no grande esquema das coisas produzidas no âmbito do imaginário masculino. Isto é assim porque o cuidado, tais como seus conceitos irmãos de amor, carinho e reprodução,

foram relegados – no início da modernidade burguesa – ao domínio da “natureza”, como uma esfera privada da atividade humana “abaixo” da esfera pública, âmbito no qual as preocupações sobre direitos e justiça são privilegiados. Agnes Heller (1979) descreve este domínio como o “lar das emoções”, espaço moderno para todas as questões da maternidade, do feminino, da natureza; o mundo da intimidade e da domesticidade também entendido como a-histórico e imutável, onde considerações sobre política e moralidade não têm espaço. Esse é, efetivamente, o espaço do “outro”.

“O Outro” ... “o Mesmo”

Neste artigo, nos propomos a analisar a construção de pessoas com deficiência e de mulheres como sujeitos produzidos por microtecnologias do poder moderno que operam através dos discursos de cuidado. Nós também propomos que a feminização do cuidado em uma cultura dominada pelo imaginário masculino faz com que as relações de cuidado e aquilo que elas envolvem sejam necessariamente subordinadas. Nos baseamos no pós-feminismo e, em particular, no trabalho de Luce Irigaray (IRIGARAY, 1985[1974], 1991[1977], 1993; WHITFORD, 1991a, 1991b).

Entretanto, antes de empregar o pós-feminismo como meio de substituir as tensões entre feminismo e Movimento de Pessoas com Deficiência, é importante revisar estas tensões de um modo simpático à imaginação pós-feminista. Neste sentido, o uso da noção de Foucault de “tecnologias do Self” (1980, 1988) é apropriado. Tal noção é um meio para explorar o processo de formação de identidade como produção de discursos do cuidado. Nessa argumentação, identidade ou *self* surge através do engajamento com normas dominantes – tecnologias de dominação – e estas podem ser objetos de resistência ou adoção nos contextos de “estéticas da existência” ou de códigos de ética. Esta análise da formação do *self* tem sido criticada por explorar dualista e limitadamente a dialética da liberdade e do constrangimento (MCNAY, 2000, p. 9), mas ela oferece um meio de examinar as tensões e problemas em relação à formação de identidades em torno do cuidado.

O MPcD tem escolhido considerar primeiramente as “tecnologias da dominação” e os modos pelos quais tais tecnologias têm moldado a opressão das pessoas com deficiência. Cuidado como um conceito está saturado de conotações bondosas e pastorais, mas o MPcD – baseando-se na experiência prática de pessoas com deficiência ao longo da modernidade – tem olhado para dentro da escuridão de seu coração e ido ao encontro das advertências de Bauman (1993, p. 11) de que o impulso do cuidado com o outro, tomado no seu sentido mais extremo, conduz à aniquilação de autonomia do outro, a dominação e a opressão. Nick Fox (2000) tem apontado como o cuidado é uma poderosa ferramenta de dominação. Ela se manifesta como uma “vigília” na qual o indivíduo “cuidado” está sujeito a uma vigilância contínua. O MPcD tende a enfatizar este elemento “carcerário” das relações de cuidado. No entanto, Fox (2000, p. 338) argumenta que – seguindo Helene Cixous – enquanto o cuidado pode incorporar as “tecnologias de dominação” masculinas e custodiais, também é um “dom” e como tal é evocativo de propriedades positivas tais como “generosidade, confiança, amor, compromisso, alegria e estima”. Pós-feministas são atraídas pelas possibilidades éticas inerentes à ideia de cuidado como um dom. No entanto, são os elementos possessivos e disciplinares das relações de cuidado que têm dominado a experiência das pessoas com deficiência na modernidade e é contra esse cenário que se encontram as propostas do Movimento de Pessoas com Deficiência de transformar o cuidado em ajuda ou assistência (SHAKESPEARE, 2000).

Respondendo a esta ligação entre cuidado e opressão que tem arruinado a vida de pessoas com deficiência, o Movimento de Pessoas com Deficiência tem adotado uma interpretação pragmática e materialista do cuidado que é co-extensiva à ética e a ideais de autonomia masculinos. O Movimento de Pessoas com Deficiência define cuidado em termos de ajudas e argumenta que pessoas com deficiência devem controlar tais relações através do pagamento direto dos serviços de Assistência Pessoal. Esta abordagem quebraria a conexão entre cuidado, confinamento e dominação, por um lado e, por outro, restauraria a agência de pessoas com deficiência. Como ‘mestres’ de ‘seu’² próprio destino e os assistentes pessoais

² No original, estes pronomes encontram-se entre aspas e com a referência

sob ‘seu’ comando, pessoas com deficiência adquiririam maior controle sobre questões mundanas, mas que são aspectos da vida cotidiana vitalmente importantes que, até agora, foram relegados aos horários adequados ao “cuidador”.

Esse sistema reverteria efetivamente o balanço das relações de poder entre “cuidador” (*carer*) e “aqueles que são cuidados” (*cared for*), na medida em que tais terminologias tornaram-se redundantes. “Aquele que é cuidado” se tornaria o empregador e o “cuidador”, o empregado. Haveria poucas dúvidas de que este sistema funcionaria para pessoas com deficiência, pois quebrar-se-ia a dominação do cuidador, oferecendo possibilidades para uma cidadania ativa que, até então, foi constrangida. Mediante essa argumentação, esse sistema oferece liberdades básicas e elementares que pessoas sem deficiência consideram garantidas – tomar um banho quando e da maneira que se deseja e etc. No entanto, apesar de seu significado como mecanismo emancipatório, o sistema de pagamentos diretos reverte mais do que revoga a relação mestre/escravo e, efetivamente, fecha as possibilidades de uma ética dos cuidados e da responsabilidade em que muitas feministas colocam muita esperança (ver, por exemplo, BENVENISTE, 1992; TRONTO, 1993; WILLIAMS, 2001). Esse sistema tiraria o cuidado do “lar dos sentimentos” (HELLER, 1979) e deixaria a ética no domínio masculino e burguês, no qual a justiça e os direitos são a pedra de toque do comportamento moral (GILLIGAN, 1982).

O Movimento de Pessoas com Deficiência abraça o modelo dominante e moderno do “cidadão trabalhador”. Neste modelo, o imaginário masculino toma proporções importantes e o mundo ético é um mundo no qual as pessoas com deficiência têm o mesmo acesso a oportunidades do que as pessoas sem deficiência no mercado de trabalho e em que este acesso, bem como a oportunidade para participar inteiramente da vida social e cultural, é uma questão de “direito”. A emancipação é definida em termos do “outro” – social, cultural e economicamente – tornando-se “o mesmo” e tendo tais oportunidades constitucionalmente consagradas e juridicamente exequíveis. A transição do feudalismo para

masculina (*his*), para ressaltar o peso do imaginário masculino na argumentação dos autores. (N. da T.)

o capitalismo pode ser uma memória histórica distante, mas não se deve esquecer que muitas pessoas com deficiência ainda estão lutando pelo direito de não serem escravas. A ideia de todas as pessoas com deficiência como verdadeiros “cidadãos trabalhadores” é ainda um enorme desafio e o movimento de pessoas com deficiência continua presente no discurso da justiça social para sustentar seu ímpeto político e moral.

Em contraste, teóricas feministas argumentam que o modelo dominante do “cidadão trabalhador” obscurece a necessidade e o potencial de uma “cidadã cuidadora”. A cidadã cuidadora também trabalha, mas ela estaria invariavelmente e de formas corporificadas, envolvida por relações emocionais e pragmáticas de interdependência ao longo do curso da vida, provavelmente como cuidadora e trabalhadora. De fato, estas duas funções inevitavelmente se chocariam uma com a outra. A “cuidadora cidadã” é constituída pela sua incorporação em orientações éticas de cuidado e responsabilidade, nas quais mutualidade, reciprocidade e taticidade seriam as principais propulsoras da vida moral. Inevitavelmente, o conceito de “cuidadora cidadã” negligencia a cidadania daqueles que recebem cuidado. Portanto, a taticidade que, em teoria, coloca os participantes no processo de cuidado conjuntamente numa relação corporal, é cortada por uma perspectiva que é excessivamente determinada pela posição do sujeito cuidador. O contato imaginado não é o contato entre iguais.

Em um ensaio intitulado “A fecundidade da carícia” (“*The Fecundity of the Caress*”), e influenciada pela filosofia moral de Emmanuel Levinas, Irigaray (1993) defende uma da ética do cuidado incorporada, em que o contato apagaria o momento da dominação. “O toque”, ela escreve, “ata e desata dois outros em uma carne que é ainda e sempre intocada pelo domínio”. O pessimismo de Bauman é revertido. A conexão que ele observa entre cuidado e aniquilação da autonomia que espelha a posição do movimento de pessoas com deficiência é desalojada por um argumento que substitui o masculino/ocular pelo feminino/tátil (JAY, 1993). A suposta “economia materna do fluxo” (IRIGARAY, 1991[1977]) é invocada e o sujeito – aquele cânone do individualismo burguês que não pode ser nada sem autonomia – é descentrado.

As múltiplas imbricações envolvidas na política social e no discurso dominante, as quais ligam feminilidades ao cuidado, sugerem que o

impacto do cuidado incide poderosamente na formação da identidade da maioria das mulheres. Entretanto, o trabalho (bem como o trabalho no cuidado) é facilmente descontado como recurso de status e valor social, porque o trabalho do amor em uma política racionalizada e masculinizada é, invariável e infalivelmente, “outro”. Feministas e movimento de pessoas com deficiência procuram reformar o cuidado de maneira a desafiar sua naturalização, mas seus respectivos pontos de vista terminam em tensão. Algumas feministas valorizam o potencial ético do “cuidador cidadão” enquanto o Movimento de Pessoas com Deficiência abraça uma ética na qual o direito do ‘cidadão trabalhador’ é primordial. Ativistas da deficiência procuram controlar o cuidado para transformá-lo em relações formais de contrato, enquanto feministas procuram proteger e valorizar os elementos afetivos e corporais presentes nas relações de cuidado, porque nisso reside o núcleo da intimidade que poderia salvar tais relações do mundo falocêntrico. Mas, talvez as duas perspectivas respondam à sua marginalização a partir de uma posição que é mais bem descrita como “o outro do mesmo”. No entanto, deve ficar claro, a partir do argumento anterior, que os ativistas do MPcD estão muito mais envolvidos nessa posição do que suas irmãs do movimento feminista.

A referência ao termo “o outro do mesmo” é de Irigaray em suas análises sobre poder e gênero e seu apelo para o potencial de criar e celebrar a diferença. Para Irigaray, o patriarcado baseia-se na genealogia de pais e filhos (homens) e é uma cultura “fundada sobre o sacrifício, o crime, a guerra” (WHITFORD, 1991a, pp. 21–53). As mulheres não integram essa cultura, mas são cruciais porque elas ajudam os homens a “entender a si próprios e a encontrar seus limites”. Por exemplo, a sexualidade feminina é entendida nos termos de uma estrutura de referência masculina (IRIGARAY, 1985[1974]). A vagina é a bainha, “um órgão sexual masculino virado de dentro para fora para se acariciar” (IRIGARAY, 1981, p. 99). O masculino fornece o ponto de referência a partir do qual tudo é medido. O feminino é, portanto, o negativo do masculino positivo e dominante, a cultura masculina adquire autonomia a partir do matricídio ou do processo social no qual o feminino é invalidado por sua redução, em última instância, aos valores masculinistas. Igualmente, as afirmações de Irigaray tendem a significar os homens como iguais. De nossa perspectiva,

portanto, as partes envolvidas em relações de cuidados são perpetuamente desvalorizadas porque o valor do cuidado é medido em função do homem adulto autônomo que não exige e nem presta cuidados. Ser cuidador ou ser cuidado – homem ou mulher, deficiente ou não deficiente, em qualquer que seja a função –, é se ver aquém das expectativas, é ser o outro em relação ao sujeito masculino da modernidade, é ser reduzido ao “outro do mesmo”. Aqueles que dão e recebem cuidados são marginalizados, corpos “usáveis e descartáveis”, existindo às margens do que conta como a verdadeira comunidade humana. Aqueles que participam das relações de cuidados são construídos como vulneráveis, monstruosos e femininos e, portanto, como “o outro do sujeito masculino da modernidade” (SHILDRICK, 2002, p. 123). Para desafiar a ‘ideologia falocêntrica’ e o imaginário masculino que reduz tudo à imagem de si mesmo, Irigaray argumenta por uma identidade feminina autônoma (WHITFORD, 1991a, p. 24):

Irigaray... está posicionando um ‘outro’ que não pode ser simplesmente o ‘outro do mesmo’...mas uma mulher autodefinida que não ficaria satisfeita com a semelhança, mas cuja alteridade e diferença receberia representação social e simbólica.

Essa análise oferece a possibilidade de uma representação material e discursiva do cuidado nas quais emoções e práticas de cuidado são valorizadas por si mesmas mais do que como descendências aberrantes do imaginário masculino. Isso desafia as interpretações hegemônicas do cuidado como marginal e como trabalho degradante. Apesar de tentar desafiar a constituição discursiva e a localização de cuidadores e daqueles que são cuidados como marginalizados, como corpos ‘usáveis e descartáveis’, feministas e o Movimento de Pessoas com Deficiência permanecem atados a uma agenda de políticas e práticas que é organizada pelo igualitarismo do “outro do mesmo”. Por exemplo, Sevenhuijsen (1998, p. 131) mostra como a política de desenvolvimento nos Países Baixos baseia-se na lógica silenciosa da provisão ‘natural’ do cuidado dentro da família e das redes de parentesco, nas quais é auto-evidente que seriam mulheres, mais do que homens, quem – sempre que necessário – cuidaria

espontaneamente de outros. Tais suposições permanecem notavelmente reforçadas através de uma variedade de culturas (WINDEBANK, 2001). A imersão na vontade do “outro do mesmo” significa que cuidadores e pessoas com deficiência continuam a viver como vidas descartáveis nas sombras da representação simbólica falocêntrica. Há algo de irônico, porque a ‘abjeção’ e o descartável – como nós mostraremos na próxima seção – são fundamentais para as relações de cuidado. De fato, em uma cultura falocêntrica e logocêntrica, o cuidado é facilmente descartado com base na gestão dos excrementos corporais e dos detritos emocionais que são produzidos em negociações em torno do abjeto e do tabu.

Vidas descartáveis – Cuidado como descartável

De acordo com Irigaray (1985 [1974], 1991[1977]) o “feminino” é marginalizado e suprimido em relação à ordem simbólica masculina. O cuidado como feminino é, portanto, também marginalizado, suprimido e sub-representado pelo imaginário masculino. A alteridade é incorporada no cuidado é reduzida ao “outro do mesmo”. Aqueles envolvidos nos cuidados, sejam eles mulheres ou pessoas com deficiência - independentemente do gênero –, são constituídos como sujeitos falhos, como inferiores ou defeituosos. A marginalização do cuidado é evidente nas metáforas do lixo/do descartável, que constituem práticas e ajudam a definir e invadir os “sujeitos” envolvidos nessas relações.

Os orifícios corporais – aquelas zonas físicas e erógenas que conduzem à ingestão e à emissão de substâncias – são culturalmente problemáticas, espaços nos quais interior e exterior se encontram e se misturam (FALK, 1994). Emissões são particularmente problemáticas. Elas são objetos de tabus ou o que Kristeva (1982) chamou de “abjeção”. Elas constituem o material descartável do corpo e uma boa gestão das emissões corporais é uma das principais formas pelas quais o animal humano pode demonstrar domesticação. O que se faz com as fezes, o muco, o suor, a saliva, a doença, o sangue e a urina está fortemente circunscrito por normas sociais e controlado por sistemas altamente codificados de “modos”, através dos quais espera-se que alguém seja autônomo em relação à

gestão dos resíduos corporais. Excrementos e humanos descartáveis têm uma centralidade em discursos humorísticos, mas não há muito espaço para o erro ou riso quando se trata de sua gestão prática e eliminação. O “processo civilizador” tornou o constrangimento um mediador neste domínio sensível. O ameaçador, a poluição, o nojento devem ser geridos em nome da proibição e da ordem.

Todos os corpos, potencialmente, transgridem e transbordam, de modo a ir além dos controles individuais. O papel do cuidador é gerir esse potencial de transgressão atuando como um suporte encarnado das forças civilizatórias da proibição e da ordem. O cuidado é (em parte) sobre os constrangimentos da “abjeção”, tanto das formas materiais quanto dos fluidos corporais – ou da diferença corporal – como uma forma simbólica de “horror” (KRISTEVA, 1982). O horror surge como uma reação ao imundo, profano, impuro ou aos objetos proibidos, os quais Sartre (1966) descreve como “*le visqueux*” (usualmente traduzido como “o viscoso”). O corpo cuidado é, portanto, considerado potencialmente perigoso, considerando que seus excrementos, se não contidos adequadamente, podem penetrar e contaminar a ordem social. Um argumento parecido, no cânone dos estudos da deficiência, foca nas maneiras pelas quais pessoas sem deficiência respondem à ameaça da presença de corpos deficientes. Tom Shakespeare (1997) tem argumentado que pessoas com deficiência têm sido usadas como “lixeiros de rejeição”. Eles são percebidos como lixeiras emocionais nos quais pessoas sem deficiência projetam suas ansiedades emocionais sobre decadência corporal e declínio. Pessoas com deficiência são, então, ou concebidas como problemas de higiene ou como receptáculos para o excesso das emoções de seus pares sem deficiência. Não importa o quanto ou o quão bem o cuidador faz dela uma pessoa socialmente valiosa, ela é, invariavelmente, frustrada por suas relações com os excrementos:

A rejeição, a exclusão do imaginário feminino indubitavelmente localiza mulheres em uma posição na qual elas podem experimentar a si mesmas apenas fragmentariamente como ‘resíduos’ ou como excesso nas margens pouco estruturadas de uma ideologia dominante, este espelho confiado ao sujeito masculino cuja tarefa é refletir e aumentar a si mesmo. (IRIGARAY, 1981, p. 104).

Além disso, a deficiência também é representada como “déficit” e a vida de uma pessoa com deficiência é caracterizada inteiramente como “inválida” (HUGHES, 1999), uma experiência descartável. Isso surge da marginalização econômica da força de trabalho de pessoas com deficiência, que é associada ao nascimento das relações sociais capitalistas no início do século XIX (OLIVER, 1990), e o subsequente encarceramento dessas pessoas em instituições totais (GOFFMAN, 1968). A distinção médica entre normal e patológico fornece um ponto de partida discursivo que confunde e funde o descartável ou o corpo com deficiência com uma vida desperdiçada. A política de confinamento de pessoas com deficiência, para a maior parte da modernidade, tem deixado um legado que constitui a deficiência como ‘tragédia’, digna de ações caritativas (OLIVER, 1990), e um fardo para a comunidade que paga impostos. O anômalo e o repulsivo tem a tendência de tornarem-se inseparáveis; “Aquilo que diverge do preferível numa determinada área de avaliação não é o indiferente, mas o repulsivo ou, mais exatamente, o repellido, o detestável” (CANGUILHEM, 1991, p. 240). A tendência é dispor-se daquilo que é repulsivo ou detestável e a resposta antropeômica às pessoas com deficiência nos tempos modernos, seja na forma de incineração, seja na forma de extermínio nas câmeras de gás de Hitler, é o testemunho de algumas formas - relativamente contemporâneas - de como pessoas com deficiência foram tratadas como o equivalente social de restos e sobras (HUGHES, 2002). Os cuidadores, aqueles que entram neste mundo de desperdiçáveis, se colocam em um domínio de valor periférico fora dos limites masculinos que definem a produtividade adequada e, portanto, não têm direito aos valores de sucesso, dignidade ou respeito. O cuidado é uma esfera social em que todos os participantes são prejudicados porque vivem vidas desperdiçáveis. No entanto, o ritmo fluido e temporal do corpo e a dimensão táctil, que animam o mundo do cuidado e são a fonte de seu status simbólico suspeito, podem fornecer o caminho para a voz feminina semiótica que está faltando nas representações do cuidado. Este é o argumento que pode ser lido na busca de Irigaray pelos “fundamentos passionais da razão” (WHITFORD, 1991b, p. 10). Excrementos precedem a lógica, mas é sobre o último, e não sobre o primeiro, que o mundo logocêntrico / patriarcal foi construído.

Da perspectiva pós-feminista, o discurso do desperdiçável e do repulsivo que liga e representa a díade do cuidado é derivado de um imaginário masculino. O cuidado está fora do domínio da ordem simbólica (masculina), ou melhor, apenas é interpretável em seus termos. Cuidado é um dos aspectos reprimidos e excluídos da cultura ocidental ligados a fluxos, fluídos, multiplicidade, diferença, ritmos, corpos, trânsito de limites, contingências e maternagem. Essas várias dimensões são constituidoras do feminino e estão, portanto – nos termos de Luce Irigaray (1985[1974], 1991[1977]) –, ainda por ser escritos. O modo como estas microtecnologias de poder operam constitui corpos deficientes como dependentes, onerosos, incapazes, trágicos e repulsivos e o cuidado como caridade, altruísmo, virtuoso, sagrado e dependente. Ambas as partes envolvidas nas relações de cuidado, representadas pelo imaginário masculino, tornam-se ficções hiperbólicas que podem ser louvadas ou vilipendiadas, invariavelmente uma à custa da outra. Possivelmente, a dignidade não pode cortar ambos os caminhos simultaneamente em um mundo mediado por excremento. As sutilezas do amor e do poder são apagadas.

Do excremento a ética do cuidado

Pessoas com deficiência tem sido feminizadas e infantilizadas, forçadas a viver abaixo das mulheres no “lar das emoções”, onde aquilo que é descartável é imoral e onde os valores burgueses/patriarcais de autossuficiência e independência de Rousseau são visíveis por sua ausência. O Movimento de Pessoas com Deficiência está tentando fortalecer aqueles pobres desafortunados que têm sido confinados a espaços feminizados, mas, como sugere a análise de Irigaray, há algo errado nessa estratégia, porque ela simplesmente submete-se ao imaginário masculino, isto é “... aos atributos da produção do pai. Ser. Possuir. Pertencer a si mesmo”. (IRIGARAY, 1985[1974], p. 300). Transformar o cuidado em assistência pessoal significa comprar a lógica logocêntrica e a herança patriarcal do iluminismo. Também significa que o imperativo ético de reconhecimento do outro (LEVINAS, 1981) está fora da equação moral. De fato, Janet Price (2000) faz essa crítica (pós-moderna feminista) ao trabalho

do escritor americano e ativista da deficiência, Albert Robillard. O pragmatismo masculino que domina o movimento relacionado às deficiências tende a esquecer que a incorporação – por pessoas com e sem deficiência – é constituída mutuamente de formas complexas e fragmentárias, portanto, não leva a sério “a noção de tornar-se-no-mundo-com-outros”:

Esta des-integração e permeabilidade dos corpos, a instabilidade e reversibilidade do toque, a inconsistência espacial e morfológica da consciência, a incerteza do futuro são todas as características que podem ser experienciadas com particular força nos corpos com deficiência, mas não de forma exclusiva (PRICE & SHILDRICK, 2002, pp. 72-74).

Tornar comum a causa daqueles que são “companheiros” no lar das emoções provavelmente fornecerá maior interdependência, bem como informará uma existência mútua e ética. A ética do cuidado é baseada numa ética encarnada que, desde a perspectiva de Irigaray, é espacialmente localizada no “lar das emoções”, onde pode-se e deve-se viver e celebrar o transbordamento, a contingência e, acima de tudo, o contato corporal. Para Irigaray, o contato corporal é a pedra de toque da ética. Ele quebra a ilusão moderna de um corpo singular e sinaliza para um mundo de economias relacionais de cuidado e reconhecimento mútuo. Essa visão é manifestada poeticamente na afirmação de Irigaray (1993, p. 59): “os horizontes internos e externos da minha pele interpenetrando os seus desgasta suas bordas, seus limites, sua solidez. Criando outro espaço fora de minha estrutura. Uma abertura da abertura”. W. B. Yeats uma vez escreveu que o “amor tem feito sua mansão no lugar do excremento”. Pode-se ter uma visão poética sobre o amor, mas o sentimento parece sugerir que uma “economia materna do fluxo” ou das contingências associadas ao transbordamento dos corpos e fronteiras (SHILDRICK, 1997) é, ou pode ser, um eixo importante e privilegiado de reconhecimento do outro.

Na modernidade, a ética tem sido descorporificada, associada com a razão, com direitos e com regras universais de conduta (RUSSELL, 2000; SMART, 1996). Como tal concepção (masculina) de ética começou a ser decomposta, os afetos, a sensualidade e o tato, todos esses elementos associados com as práticas banais do dia a dia, com o “tornar-se um mundo com outros” (PRICE & SHILDRICK, 2002) e com a emoção e a não razão (BAUMAN, 1993), oferecem um cenário de possibilidades para re-criar a moralidade. Dessa perspectiva, o valor da independência realizada pelo contrato de assistência, que é tão importante para o movimento de pessoas com deficiência, passa a ser insignificante. De fato, o valor é incorporado na intimidade da interdependência; tanto que “a fecundidade da carícia” é mais bem expressa pela afirmação de que a “separação” é um “ferimento” e que a memória da carne, que é dada pelo toque, é um momento moral no qual “a fidelidade ética à encarnação é imperativa” (IRIGARAY, 1993, p. 217). Se quisermos extrair o “dom” do olhar frio, ocularcentrista, que pode informar a “vigília” (FOX, 2000), então temos que tentar trabalhar com a mensagem de Irigaray, a qual tenta pensar para além de um mundo no qual mulheres e pessoas com deficiência são constituídas como o “negativo do positivo”, como inferiores ou como ‘homens com defeito’. O que fica nas sombras da ordem simbólica – cuidado, amor, toque, fluidos corporais, maternidade – é o que é embrionariamente moral. De acordo com o argumento de Irigaray, a cultura moderna – na medida em que feminino é reduzido ao “outro do mesmo” – fundou o matricídio (WHITFORD, 1991a, pp. 34-46). As relações de cuidado, quando caem nesse terreno, são desacreditadas. A transformação do cuidado em um contrato frio – como o movimento de pessoas com deficiência propõe – seria uma outra vitória do imaginário masculino e da cultura do matricídio. A vitória dos sentidos pragmáticos enclausura o potencial ético que se esconde no “lar das emoções”.

O cuidado é uma prática que nos leva de volta a princípios esquecidos. “O homem”, afirma Irigaray (*apud* WHITFORD, 1991a, p. 53), “nem sequer se lembra que seu corpo é o limiar, o portal da construção de seu universo”. Curiosamente, o esquecimento do aspecto carnal da vida é algo que o modelo social da deficiência e o movimento de pessoas com deficiência têm sido criticados em anos recentes (HUGHES &

PATERSON, 1997). Pessoas com deficiência estão se orgulhando de corpos feridos por preconceito, invalidados por um “discurso corretivo”, excluídos da participação social e econômica e diminuídos em um mundo informado por normas, necessidades e projetos de uma corporalidade não deficiente. Se, entretanto, o mundo que pessoas com deficiência estão se apoiando é fundado no matricídio e determinado pelo imaginário masculino, então pode ser sábio dar passos cuidadosos e valer-se da experiência adquirida nas sombras da ordem simbólica.

Observações Finais

Enquanto os argumentos discutidos nesse texto são, acima de tudo, sobre um contexto que explora corpos deficientes e seus nexos com o cuidado, eles também têm relevância na análise sociológica de práticas corporificadas. Entretanto, Morris (1993) tem argumentado que o feminismo falhou em incluir adequadamente em sua agenda a perspectiva da deficiência, ou o fez de maneira inútil. A constituição de mulheres com deficiência como estando em “dupla desvantagem” leva a representações culturais inúteis da “lamentável vítima”, e ao binarismo entre “cuidadores e pessoas dependentes”, obscurecendo a reciprocidade nas relações humanas, bem como o imprevisível, o mutável e as múltiplas subjetividades que constituem nossas vidas (MORRIS, 1993). Feministas da deficiência (*Disability feminists*) têm tentado desenvolver uma agenda que inclua o corpo, a experiência pessoal e os aspectos “psicoemocionais” da deficiência (THOMAS, 1999), mas as principais vertentes dos estudos da deficiência (*Disability Studies*) não desejam essa direção. Se o cuidado é reduzido a pagamentos diretos e à assistência pessoal, à relação empregador/empregado, então a pessoa com deficiência como receptor de cuidado escapou das correntes de muitas formas cotidianas de dependência e o ponto de vista emancipatório dos estudos sobre a deficiência está bem servido. Presumidamente, não é necessário perguntar se o cuidador está ou não bem servido ou se a relação de cuidar é emocionalmente satisfatória. Essas questões – entendidas a partir do que Irigaray (1991[1977], p. 148) chama de “economia do materna do

fluxo” – obscurece essas dinâmicas enquanto o imaginário masculino domina a agenda política e reduz tudo à “lei do Pai”. Feministas tendem a oferecer uma visão na qual o ponto de vista das mulheres é o dominante, mas a valorização dessa posição particular, no âmbito da díade do cuidado, tem aparecido mais como uma experiência de cuidado do que um processo relacional. Nós argumentamos que Irigaray oferece um conjunto de ferramentas conceituais que ajuda a manter o foco nos aspectos relacionais no processo de cuidado, seu contato, sua fluidez e sua interdependência encarnada e em como o significado do cuidado é distorcido quando julgado – como sempre é – por um tribunal falocêntrico.

A defesa de Fraser de uma genealogia da interdependência no contexto dos Estados de bem-estar social modernos (1989) desafia a suposição de que a racionalidade e a independência econômica do ator social devem prevalecer. Tal suposição significa que os participantes nas relações de cuidado são constituídos como “excesso de exigência” e como fardos. Até agora, feministas e ativistas da deficiência têm protestado contra a discriminação e as desvantagens nas políticas de bem-estar social, particularmente no que diz respeito às questões do cuidado, como temas que aparecem em dimensões separadas ou paralelas. Estes grupos poderiam produzir uma causa em comum e, neste sentido, o conselho de Nancy Fraser é instrutivo. Ela incita os intelectuais críticos e os movimentos emancipatórios a criarem novas “pontes discursivas” para abrir novas “arenas públicas e lutas híbridas”. Segundo ela, “nenhum grupo oprimido, sozinho, tem a possibilidade de alcançar mudanças significativas na estrutura social e nem será visto como confiável diante do interesse dos outros” (1989, p. 11). Além do mais, transformações sociais requerem lutas no sentido de engajamento com seus oponentes. Na arena acadêmica, isso significa “desafiar distorções ideológicas envolvidas em perspectivas hegemônicas e, na medida do possível, exigir que seus adeptos respondam a esses questionamentos” (1989, p. 13). Este artigo sondou a possibilidade de construir “pontes discursivas” entre feministas e perspectivas da deficiência, tentando pensar as possibilidades de uma ética do cuidado.

A necessidade do cuidado ou da ajuda é um lugar comum. Nenhum de nós escapa de tal necessidade. Aqueles envolvidos em relações de cuidado lutam para representar seus prazeres e dificuldades e produzir uma “estética da existência” digna. O cuidado é um mundo marginal pesadamente influenciado pela gestão dos corpos descartáveis e constituído por um imaginário masculino como uma ameaça, um espaço transgressivo, nos quais autonomia está ausente e as emoções são penetrantes. No desenvolvimento de uma abordagem masculina do cuidado, o movimento de pessoas com deficiência busca promover autonomia para as pessoas com deficiência, mas elimina as emoções dos processos de cuidado, transformando-os em formalidade, contratualidade, relações comerciais. Esta concessão óbvia ao imaginário masculino é problemática. O trabalho feminista sobre o cuidado enfatiza a necessidade, a emoção e a importância de um sujeito encarnado, valoriza o cuidado, mas negligencia a cidadania daquele que recebe o cuidado. No desenvolvimento de ideias de cuidado que refletem prioridades de pontos de vista “tribais”, os dois movimentos sociais reivindicam, de diferentes maneiras, dignidade e inclusão e, assim, acabam caindo nas mãos do “outro do mesmo”. Nós argumentamos que a leitura pós-feminista de Irigaray pode ajudar a pensar este impasse.

Bibliografia

BAUMAN, Z. *Postmodern Ethics*. Oxford: Blackwell, 1993.

BENHABIB, S. *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOWDEN, P. *Caring: Gender Sensitive Ethics*. London: Routledge, 1997.

CANCIAN, F.; OLIKER, S. *Caring and Gender*. London: Sage, 1999.

CANGUILHEM, G. *The Normal and the Pathological*. New York: Zone Books, 1991.

FALK, P. *The Consuming Body*. London: Sage, 1994.

FINCH, J.; MASON, J. *Negotiating Family Responsibilities*. London: Routledge, 1993.

- FOX, N. "The Ethics and Politics of Caring: Postmodern Reflections". In: WILLIAMS, S.; GABE, J.; CALNAN, M. (orgs.) *Health, Medicine and Society: Key Theories, Future Agendas*, London: Routledge, 2000, pp. 333-51.
- FRASER, N. *Unruly Practices. Power, Discourses and Gender in Contemporary Social Theory*. Cambridge: Polity, 1989.
- FRASER, N.; GORDON, L. Dependency Demystified: Inscriptions of Power in a Keyword of the Welfare State. *International Studies in Gender, State and Society*, v. 12, n. 2, pp. 4-31, 1994.
- FOUCAULT, M. *The History of Sexuality: The Use of Pleasure*. London: Penguin Books, 1980.
- FOUCAULT, M. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. New York: Random House, 1988.
- GILLIGAN, C. *In a Different Voice*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.
- GOFFMAN, I. *Asylums*. Harmondsworth: Penguin, 1968.
- GRAHAM, H. "Caring: A Labour of Love". In: FINCH, J.; GROVES, D. (orgs.) *A Labour of Love: Women, Work and Caring*. London: Routledge and Kegan Paul, 1983, pp. 13-30.
- HELLER, A. *A Theory of Feelings*. Amsterdam: Van Gorcum, 1979.
- HOCHSCHILD, A. *The Managed Heart: The Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- The Constitution of Impairment: Modernity and the Aesthetic of Oppression*. *Disability & Society*, v. 14, n. 2, pp. 155-72, 1999.
- HOCHSCHILD, A. Bauman's Strangers: Impairment and the Invalidation of Disabled People in Modern and Postmodern Cultures. *Disability & Society*, v. 17, n. 5, pp. 571-84, 2002.
- IRIGARAY, L. "The Sex Which is Not One". In: MARKS, E.; DE COURTIVRON, I. (orgs.) *New French Feminisms*. New York: Schocken Books, 1981, pp. 91-106.

Bill Hughes et al.

IRIGARAY, L. *Speculum of the Other Woman*. New York: Cornell, 1985 [1974].

IRIGARAY, L. *The Sex Which is Not One*. New York: Columbia University Press, 1991 [1977].

IRIGARAY, L. *An Ethics of Sexual Difference*. London: The Athlone Press, 1993.

JAY, M. *Downcast Eyes: The Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought*. London: University of California Press, 1993.

KRISTEVA, J. *Powers of Horror: An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

LEVINAS, E. *Otherwise than Being, or, Beyond Essence*. London: Nijhoff, 1981.

LISTER, R. *Citizenship: Feminist Perspective*. Basingstoke: Macmillan, 1997.

MCKIE, L., GREGORY, S.; BOWLBY, S. Shadow Times: The Temporal and Spatial Frameworks and Experiences of Caring and Working. *Sociology*, v. 36, n. 4, pp. 897-924, 2002.

MCNAY, L. *Gender and Agency: Reconfiguring the Subject in Feminist and Social Theory*. Cambridge: Polity, 2000.

MORRIS, J. Feminism and Disability. *Feminist Review*, v. 43, pp. 57-70, 1993.

OLIVER, M. *The Politics of Disablement*. London: Macmillan, 1990.

PRICE, J. Review Symposium: Meaning of a Disability. *Body & Society*, v. 6, n. 2, pp. 87-93, 2000.

PRICE, J.; SHILDRICK, M. "Bodies Together: Touch, Ethics and Disability". In: CORKER, M. Corker, SHAKESPEARE, T. (orgs.) *Disability/ Postmodernity: Embodying Disability Theory*, London: Continuum, 2002, pp. 62-75.

- RAKE, K. Gender and New Labour Policies. *Journal of Social Policy*, v. 30, n. 2, pp. 209-31, 2001.
- RUSSELL, R. "Ethical Bodies". In: HANCOCK, P. et al (orgs.) *The Body, Culture and Society: An Introduction*, Buckingham: Open University Press, 2000, pp. 101-16.
- SARTRE, J-P. *Being and Nothingness*. London: Methuen, 1966.
- SEVENHUIJSEN, S. *Citizenship and the Ethics of Care: Feminist Consideration on Justice, Morality and Politics*. London: Routledge, 1998.
- SHAKESPEARE, T. "Cultural Representation of Disabled People: Dustbins of Disavowal". In: BARTON, L.; OLIVER, M. (orgs.) *Disability Studies: Past, Present and Future*, Leeds: Disability Press, 1997, pp. 217-36.
- SHAKESPEARE, T. *Help*. Birmingham: British Association of Social Workers, 2000.
- SHILDRICK, M. *Leaky Bodies and Boundaries: Feminism, Postmodernism and (Bio)ethics*. London: Routledge, 1997.
- SHILDRICK, M. *Embodying the Monster: Encounters with the Vulnerable Self*. London: Sage, 2002.
- SMART, B. Facing the Body – Goffman, Levinas and the Subject of Ethics'. *Body & Society*, v. 2, n. 2, pp. 67-9, 1996.
- TRONTO, J. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. London: Sage, 1993.
- VASEY, S. *The Rough Guide to Managing Personal Assistants*. London: National Centre for Independent Living, 2001.
- WATSON, N. et al. (Inter)Dependence, Needs and Care. The Potential for Disability and Feminist Theorists to Develop an Emancipatory Model. *Sociology*, v. 38, n. 2, pp. 331-50, 2004.
- WHITFORD, M. (org.) *The Irigaray Reader*. London: Blackwell, 1991a.

Bill Hughes et al.

WHITFORD, M. *Luce Irigaray: Philosophy in the Feminine*. London: Routledge, 1991b.

WILLIAMS, F. In and Beyond New Labour: Towards a New Political Ethics of Care. *Critical Social Policy*, v. 21, n. 4, pp. 467-93, 2001.

WINDEBANK, J. Dual-Earner Couples in Britain and France: Gender Divisions of Domestic Labour and Parenting Work in Different Welfare States. *Work, Employment and Society*, v. 15, n. 2, pp. 269-90, 2001.

WOMEN'S UNIT OF THE CABINET OFFICE. *The Female Forfeit – The Cost of Being a Woman*. London: The Cabinet Office, 2000.

O “cuidado” como “quase-conceito”: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente*

*Isabel Georges***

Introdução

A categoria do “cuidado” – entendida como resultado de conflitos, fruto de um processo de negociação (KERGOAT, 2016) – ainda não está consolidada, não está estabilizada, mas, justamente, trata-se de uma categoria emergente. É muito heterogênea, multifacetada e tem significados múltiplos, que varia conforme os diversos atores envolvidos nesse processo e, como demonstra a existência de uma literatura muito diversificada, discute-se continuamente os seus significados (BESSIN, 2016; DEBERT & PULHEZ, nesse volume; GAVIRIA & MOLINIER, 2011; GILLIGAN, 1982; HOCHSCHILD, 2003; MOLINIER, 2013; MOLINIER, PAPERMAUN, LAUGIER, 2009; TRONTO, 1993, entre outros).

O “cuidado” também é uma categoria que circula entre universos distintos, tanto como categoria analítica do mundo acadêmico, como no mundo do(a)s trabalhadore(a)s “do social”. Mas ele também circula no mundo político, constituindo-se como argumento eleitoral, por exemplo. E “cuidado” é “moral do Estado”, no sentido de que se pode alegar que as recentes políticas sociais mais “voluntaristas” de um conjunto de Estados latino-americanos – que manifestam uma preocupação com a função do cuidado –, podem ser interpretadas como um dos pilares centrais

* Revisão: Mariana Marques Pulhez, Guita Grin Debert e Cristina Marques.

** Socióloga, CR1, IRD – Institut de recherche pour le développement, UMR 201 DEVSOC (Paris I-IEDES-IRD)/ UFSCar-DS/USP-FFLCH-Cenedic.

do “governo moral dos pobres” (LAUTIER, 2009). Em outra escala de análise, o “cuidado” também está revestido de significados atribuídos pelas próprias mulheres – pobres – que realizam um trabalho do cuidado – ou que o recebem –, trabalho reconhecido como tal ou não (DESTREMAU & GEORGES, 2017, no prelo). As formas de apropriação desse conceito são igualmente variáveis conforme os contextos situacionais, locais, regionais e históricos, ou seja, variam no tempo e no espaço. Apesar desta inconsistência da categoria do “cuidado” – como trabalho ou não –, observa-se uma certa resiliência desta noção, tanto nos Estados Unidos, como na França e no restante da Europa e, mais recentemente, no Brasil, assim como, de forma mais generalizada, na América latina (e além), com suas diferentes temporalidades. Como explicar esta resiliência, apesar de um conjunto muito heterogêneo e, não raro conflitante, de significados? O que faz com que esta categoria pareça “pertinente” apesar desta panóplia de sentidos e de atores? O que faz com que ela faça sentido para estes atores diferentes entre si, a ponto de descartar outras alternativas?

Inspirando-nos na abordagem da ideia de “quase-conceito”, ou “categoria-ônibus”, cunhada originalmente por Antônio Machado da Silva (2002) em sua análise da resiliência da categoria “informalidade” – cuja sobrevivência ele explica justamente por esta capacidade de recobrar um conjunto de significados contraditórios –, ao nosso ver, o “cuidado” é igualmente uma categoria de mediação (GEORGES, 2016). Nesse sentido, mesmo que os significados atribuídos à categoria do “cuidado” pelos diferentes atore(a)s sejam conflitantes, bem ou mal, ele(a)s todo(a)s inserem-se no mesmo campo de atuação em tensão.

Nesse campo conflitivo de estudos, tentaremos abordar apenas algumas das diversas dimensões entrelaçadas que o definem e o delimitam. Não se tratará de buscar alguma “essência” natural (e universal) do conteúdo da categoria, mas, ao contrário, de delimitar as suas condições de emergência, de deslocar o olhar, distanciando-nos. A primeira dimensão, que de certa forma proporcionou/impulsionou o deslocamento do ponto de vista analítico provocado pela integração da categoria do cuidado na Sociologia – e em particular na Sociologia do trabalho –, é localizada nas transformações do mundo do trabalho globalizado, que deslocaram as fronteiras entre o trabalho e o não-trabalho. Ou, melhor dizendo,

provocaram o total embaralhamento destas fronteiras e a consequente reconfiguração do conceito do “trabalho”. A segunda dimensão tem a ver – em particular no contexto brasileiro – com as transformações da atividade feminina, tanto na sua extensão como na sua qualidade e nas características da mão-de-obra. Esta dimensão também está relacionada com o aumento do nível de educação, bem como com a reconfiguração das famílias. A terceira dimensão, por sua vez, está relacionada ao próprio campo acadêmico e à pertinência do “cuidado” como categoria analítica, ou seja, tratar-se ia de entender de que forma a mobilização da categoria do “cuidado” contribui – ou contribuiu – para a Sociologia do trabalho, de forma mais geral.

Essa reflexão heurística sobre o uso da categoria do “cuidado” se propõe a mostrar a sua emergência no cruzamento da Sociologia do trabalho e dos estudos de gênero, ou seja, comparar esta categoria com outras que a antecederam, tentando explicitar as suas respectivas especificidades e visando mostrar as relações com as transformações mais gerais e suas temporalidades, apontadas anteriormente. Ou seja, o intuito é revelar as inter-relações entre as transformações do contexto e das normas e das práticas concretas de trabalho – de homens e de mulheres –, as reconfigurações familiares e o olhar analítico.

O “trabalho” no contexto da globalização

Em termos muito genéricos, desde o fim dos anos 1970, o trabalho assalariado perdeu, em escala global, sua centralidade – no que diz respeito à sua representatividade e a seu estatuto de horizonte de possibilidades – para um contingente cada vez maior de trabalhadore(a)s. O acesso ao trabalho como aposta principal na busca por um conjunto de direitos e de proteção social saiu do seu lugar de destaque não somente nas sociedades onde o trabalho formal, com registro em carteira, nunca se generalizou – como por exemplo, no Brasil (GUIMARÃES, 2012; LIMA, 2002, entre outros; LIMA & ARAÚJO, 2015) –, mas também nas sociedades chamadas “de capitalismo avançado”.

No que concerne às discussões acerca das formas de organização de empresas, chamadas de “sociedade pós-moderna” – se referindo ao “pós-taylorismo”, “pós-fordismo”, ou ainda, à “reorganização produtiva” –, a literatura especializada pode ser dividida, conforme Linhart (1994) entre os que acharam que a produção em massa era uma das opções de produção industrial possível no passado – e que não deu certo –, propondo um modelo que toma como referência algumas regiões da França e da Itália, onde a produção seria organizada em torno do distrito (PIORE & SABEL, 1989, por exemplo); e entre aqueles autores que, influenciados pelo MIT, tomam como referência a produção industrial automobilística japonesa (Toyota, em particular) – assim como alemã –, e que preconizariam uma produção altamente cooperativa, com um mínimo de trabalhadores e quase sem estoque de produção, proclamando o “fim da divisão do trabalho” (KERN & SCHUMANN, 1989).

Se o conjunto dessas transformações da organização do trabalho implica a sua rarefação – chamada por alguns de “fim do trabalho” (RIFKIN, 1997) –, outros sustentam a ideia do que o trabalho nunca foi tão importante e estruturante para a sociedade do que no momento atual (LALLEMENT, 2007). Rifkin (1995) e Lallement (2007) sustentam a tese da importância do trabalho, ou do seu “retorno” por seu caráter institucional, para “fazer sociedade”. Nesse sentido, é justamente por conta da “flexibilização” ou da “precarização do trabalho” (APPAY, 2005; APPAY & THÉBAUD-MONY, 1997; DRUCK, 2011), assim como por causa da desconstrução do que se conheceu como a “sociedade salarial” (CASTEL, 1995), que o trabalho se tornaria novamente um “divisor de águas”, isto é, central nos processos de hierarquização social. Esse fenômeno multifacetado de “desregulação”, em escala global, teve como seu epicentro, pelo menos no nível das representações – e menos no nível das práticas de desregulação de cunho hegemônico –, os países “de capitalismo avançado”, “centrais”, ou ainda “do Norte”, por conta da grande diferença relativa com a situação anterior (como na França, onde o Estado de bem-estar alcançou uma extensão notável durante os assim chamados “trinta gloriosos”¹).

¹ Mesmo se as políticas neoliberais e as privatizações se iniciaram na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher, no fim dos anos 1980, é na França que a distância relativa

Mais recentemente, esta discussão sobre a conceituação do trabalho integra também o fenômeno de sua intensificação e a sua relação com a saúde dos trabalhadores (DÉJOURS, 2014), podendo levar até a sua recusa por parte do(a)s trabalhadore(a)s, assim como à emergência de “outras” formas de trabalho – inclusive o trabalho extremamente qualificado, como o dos “Hackers”, por exemplo (LALLEMENT, 2015; LEVY, 1984). Discute-se, também, de forma geral, a crescente desconexão entre a qualificação (formal) dos trabalhadores e os seus rendimentos, assim como outras formas de reconhecimento.

Mesmo se o debate internacional sobre as diversas vias dessas transformações do trabalho e de suas interpretações não sejam o objeto deste artigo, importa mencionar que este fenômeno se traduziu por novas formas de hierarquização e de polarização da mão-de-obra e implicou uma intensificação dos movimentos migratórios. Trata-se da assim chamada globalização “por cima”, dos trabalhadores qualificados, em parte relacionada à financeirização da economia (CHESNAIS, 1994; HARVEY, 2003; GRÜN, 2005), mas também “por baixo” (TARRIUS, 2002), com o aumento dos fluxos migratórios de trabalhadores e trabalhadoras pouco qualificados, o que está pelo menos em parte relacionado ao trabalho do “cuidado” e/ou sexual da economia global (EHRENREICH & HOCHSCHILD, 2003; TARRIUS, 2014). Essa crescente mobilidade do(a)s trabalhadore(a)s – tanto geográfica como social - implicou no questionamento de dualismos e hierarquias anteriores, como a oposição entre países “de capitalismo avançado/centrais” e “periféricos”, “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, do “Norte” e do “Sul”, mas também entre o trabalho “formal” e “informal” e as suas articulações com o ilícito, objeto de uma ampla literatura.

De fato, nessa área dos estudos do trabalho, num sentido amplo, observou-se um encontro relativo tanto em termos de transformações

entre o nível de bem-estar e o universalismo dos direitos – que se tornou norma nesse país –, e o seu desmonte desde os anos 1990 são particularmente salientes. Os estudos da situação na França, tanto da extensão do Estado de bem-estar social e da “sociedade salarial” hegemônica durante os “Trinta gloriosos”, como da “desfiliação social” (CASTEL, 1994) e da precarização do trabalho se tornaram paradigmáticos na área dos estudos do trabalho.

“objetivas” do trabalho nesse mundo globalizado, como nas suas formas de análise entre essas tradições diferentes. Se, em nossa análise, citamos de forma predominante até agora autores franceses, alemães e americanos, além de brasileiros, no que tange à análise do contexto brasileiro assim como da comparação com a França, a respeito do conceito de precariedade/precarização (DRUCK, 2011), convém colocar em perspectiva o campo de estudos do trabalho na América latina como sendo uma entre diversas abordagens “do Sul” possíveis (ROY, 2009). Esse campo é mais pertinente para o nosso propósito por conta das relações que iremos estabelecer com as transformações da atividade feminina e as reconfigurações familiares.

Nesse sentido, na América latina, e mais particularmente no Brasil, se as análises do mercado de trabalho refletem as suas hierarquizações internas, também contribuíram para a criação destas clivagens. No contexto brasileiro, a regulação do trabalho pelas leis trabalhistas (CLT) dos anos 1940, da época Vargasista (CARVALHO, 2006), criou o que fora conhecida como a “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), ou seja, uma relação indissociável entre o acesso ao trabalho com registro em carteira – mesmo que apenas para uma minoria de trabalhadores, em alguns setores específicos da economia, como, por exemplo, o setor petrolífero – e o acesso a um conjunto de direitos de cidadania, tendo como fundamento a figura do homem trabalhador industrial e provedor principal da família, como nos países ditos “centrais”. Essa dicotomia inicial fez com que as formas de análise da “informalidade” – a situação da maioria dos trabalhadores – fossem centrais para uma periodização das análises do mercado de trabalho brasileiro (GEORGES, 2015)².

Podemos diferenciar, *grosso modo*, quatro grandes momentos e/ou rupturas importantes nestas análises: 1) uma primeira abordagem, que inclui globalmente análises dos anos 1960 até 1980, que abordam o mercado de trabalho em termos de “oferta” ilimitada de trabalho, de “massa marginal” (NUN, 1969) ou de “marginalidade social” (QUIJANO, 1966). Trata-se de fenômeno particularmente visível nos grandes centros

² Nota-se que esta periodização considera predominantemente as formas de trabalho dos homens, ou seja, de forma implícita, são as situações do trabalho dos “homens provedores” que informaram essas diferentes abordagens da análise do mercado de trabalho.

urbanos, entendidos como estudos do subdesenvolvimento (em oposição ao desenvolvimento), numa visão dicotômica, difundida pela CEPAL (Comissão econômica para a América latina e o Caribe), e linear, no sentido de que a passagem pela urbanização caótica seria uma etapa do desenvolvimento. 2) Esta visão sofreu uma ruptura importante com a publicação, em 1972 (2003), de *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, que defendeu a ideia da funcionalidade da reprodução das desigualdades regionais e, em particular, das formas de produção agrárias, consideradas “arcaicas”, não-tipicamente capitalistas, como sendo uma das particularidades do “capitalismo à brasileira” e abandonando, com isso, a perspectiva evolucionista. 3) Durante os anos 1980 e, em particular, nos anos 1990, com a generalização de políticas neoliberais, sob égide do FMI, a reorganização produtiva provocou na América latina não só importantes transformações do trabalho e de sua organização, mas em particular afetou as articulações entre diferentes formas de trabalho.

Assim, surgiram reflexões interessantes acerca da questão da “velha” e da “nova” informalidade (ARAÚJO, 2012; PÉREZ-SAINZ, 1995), visando mostrar como, no contexto da globalização, o trabalho terceirizado, informal, realizado fora das empresas, em empreendimentos menores, empresas subcontratadas e/ou implementadas em regiões com menor custo de mão-de-obra, etc. transformou-se num elemento central na estratégia de competitividade das empresas multinacionais, sugerindo uma mudança de estatuto destas formas de trabalho. 4) O período mais recente, a partir do início dos anos 2000, se caracterizaria, então, por novas formas de sociabilidade, engendradas pela passagem “da informalidade à empregabilidade” (MACHADO DA SILVA, 2002) e pela reorganização das formas de dominação no mundo do trabalho. Contudo, o “empreendedorismo de si” (DONZELOT, 1984 (1ª ed., 1994) se torna condição transversal que ocupa o lugar deixado vazio pela perda do horizonte da inserção e da perspectiva de vida pelo trabalho assalariado, tanto para os homens, predominantemente, como para as mulheres. Todavia, não é por isso que a figura tradicional do “homem provedor” desapareceu do tabuleiro; pelo contrário, ele se reafirmou da mesma forma que o papel tradicional “do cuidado” das mulheres tanto no âmbito da família, como na

esfera profissional, foi reafirmado pelas políticas sociais latino-americanas recentes (GEORGES, 2014). De forma resumida, pode-se dizer que estas políticas instrumentalizaram o trabalho das mulheres do “cuidado” ao reconhecê-lo; aproveitando-se dos mecanismos de dominação e de “*mise au travail*” de mulheres sobre mulheres, ativando o jogo de criação de microdiferenciações entre mulheres pobres (GEORGES & SANTOS, 2016).

É nesse sentido que podemos concluir que as políticas neoliberais de precarização do trabalho visando, principalmente, os homens, e as “novas” políticas sociais latino-americanas e brasileiras do “cuidado” – que redesignam as mulheres ao seu papel tradicional (GEORGES & SANTOS, 2016) –, constituem as duas faces da mesma moeda, reiterando uma certa divisão social e sexual de trabalho, assim como de funções sociais (CABANES & GEORGES, 2014).

As transformações da atividade feminina e as reconfigurações familiares

Esse contexto geral de precarização do mundo do trabalho globalizado e da mudança dos seus paradigmas coincidiu, na América latina – e no Brasil mais especificamente –, com um conjunto de transformações da atividade feminina, de seus níveis de qualificação, assim como com reconfigurações dos padrões familiares. De certa forma, essas transformações são uma das facetas dessa mudança geral do mundo de trabalho, no que tange às mulheres. Nesse sentido, a própria ação pública e o Estado contribuíram para redesignar as mulheres ao seu papel do “cuidado”, seja através do seu trabalho educativo e a criação dos filhos no âmbito da esfera privada (através das condicionalidades de programas sociais, como o *Bolsa família*, por exemplo) (GEORGES; GEORGES & SANTOS, 2016); através de políticas de formalização do trabalho das mulheres no âmbito de diversas políticas sociais, como na saúde e na assistência (BORGEAUD-GARCÍANDIA; GEORGES, 2016); como também pela formalização das trabalhadoras domésticas (GEORGES, 2015; SANTOS, 2014). Ou seja, contribuíram tanto para a sua manutenção fora do mercado de trabalho como para sua integração,

mas em postos de trabalho considerados pouco qualificados. As formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho recentes se caracterizam pelas formas de segregação profissional sexual entre as diversas áreas de atuação (LOMBARDI & GONZALEZ, 2016), bem como pelas relações sociais entre mulheres. Nesse sentido, mesmo se a inserção das mulheres no mercado de trabalho aumentou de forma geral, e mesmo se elas entraram inclusive em algumas áreas tradicionalmente masculinas, observa-se uma bipolaridade desta inserção (BRUSCHINI et al., 2008; LOMBARDI, 2012); isto é, por um lado, o seu acesso às profissões superiores e técnicas, como de engenheiro, advocacia, etc., e pelo outro, a sua inserção maciça nas ocupações pouco qualificadas, com condições de trabalho precárias como, em particular, no emprego doméstico (GEORGES, 2011). Na ausência de alguma mudança da divisão sexual do trabalho, esta entrada das mulheres nas profissões superiores é tributária do trabalho “de reprodução” realizado por outras mulheres.

Uma das dimensões que contribuiu para este aumento da atividade feminina é o aumento do nível de qualificação das mulheres³ e, em particular, do nível de acesso aos estudos superiores, privados ou públicos (LOMBARDI, 2012). Conforme estudos recentes, foi, em particular, o acesso da população feminina negra ao ensino superior que aumentou drasticamente no período (entre os censos de 2000 e 2010)⁴. Essa relação entre nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho fica patente, considerando-se a evolução das taxas de atividade das mulheres⁵.

De uma forma geral, o balanço desse período é ambíguo. Por um lado, no âmbito da dualidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres tiveram uma maior exposição ao trabalho informal (ARAÚJO, 2012). Essa observação se mantém, apesar da crescente

³ Em 2006, no ensino médio, as matrículas femininas somam 54,1%; e no ensino superior, as mulheres que se formaram é próximo dos 60% desde os anos 1990 (LOMBARDI, op. cit., p. 115).

⁴ Ricoldi, Arlene Martinez, “Novos lugares da desigualdade? Caracterização do ensino superior sob a interface gênero e raça/cor na atualidade”, relatório final de pesquisa CNPq, 2014, pp. 43-44.

⁵ Em 2007, a taxa de atividade feminina era de 52,4%, e entre as mulheres com 11 até 14 anos de estudos, a taxa subiu para 72,2%, assim como para 82,1% no caso das mulheres com 15 anos ou mais de estudos (LOMBARDI, op. cit., p. 116).

formalização do mercado de trabalho e dos rendimentos dos trabalhadores, sobretudo através do aumento contínuo do salário mínimo – sobre o qual eram indexados repasses como o BPC (Benefício de Prestação Continuada da)⁶ – durante os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Podemos concluir, conforme Lena Lavinias (2016),

[...] se a década recente foi ímpar, quando comparada com as duas anteriores, para melhorar a distribuição de renda no Brasil, reduzir a proporção de pobres e ampliar a formalização do emprego, em meio à retomada do crescimento em ritmo mais vigoroso e sustentado, o mesmo não se pode dizer da dinâmica dos diferenciais de gênero, que se mantiveram praticamente inalterados (LAVINAS et al., 2016, p. 107).

Já no que diz respeito às desigualdades de gênero apontadas por Araújo, ou seja, o menor acesso das mulheres aos empregos formais, elas parecem ter tido continuidade durante estes últimos anos com uma maioria de empregos de até dois salários mínimos, o aumento do *turnover* (rotatividade dos trabalhadores) e baixa produtividade tanto na indústria como no setor dos serviços (LAVINAS, op. cit.). Araújo ainda chama a atenção para o fato de que a discriminação de gênero no acesso ao trabalho formal ainda é maior do que a discriminação racial (ARAÚJO, op. cit., p. 159, apud LEONE, 2010).

Ao mesmo tempo, o tamanho das famílias se reduziu de forma drástica, desde os anos 1980, com a redução do número de filhos por mulher. A proporção de famílias monoparentais, em grande parte chefiadas por mulheres, aumentou de forma significativa. Também, ao mesmo tempo em que as separações são mais frequentes, os novos casamentos, ou novas formas de vida conjugal, aumentaram. Um outro elemento importante para as configurações familiares é o envelhecimento da população (KÜCHEMANN, 2010)⁷, acompanhado do surgimento do que certos

⁶ Mas não o valor do Bolsa Família, que não adquiriu o status de direito social (AMÉLIA C., “Um assassinato cruel”, *Le Monde diplomatique*, Brasil, Ano 10, n. 115, fev. 2017, pp. 7-8).

⁷ Conforme a autora, em 2010 “temos mais de 21 milhões de idosos/as e a projeção

autores chamaram de “crise do cuidado” (GLENN, 2010; HOCHSCHILD, 2012): a rarefação das mulheres disponíveis, de todas as classes sociais, na esfera doméstica, para realizar o trabalho do cuidado, e a quase ausência de políticas públicas para as famílias para lidar com situações de dependência. Isto levou à intensificação das tensões e dos conflitos em torno da realização das tarefas de acompanhamento de familiares dependentes – primeiramente nos assim chamados países “centrais”, do Norte, predominantemente nos Estados Unidos, mas também em vários países na Europa –, e o aumento dos movimentos migratórios de mulheres para suprir esta demanda, como, por exemplo, as “*Badanti*” na Itália (HOCHSCHILD, 2012, op. cit.; DEBERT, 2016a, b).

De fato, iniciando-se nos anos 1970 e, de forma mais intensificada, desde os anos 1990, a sociedade brasileira – e, em particular, o lugar das mulheres nela – vivenciou uma “revolução silenciosa”: a transição demográfica, com a diminuição do número de filhos por mulher, que passou, entre 1970 e 2008, de 5,8 filhos para 1,89, respectivamente; o envelhecimento da população, que chega a representar 11,1% em 2008; o aumento do nível de educação das mulheres, dos divórcios e separações; e a sua entrada maciça no mercado de trabalho provocaram uma transformação das configurações familiares (BANDEIRA et al., 2010). Esses “novos arranjos familiares” dizem especialmente respeito ao aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, cuja proporção passou de 25,9% em 1992 para 34,9% em 2008, e das famílias chefiadas por mulheres que têm cônjuge, que passou de 2,4% para 9,1% durante o período (somando um total de 44% de famílias chefiadas por mulheres) – assim como dos “arranjos unipessoais”, que passou de 8,4% para 11,6% entre 1998 e 2008. Ao longo dessas mudanças, a proporção das famílias biparentais e com uma repartição tradicional dos papéis de gênero caiu de 63% das famílias em 1992 para 50,5% em 2008 (apud BANDEIRA et al., 2010; KÜCHEMANN, 2010). Nos meios populares, configurações familiares diversas, como matrilineares, por exemplo, sempre existiram, mas ganharam uma nova legitimidade (SANTOS, 2011). Conforme a nossa

para 2025 é a de que tenhamos 34 milhões, perfazendo um total de 15% da população brasileira (KÜCHEMANN, 2010, p. 1).

hipótese, essas transformações são, em parte, o resultado de um conjunto de políticas públicas (de assistência, de saúde, de proteção previdenciária, de educação, etc.) e das maneiras como as mulheres se apropriaram dessas políticas, tanto como “público-alvo” destas últimas como uma de suas principais protagonistas (BRADSHAW, 2008; GEORGES, 2010; MOLYNEUX, 2007; SANTOS, 2012).

Essa pequena incursão nas transformações do mundo do trabalho dos homens e das mulheres, não só nos assim chamados países “centrais”, do “Norte”, mas também no “Sul” – em particular na América latina e no Brasil –, revela que, por um lado, houve uma re-conceituação do trabalho no mundo globalizado, que embaralhou as fronteiras e dualidades anteriores entre as esferas do trabalho e da vida privada, assim como entre as diferentes formas de trabalho – característica reservada anteriormente aos mercados de trabalho nos países “do Sul”, assim como para certas categorias de trabalhadoras, como as mulheres –; e, pelo outro, que houve uma nova (velha) reafirmação da hierarquia entre as funções de “trabalho produtivo” e da função do “cuidado” num mundo onde a generalização da precariedade das situações do trabalho - e a redução do privilégio do acesso à condições de trabalho “dignas” para uma minoria cada vez menor (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009[1999]) – leva ao aumento de um número de pessoas em situações de dependência. Desde então, pode-se considerar que a “função do cuidado” se configura como nova “questão social”. Nesse contexto, em que medida a mobilização do conceito analítico do “cuidado” esclarece essa nova (velha) divisão social, sexual e racial do trabalho; e em que medida esta categoria emergente se diferencia das categorias analíticas anteriores, em particular no que tange à análise do trabalho feminino?

A Sociologia do trabalho (francesa) revisitada a partir da noção do “cuidado”

Da mesma forma que o interesse pelo trabalho das mulheres, bem como pelo trabalho doméstico, a noção do “*care*” (cuidado) surgiu primeiro no contexto norte-americano e posteriormente na França, assim como

na América latina e, em particular, no Brasil. Neste país, no campo dos estudos do “cuidado”, a influência francesa e da Psicopatologia e da Sociologia do trabalho e das profissões, em específico, é central, mesmo se as contribuições norte-americanas e Canadenses, com a Sociologia das emoções, são referências incontornáveis (HOCHSCHILD, 1979; SOARES, 2012). Mas como já fora colocado por Helena Hirata no seu “estado da arte” sobre o trabalho do cuidado na França (HIRATA, 2011), o mundo da academia é igualmente cada vez mais globalizado e, desde então, a circulação das ideias e do(a)s autore(a)s dificulta a tarefa de um balanço nacional. Neste sentido, dificilmente pode se falar das teorias do cuidado sem mencionar os trabalhos de Gilligan (1982), Tronto (1993) e Ehrenreich e Hochschild (2003), ou discutir a questão do gênero – ou do “*gendered labour*” – sem mencionar Scott (1986), Butler (1990) e Crenshaw (1991) (HIRATA, 2011, p. 37). Todavia, como também colocado por Hirata, há algumas contribuições nacionais originais específicas. Além do mais, pode haver variação na circulação de ideias que “pegam” mais ou menos conforme os seus contextos de recepção (ou são recebidas de forma diferente), assim como observa-se uma certa pertinência de conceitos em determinados contextos históricos e espaciais, que varia conforme estes contextos “de emergência”, e que lhes “dão liga”⁸. No que tange ao primeiro requisito, Hirata (2011) menciona, em particular, as pesquisas francesas sobre a questão da precariedade e da precarização do trabalho (CASTEL, 1995; PAUGAM, 2000; APPAY & THEBAUD-MONY, 1997; APPAY, 2005). A respeito do segundo ponto, tem que se considerar que, no contexto societal norte-americano, a assim chamada “crise do cuidado” (GLENN, 2010, *op.cit.*) apresenta-se muito mais cedo do que na América Latina e – de forma mais ampla – abarcando todas as classes sociais. Também a questão da mercantilização dos serviços domésticos, ou do “*outsourcing*”

⁸ Sem entrar aqui numa discussão heurística ou epistemológica – que não é o objetivo desse artigo - sobre a origem dos conceitos, assim como sobre as relações entre as transformações dos contextos sociais e as categorias analíticas (e vice-versa), mesmo que se observe uma globalização do contexto de emergência dos conceitos analíticos da realidade social, necessita-se do uso de um dispositivo de análise multi-escalar conforme os períodos e os contextos, notadamente por conta da segregação e assimetria interna do campo acadêmico.

de cada vez mais novas dimensões do que anteriormente era tido como da esfera privada ou íntima, é específica do contexto norte-americano – e onde é muito mais extensa (HOCHSCHILD, 2012). Essa eclosão mais precoce da crise é inscrita na própria história do capitalismo e das relações de classe, ou seja, na evolução da divisão social e sexual do trabalho, oriunda do trabalho escravo na Europa, com o início da industrialização e a separação entre lugar de produção e de reprodução (a família) (Romero, 2003). No mesmo registro, o questionamento sobre a interseccionalidade (CRENSHAW, 1991), inclusive no contexto do trabalho do cuidado, surgiu primeiro no contexto norte-americano porque, politicamente, a discriminação de grupos de mulheres, e de grupos de mulheres negras, era muito diferente, em que a reivindicação dessa diferença fez sentido.

No que tange à recepção da categoria do “cuidado” na França, como colocado por Hirata, essa se deu através de pesquisadores da área da filosofia (moral) e da psicopatologia, e até a recepção das teses de Gilligan só se deu depois que fora publicado o primeiro livro sobre a problemática do cuidado na França em 2005⁹ (PAPERMAN & LAUGIER, 2005). É neste âmbito disciplinar que a discussão sobre a questão do “cuidado” encontrou respaldo na França, no contexto de uma discussão societal e política mais ampla sobre a questão da vulnerabilidade, e sobre como lidar com a questão da dependência (MOLINIER, 2013). Nessa perspectiva, a vulnerabilidade (social) é entendida como uma situação (psicológica) pela qual um conjunto das pessoas pode passar em algum momento de sua vida e, portanto, não se trataria de uma relação social de classe, exclusivamente, por exemplo (GEORGES & SANTOS, 2014).

De forma mais geral, o interesse pelo trabalho das mulheres nasce na França no campo da Sociologia do trabalho, em particular a partir dos anos 1960, com o trabalho precursor sobre a condição das mulheres na indústria (GUILBERT, 1966, entre outros). Estes estudos primeiro introduziram a diferença entre as relações com o trabalho e com o emprego – quando se trata do trabalho de mulheres –, e deram lugar, na França, ao

⁹ A segunda edição da tradução do livro de Gilligan (1982) saiu em 2008, e deu lugar à recepção da autora na França no ano seguinte; enquanto a primeira tradução, em 1986, não encontrou nenhum eco.

nascimento da Sociologia do emprego, área da Sociologia do trabalho que lida, de uma maneira geral, com todos os elementos que se relacionam às condições de trabalho (de horários, de modo de promoção, de classificação, etc.) – diferentemente do conteúdo de trabalho (a atividade concreta)¹⁰. O questionamento sobre as relações entre as esferas doméstica e profissional é uma problemática antiga dos estudos da divisão social e sexual do trabalho (HIRATA & KERGOAT, 2007), outra originalidade da Sociologia do trabalho francesa. Essa questão das relações entre as esferas do trabalho e da esfera do “fora do trabalho” (*hors-travail*) nasceu a partir do reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho (CHABAUD, 1984), central nas discussões entre feministas francesas dos anos 1980 sobre as formas de articulação entre o trabalho de “produção” e de “reprodução” (CAHIERS DE L’APRE, 1/1985). Nesse contexto, uma das dimensões centrais era a do reconhecimento das qualificações adquiridas na esfera doméstica, mas não necessariamente reconhecidas no âmbito do trabalho formal, como, por exemplo, o trabalho das trabalhadoras da indústria eletrônica que se usavam da minúcia adquirida no âmbito doméstico para realizar suas tarefas assalariadas (KERGOAT, 1978).

Se, de uma maneira geral, a mobilização da categoria do “cuidado”, para a Sociologia do trabalho, funciona como um prisma catalisador, revelador de um conjunto de formas de hierarquização e de valorização (ou de desvalorização) do trabalho – relativos tanto à origem racial/étnica e social dos(as) trabalhadore(a)s quanto às tarefas realizadas –, ela se adequa, também, à análise de um contexto “globalizado” do trabalho precário e a um questionamento em termos de repartição de “funções sociais”, muito mais do que em termos de categorias de trabalhadores ou em termos de uma Sociologia das profissões do “cuidado”, como na França (ARBORIO, 2002; AVRIL, CARTIER, SERRE, 2010; DAMAMME, 2016; RIBAUT, 2012; entre outros). É nesse sentido que, na América latina, e no Brasil em particular, a categoria do “cuidado”, muito mais ampla do que a noção do “trabalho doméstico” – ou ainda, “de reprodução” –, faz eco a uma preocupação mais política de repartição das funções sociais e à questão da dependência. Por outro lado, também permite uma análise

¹⁰ Cf. Maruani, 1989.

crítica do uso da categoria no âmbito das políticas sociais – tanto dentro da esfera doméstica como no espaço público. Estas políticas instrumentalizam a “disposição feminina” das mulheres para a função do cuidado (SORJ, 2016; FERNANDEZ, 2016), como agentes implementadoras de programas e políticas sociais, com salários baixos e condições de trabalho precários, no fim das linhas de terceirização dos serviços públicos e programas sociais - modelo vigente em São Paulo - no que tange à esfera profissional; e na esfera privada, elas são encarregadas de fazer a interface com os trabalhadore(a)s sociais, para respeitar as “condicionalidades” do repasse de formas de transferência de renda, como o *Bolsa família*, no que concerne aos cuidados com os filhos (GEORGES & SANTOS, 2016). É interessante observar o papel do Estado e da ação pública nesse âmbito, no sentido de ativamente reafirmar, ou coagir as mulheres, para reconhecer e reassumir essa função do cuidado tanto através da organização das cadeias do trabalho do cuidado no âmbito das “novas” políticas sociais, como trabalhadoras de fim de linha, como explicitado acima (GEORGES & SANTOS, 2016). Um outro exemplo da ação do Estado e a forma como designa as mulheres ao seu papel do cuidado, tanto no seu próprio domicílio, como no de outros, é a assim chamada “PEC das domésticas”¹¹, adotado em 2013 e promulgado em 2015, no contexto da campanha da OIT para a promoção do trabalho decente, de 2011 (GEORGES & TIZZIANI, 2016).

Se, nos contextos norte-americanos e europeus, a perspectiva do “cuidado” revela aspectos importantes da globalização por “cima” e da globalização por “baixo”, das migrações internacionais, das formas de segregação, da hierarquização e da discriminação de todos os tipos, na América latina – e, em particular, no Brasil –, esta perspectiva aponta para um outro conjunto de dinâmicas: atenta-se, por um lado, para a continuidade das relações de raça e de classe, da escravidão à domesticidade – apesar ou por causa da tendência à formalização antiga do trabalho doméstico desde os anos 1960 (VIDAL, 2007; GEORGES, 2009) – e, pelo outro, à permanência das relações de dominação patriarcal (SAFFIOTI, 2005). Nesse quadro,

¹¹ Emenda Constitucional n° 72 de 02/04/2013, validando a Proposta de Emenda Constitucional-PEC 66/2012; e adoção da lei complementar n° 150/2015, promulgada em 01/10/2015.

no caso do Brasil, para resumir, o exercício das funções do cuidado pelas mulheres está, em parte, atrelado às migrações internas de mulheres pobres (GIRARD, 1994), em particular das regiões do Nordeste para o Sudeste, ou seja, à funcionalidade das desigualdades regionais, como já disse Francisco de Oliveira (1ª ed. 1972, 2003). No período mais recente, esta permanência da dominação social de sexo passa, também, não só pela ação ou o “protagonismo” das próprias mulheres, mas pela ação do Estado, tanto pelo viés da formalização dessas funções do cuidado das mulheres no âmbito privado (trabalho doméstico) como público (trabalho social) (GEORGES, 2014). Observa-se no Brasil uma ruptura quanto às tendências da globalização e continuidade das relações de classe, de raça e de sexo.

Conclusão

Tentamos mostrar em que medida a resiliência do “quase-conceito”, ou da categoria emergente do “cuidado” (*care*), indica a sua pertinência, apesar de suas diferentes interpretações, no contexto do mundo do trabalho globalizado. Na medida em que o próprio conceito do trabalho passou por reconfigurações importantes, que aproximaram os estudiosos do trabalho entre os países ditos “do Norte” e “do Sul”, a substituição do estudo do “trabalho doméstico”, ou das formas de articulação entre o trabalho “de produção” e de “reprodução”, pela análise do “trabalho do cuidado”, ou – de um modo geral – pela “função do cuidado”, corresponde a uma dinâmica inter-relacionada. A mobilização do conceito do “cuidado” permite, por um lado, revelar algumas das novas formas de hierarquização do trabalho globalizado; pelo outro, re-politizar o debate sobre a questão social da dependência e do cuidado, de uma forma muito mais abrangente, política, globalizada e interseccional.

Ao mesmo tempo, se essa releitura do “quase-conceito” do cuidado numa perspectiva interseccional, no cruzamento da Sociologia do trabalho e dos estudos de gênero, permitiu mostrar o seu potencial heurístico, as dinâmicas reveladas variam conforme o contexto: no Brasil e na América latina (como mostrado no texto de apresentação deste

mesmo volume), a mobilização da categoria analítica do “cuidado” permite chamar a atenção para um certo número de continuidades sociais, de classe, de sexo e de raça, enquanto que, em contextos mais globalizados como na França, na Europa e também nos Estados Unidos, esta perspectiva revela tendências e processos sociais mais recentes (ou reformulados) – no âmbito da “crise do cuidado” – de intensificação das formas de migração, de circulação e de reestruturação do conjunto das atividades profissionais e das suas formas de hierarquização.

Bibliografia

AVRIL, C.; CARTIER, M.; SERRE, D. *Enquêter sur le travail: Concepts, méthodes, récits*. Paris: La Découverte, 2010.

APPAY, B. *La dictature du succès: Le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation*. Paris: L'Harmattan, 2005.

APPAY, B.; THÉBAUD-MONY, A. (orgs.). *La précarisation sociale, travail et santé*. Paris: IRESCO, 1997.

ARAÚJO, A. M. C. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, I.; LEITE, M. P. (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*, São Paulo: Annablume, 2012, pp. 135-172.

ARBORIO, A-M. *Un personnel invisible: Les aides-soignantes à l'hôpital*. Paris: Economica/Anthropos, 2002.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P., PINHEIRO, L. S. Mulheres em dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008. *Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero*, nº especial “Autonomia econômica, empoderamento e inserção das mulheres no mercado de trabalho”, julho, pp. 107-119, 2010.

BESSIN, M. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do care. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. Perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 235-246.

BRADSHAW, S. From Structural Adjustment to Social Adjustment: A Gendered Analyses of Conditional Cash Transfer Program – mes in Mexico and Nicaragua *Global Social Policy*, v. 8, n. 2, pp. 188-207, 2008.

BRUSCHINI, M. C.; RICOLDI, A.; MERCADO, C. M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs.), *Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, pp. 15-33.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: MartinsFontes, 2009[1999].

BORGEAUD-GARCÍANDIA, N.; GEORGES, I. Regards croisés sur les modalités de l'action publique et de la mise au travail des femmes dans le secteur du *care* (Argentine – Brésil). In: KESSELMAN, D., GOMEZ, G. (orgs.), *Les femmes dans le monde du travail dans les Amériques*. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2016. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pup/5271>>.

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Londres: Routledge, 2005[1990].

CABANES, R.; GEORGES, I. Introduction: Gestion de la pauvreté et entrepreneuriat de soi: un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néolibérales ?. *Brésil(s), Sciences humaines et sociales*, n. 6, nov. 2014, pp. 7-15.

CAHIERS de l'APRE – Atelier Production-Reproduction, 1/1985.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTEL, R. Introdução. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale: Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CHABAUD, D. Problématiques de sexes dans les recherches sur le travail et la famille, *Sociologie du travail*, n. 3, 1984, pp. 346-359.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo : Xamã, 1996 (trad. port.).

CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, pp. 1.241-1.299, 1991.

DAMAMME, A. O cuidado em suas temporalidades e seus atores na França. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 193-202.

DEBERT, G. G. “Políticas públicas diante do envelhecimento no Brasil”. In : ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo. 2016a, pp. 247-256.

DEBERT, G. G. Migrações e o Cuidado do idoso. *Cadernos Pagu*, n. 46, 2016b, pp. 129-149.

DÉJOURS, C. *Souffrance en France: La banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Éditions du Seuil, Points Poche, 2014.

DESTREMAU, B.; GEORGES, I. (orgs.) *Le care, nouvelle morale du capitalisme: Assistance et police des familles en Amérique latine*. Aix-en-Provence, Karthala et SciencesPo, 2017, no prelo.

DONZELOT, J. *L'invention du social: Essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard, 1984.

DRUCK, G. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In : OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). *Marchas e Contramarchas da informalidade do trabalho*, UFBP, 2011, pp. 65-103.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (orgs.). *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: A Metropolitan/Owl Book, 2003.

FERNANDEZ, A. “Pesquisa com e nas « margens »: a rua no Rio de Janeiro”. Comunicação no seminário *Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território*, USP-IAU, São Carlos, 16, 17/11/2016.

GAVIRIA, L. G. A.; MOLINIER, P. (Orgs.). *El trabajo y la ética del cuidado*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/La Carreta Social, 2011.

GEORGES, I. L’emploi domestique : constructions institutionnelles et identitaires (Brésil, São Paulo). Comunicação no *IIIème Congrès de l’AFS*, Université de Paris-Diderot, Site des Grands Moulins, avril 2009, pp. 14-17.

GEORGES, I. Agentes de mobilização ou de pacificação social? O caso dos agentes comunitários de saúde (ACS) da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Comunicação oral no *34º Encontro Anual da Anpocs*, ST 31, Caxambu, Hotel Glória, 2010.

GEORGES, I. Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, C.; TELLES, V. S. (orgs.), *Saídas de emergência: Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011, pp. 95-113.

GEORGES, I. ¿Hacia una nueva división social y sexual del trabajo en Brasil? Transformaciones del papel del Estado, de las configuraciones familiares y de los empleos de servicio a las personas. Universidad Autónoma de Nuevo León, Facultad de Filosofía y Letras, UANL, *Revista Escritos Sociológicos*, Año 8, n° 12 et 13, Enero-Junio y Julio-Diciembre 2014, pp. 49-55.

GEORGES, I. O outro lado da formalização do trabalho do *care* no Brasil, *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 16, n. 32, pp. 169-187, set./dez. 2015.

GEORGES, I. O conceito do “cuidado”: um “quase-conceito” entre nova moral do capitalismo e formas de apropriação múltiplas, Comunicação oral no *VIII Congresso da Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo-ALAST*, Buenos Aires, 3-5 de agosto de 2016.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. Care e políticas públicas: o caso das ‘agentes comunitárias de saúde’ e das ‘agentes de proteção social. In : HIRATA, H.; GUIMARAES, N. A. (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*, São Paulo, Ed. Atlas, 2012, pp. 166-182.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. Olhares cruzados: Relações de cuidado, classe e gênero. *Tempo social*. 2014, vol. 26, n. 1, pp. 47-60.

GEORGES, I. *As « novas » políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local de serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GEORGES, I.; TIZZIANI, A. Entre le travail et l’assistance. Diversité de sens de la «formalisation» du travail du care (Argentine, Brésil). In FRETTEL, A.; BORY, A.; CELERIER, S.; JANY-CATRICE, F. “Politiques sociales en mutation: quelles opportunités et quels risques pour l’État social ?”, Cahiers du CIRTES, Hors Série, #6, Louvain la Neuve : UCL-Presses Universitaires de Louvain, Juillet 2016, pp. 295-310.

GILLIGAN, C. *In a different voice*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1982.

GIRARD, C. F. N. “Trajectoires et strategies d’emploi. Les employées domestiques de Brasília”, in LAUTIER, Bruno (org.), *La mise en forme de la mobilité par l’emploi: les travailleurs du bâtiment et les employées domestiques en Amérique latine*. Paris, Ministère de la Recherche et de la Technologie-Greitd-Creppra, 1994, pp. 167-223.

GLENN, E. N. *Forced to care: Coercion and caregiving in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

GRÜN, R. “Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil”, RBCS, v. 20, n. 58, junho de 2005, pp. 67-90.

GUILBERT, M. *Les fonctions des femmes dans l’industrie*. Paris: La Haye, Mouton, 1966.

GUIMARÃES, N. A. “As novas configurações do trabalho formal. Algumas reflexões à luz do caso de São Paulo”. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012, pp. 33-59.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005 (2ª ed.).

HARVEY, D. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, pp. 595-609, set/dez. 2007.

HOCHSCHILD, A. R. *The outsourced self: Intimate life in market times*. New York, Metropolitan Books, 2012.

HOCHSCHILD, A. R. *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1979.

KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 17-26.

KERGOAT, D. Ouvriers=Ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critique de l'Économie politique*, Nouvelle série, n. 5, 1978, pp. 65-97.

KERN, H.; SCHUMANN, M. *La fin de la division du travail, la rationalisation dans la production industrielle*. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1989.

KÜCHEMANN, B. A. O cuidado dos idosos e das idosas: velhas tensões e novos desafios para conciliar trabalho produtivo e reprodutivo. Comunicação oral no *II Seminário Nacional Trabalho e Gênero, Associativismo, profissões e políticas públicas*, UFG, Goiânia, 16-18 de setembro de 2010.

LALLEMENT, M. *L'âge du faire: Hacking, travail, anarchie*. Paris: Le Seuil, 2015.

LALLEMENT, M. *Le travail: Une sociologie contemporaine*. Paris: Gallimard, 2007.

LAUTIER, B. «Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine». In BORGEAUD-GARCÍANDIA, N.; PEÑAFIEL, R.; TIZZIANI, A. (orgs.). *Penser le politique en Amérique latine : la récréation des espaces et des formes du politique*. Paris, Karthala, pp. 19-36, 2009.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A. C.; CRUZ, G. F. Assimetrias de gênero no Mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 93-109.

LEONE, E. T. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Organização Internacional do Trabalho/Escritório do Brasil. *Documento de trabalho n° 3*. Série Trabalho Docente no Brasil. Brasília, OIT, 2010.

LEVY, S. *Hackers: heroes of the computer revolution*. Gardencity, Doubleday, 1984.

LIMA, J. C.; ARAÚJO, A. C. La sociología del trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. Comunicação oral no *Congreso PreAlast*, 31/08, 1 e 2 de set. de 2015, Bogotá.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. (2002). Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, n. 37, pp. 163-181.

LINHART, D. *La modernisation des entreprises*. Paris: La Découverte, 1994.

LOMBARDI, M-R.; GONZALEZ, D. F. Engenharia e gênero: as mutações do último decênio no Brasil. In: ABREU, A. R.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M-R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 171-180.

- LOMBARDI, M-R. Anotações sobre desigualdades de gênero no Mercado de trabalho. In: GEORGES, I.; LEITE, M. P. (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*, São Paulo: Annablume, 2012, pp. 109-134.
- MACHADO DA SILVA, A. L. Da informalidade a empregabilidade. *Caderno CRH*, 37, pp. 81-109, 2002.
- MARUANI, M. Statut social et modes d'emplois. *Revue française de Sociologie*, n. 1, 1989, pp. 31-39.
- MOLINIER, P. *Le travail du care*. Paris: La Dispute, 2013.
- MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris, Payot & Rivages, 2009.
- MOLYNEUX, M. *Change and continuity in Social Protection in Latin America, Mothers at the service of the state?*. Geneva: UNRISD, 2007.
- NUN, J. L. Superpopulación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2, 1969.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, n. 2, outubro, 1972 (2003).
- PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. *Le souci des autres: Ethique et politique du care*. Paris: Ed. de l'EHESS, 2005.
- PAUGAM, S. *Le salarié de la précarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: PUF, 2000.
- PÉREZ-SAINZ, J. P. Globalización e neoinformalidad en América latina. *Nueva Sociedad*, n. 135, Enero-febrero, 1995, pp. 36-41.
- PIORE, M.; SABEL, C. *Les chemins de la prospérité*. Paris: Hachette, 1989.
- QUIJANO, A. *Notas sobre el concepto de 'marginalidad social'*. Santiago, División de Assuntos Sociais. Cepal, mimeo, 1966.
- RIBAULT, T. Cuidadoras domiciliares: que tipo de profissionalização?. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs.), *Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do Trabalho do Care*. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 119-132.

- RIFKIN, J. *La fin du travail*. Paris: La Découverte, 1997 (trad.francesa).
- ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, vol. 43, 6, pp. 819-830, July 2009.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1^a.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, pp. 95-140.
- SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- SANTOS, Y. G. Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família mono parental de Cidade Tiradentes. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. *Saídas de emergênica: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 417-435.
- SANTOS, Y. G. A gestão sexuada do social: os novos programas sociais na saúde e na assistência e reprodução das relações sociais de gênero. *Relatório de pesquisa CEM/CEBRAP/FAPESP*, 2012.
- SANTOS, Y. G. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. *Cadernos CRH*, v. 27. n. 72, pp. 479-494, 2014.
- SCOTT, J. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Les Cahiers du GRIF*, n. 37-38, pp. 125-153, 1988[1986].
- SOARES, A. As emoções do care. In: HIRATA, H.; GUIMARAES, N. A. (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Ed. Atlas, 2012, pp. 44-59.
- SORJ, B. Políticas Sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 46, pp. 107-128, 2016.
- TARRIUS, A. *La mondialisation par le bas: Les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, Voix et Regards, 2002.
- TARRIUS, A. Transmigrations européennes de travailleuses du sexe balkaniques et caucasiennes accompagnées de parentèles féminines. *Revue Tiers Monde*, n. 217, janvier-mars 2014, pp. 25-43.

O “cuidado” como “quase-conceito”...

TRONTO, J. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

VIDAL, D. *Les bonnes de Rio: Emploi domestique et société démocratique*. Lille, Presse Universitaire du Septentrion, 2007.

O conteúdo é de total responsabilidade dos(as) autores(as)